

Sob pressão, Bolsonaro volta ao Brasil e mira Lula

Jair Bolsonaro (PL) voltou ao Brasil após 89 dias nos EUA e mirou suas primeiras declarações em Lula (PT) ao dizer que o adversário não poderá fazer "o que bem entender" com o país. O ex-presidente também descartou a chance de sua esposa, Michelle, disputar a Presidência e não vê motivos para ser declarado inelegível em razão de ações na Justiça. **Política A4**

Ex-presidente ouve aplausos e grito de 'cadeia' em avião

Política A10

Hélio Schwartsman O que fazer com Jair Bolsonaro?

Precisamos deixar claro de uma vez por todas que assumir o poder não significa receber cheque em branco. Se Bolsonaro não for punido pelos inúmeros abusos e delitos que cometeu, estaremos sinalizando aos políticos que, para ficar no poder, vale mais ou menos tudo. **Opinião A2**

Fim da prisão especial para diplomados tem maioria no STF

O STF formou maioria para derrubar previsão de prisão especial a pessoas com diploma de ensino superior que não foram condenadas em definitivo. O julgamento da ação, de autoria do então procurador-geral Rodrigo Janot, deve acabar hoje. **Cotidiano B3**

Partidos criam bloco de 142 deputados que racha centrão e desafia Lira A11

Indiciado, Trump não deve perder direitos políticos

A Justiça de Manhattan aprovou o indiciamento de Donald Trump, acusado de subornar atriz pornô —decisão inédita contra um ex-presidente. Mesmo se condenado, ele não deve se tornar inelegível, pois os EUA não têm lei como a da Ficha Limpa. **Mundo A14**

Rússia prende repórter do Wall Street Journal e o acusa de espionagem A15

EDITORIAIS A2

Bolsonaro de volta
Sobre dúvidas que cercam o futuro do ex-presidente.

Novo rito
Acerca de projeto que muda a lei do impeachment.



Regra fiscal prevê alta real de gastos e piso para investimento

Regida pela Constituição, despesa com saúde, educação e emendas poderá crescer acima das demais

A nova regra fiscal apresentada pelo governo Lula (PT) assegura crescimento real de despesas (acima da inflação) em todos os anos, estabelece um piso para investimentos públicos e conta com mais arrecadação para melhorar as contas públicas.

O princípio de limite para gastos se mantém, embora mais flexível. O ritmo de alta das despesas em cada ano estará ligado à variação das receitas, com a condição de que se situe no intervalo de 0,6% e 2,5%. Esses serão o piso e o teto de aumento real.

Atendendo a uma demanda política do PT, os investimentos ganham uma blindagem contra cortes e podem ser ampliados de forma extraordinária, fora do limite de gastos, caso a arrecadação supere as melhores expectativas do governo.

Despesas federais com saúde, educação e emendas poderão crescer acima das demais, pois a Constituição exige que esses gastos estejam atrelados à receita. Assim, a nova regra, a ser criada por projeto de lei, não terá como limitá-las.

Fernando Haddad (Fazenda) disse que a fórmula proposta não é uma "bala de prata" para resolver a situação das contas públicas. "Se quem não paga imposto passar a pagar, todos nós vamos pagar menos juros", afirmou. **Mercado A17, A18 e A20**

Campos Neto vê 'boa vontade muito grande' da Fazenda

Mercado A20

Divulgação da proposta faz Bolsa subir e dólar cair

Mercado A24

ANÁLISE Fernando Canzian Haddad quer cortar o que PT inflou A26

Vinicius Torres Freire Plano exige mais impostos e muita explicação A34



Jair Bolsonaro acena para apoiadores por uma janela da sede do PL, em Brasília, após retorno ao país. **Gabriel Silva/Folhapress**



Rodrigo (que prefere não dar o nome completo), 22, foi abordado pela polícia com uma arma apontada para o rosto e teve de mostrar cartelinha da USP para ser liberado. **Edson Arantes/Folhapress**

Justiça mantém validade de abordagem preconceituosa

Na falta de provas concretas, prevalece na Justiça a percepção individual de policiais a respeito de acusados de tráfico de drogas. E essa avaliação se dá por noções vagas e muitas vezes preconceituosas sobre a imagem e o comportamento dos réus, aponta estudo do Núcleo de Justiça Racial e Direito da FGV (Fundação Getúlio Vargas). **Cotidiano B1**

ANÁLISE Bruno Gualano Debate sobre atletas trans é complexo, e ciência deve ser guia Esporte B7

ilustrada C1
Adriana Calcanhotto lança álbum 'Errante', sobre o nomadismo do ofício de cantora

Estados reduzirão novo ICMS da gasolina após acordo com STF

Mercado A26

JHSF
APRESENTA

SÃO PAULO SURF CLUB

SEJA

MEMBRO DO

PRIMEIRO

CLUBE DE SURF

DE SÃO PAULO.

VEJA NAS PÁGINAS A8 E A9.

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernando Diamant, Hélio Schwartzman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA EXECUTIVA Alexandre Bonacini (finanças, planejamento e news negócios), Anderson Demian (mercado de trabalho e estratégias digitais), Everton Fonseca (tecnologia) e Marcelo Benez (comercial)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Bolsonaro de volta

Ex-presidente teve recepção fria no aeroporto, mas mantém capital eleitoral de líder da oposição

Não foi o retorno apoteótico que Jair Bolsonaro sem dúvida almejava. No aeroporto de Brasília, onde o ex-presidente desembarcou, um esquema de segurança da Polícia Federal desmobilizou a maioria de seus apoiadores; na sede de seu partido, o PL, a concentração de pessoas não passou de irrisória.

Há bons motivos para a frieza na recepção. A viagem aos Estados Unidos, realizada antes de o mandato acabar e com o propósito mesquinho de evitar a passagem da faixa presidencial, souu mal entre seus eleitores moderados.

Os ataques trêslucados de 8 de janeiro ampliaram a fadiga com o radicalismo, enquanto os 89 dias que Bolsonaro passou em solo americano arrefeceram os ânimos de seus correligionários fervorosos.

Se existe algum simbolismo nessa chegada melancólica, ele diz pouco sobre o futuro de Bolsonaro. Dono de capital eleitoral imenso, ele ainda se apresenta como o principal nome da direita nacional.

Dal por que merecem ser tomadas com um grão de sal as suas declarações sobre a liderança da oposição. O ex-presidente até pode ter-giversar quanto a isso e fingir que esse papel não lhe compete, mas seu plano de viajar pelo país indica a intenção inequívoca de galvanizar bolsonaristas Brasil afora.

Será uma situação inédita, por que ex-moradores do Palácio do Planalto sempre se mantiveram

a uma distância respeitosa e protocolar do dia a dia oposicionista. Quebrar protocolos é uma das marcas do bolsonarismo. Mesmo na Presidência da República, Bolsonaro fez questão de ignorar regras e desrespeitar liturgias, apenas para lapidar sua identidade de personagem antissistema.

Por baixo desse verniz, contudo, Bolsonaro não se diferencia de tantos outros políticos: desfrutava vantagens de ex-deputado, receberá R\$ 39.293 para assumir a presidência de honra do PL e acumula problemas em série na Justiça.

Contam-se, só no Supremo Tribunal Federal, seis inquéritos que podem resultar em ações criminais. No Tribunal Superior Eleitoral, há 16 processos em curso, os quais podem tornar Bolsonaro inelegível. De quebra, mais de uma dezena de investigações sobre o ex-presidente tramitam na primeira instância judicial — e nesses números nem se considera o valioso mistério das joias da Arábia Saudita.

Vêm daí, e não da recepção esvaziada ou das declarações de Bolsonaro, as incertezas quanto a seu futuro. Incertezas essas que, aliás, não se estendem ao bolsonarismo, corrente que parece capaz de se manter forte por muito tempo.

O bolsonarismo até poderia, se abandonasse a violência e o autoritarismo, liderar uma oposição saudável ao PT. Esse não é infelizmente, o desfecho mais provável.

Novo rito

Após 73 anos de sua criação, lei de impeachment recebe atualizações necessárias em projeto de lei

Tramita no Senado um projeto de lei que altera as regras do impeachment. Não há muita dúvida de que mudanças são necessárias. Afinal, o dispositivo é regulado pela lei 1.079, de 1950, elaborada à luz da 5ª Carta Brasileira (1946), e nós já estamos na 7ª Carta (1988).

De todo modo, o Supremo Tribunal Federal entendeu que a lei é compatível com a Constituição vigente e, assim, o país já afastou dois presidentes — Fernando Collor de Mello e Dilma Rousseff (PT).

Mas, nos últimos 70 anos, houve mudanças consideráveis nas práticas políticas, na técnica legislativa e na percepção popular. Uma adequação do diploma aos novos tempos é, portanto, bem-vinda.

O projeto não é mau, ainda que enfatize demais a dimensão jurídica em detrimento do aspecto político. O impeachment é um instituto híbrido, e a porção política tende a predominar no processo.

A comissão encarregada da atualização pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), teve êxito em reescrever os crimes de responsabilidade, tornando a tipificação mais precisa. Aqueles ridiculamente vagos, como atentar contra a "dignidade, honra e decoro do cargo", desapareceram.

Há marcas da gestão de Jair Bol-

sonaro (PL) na proposta, já que alguns de seus desmandos, como se omitir no combate à pandemia, foram convertidos em crimes de responsabilidade: "deixar de adotar as medidas necessárias para proteger a vida e a saúde da população em situações de calamidade pública".

Em outro sinal dos tempos, a comissão incluiu os comandantes das Forças Armadas entre as autoridades sujeitas a impeachment. No papel até faz sentido, mas não tanto na prática, dado que comandantes, assim como ministros de Estado, são demissíveis a qualquer tempo pelo presidente da República.

Um dos maiores méritos do projeto é solucionar o problema da abertura do processo.

Atualmente, pedidos de impeachment podem ficar eternamente na gaveta do presidente da Câmara, o que equivale a dar-lhe poder absoluto para decidir se o processo será ou não iniciado — uma distorção de princípios democráticos.

Se a lei for aprovada, o chefe da Casa terá um prazo de 30 dias para decidir se dá andamento ou se arquivou o processo. Optando-se pelo arquivamento, a manifestação de um terço dos deputados poderá reverter a decisão. Não faz sentido que um órgão colegiado fique refém de um único deputado.

O que fazer com Jair Bolsonaro?

Hélio Schwartzman

Num mundo regido por uma ideia de Justiça platônica, Jair Bolsonaro teria sofrido impeachment pelos vários crimes de responsabilidade que cometeu e estaria na cadeia pelas múltiplas infrações penais comuns. Só que não vivemos neste mundo ideal; vivemos no Brasil mesmo. Nossa tarefa primordial agora é renormalizar a democracia. Demos o primeiro passo para isso ao negar, pelo voto, um segundo mandato a Bolsonaro, mas a tarefa está longe de concluída e ela é suficientemente complexa para gerar demandas contraditórias.

Pura uma democracia funcionar, é preciso que o custo de deixar o poder não seja alto para os agentes políticos. Se o governante acha que ele será morto, preso ou comerá o pão que o diabo amassou depois de perder o cargo, fará tudo o seu alcance para que isso jamais aconteça. Na versão forte, isso significa dar golpes de Estado e recorrer a outras formas de violência; na light, violar as normas escritas e não escritas de condução de governo e de com-

portamento eleitoral para aferrar-se ao poder.

A contrapartida do baixo custo de o governante deixar o cargo é que, quando o ocupa, também tenha limitado seu poder de fazer o que bem entender. A possibilidade de retornar, pelo voto, deve valer tanto para grupos como para programas políticos. O segredo sujo da democracia (leiam Adam Przeworski) é que, para ela dar certo, não pode promover mudanças muito radicais, daquelas que não tenham volta. É paradoxal, mas faz sentido.

Meter Bolsonaro no xadrez violaria o princípio do baixo custo, admito. Mas eu acredito que estejamos enclausurados numa fase anterior à da plena normalidade democrática. Precisamos deixar claro de uma vez por todas que assumir o poder não significa receber um cheque em branco. Se Bolsonaro não for punido pelos inúmeros abusos e delitos que cometeu, estaremos sinalizando para os políticos que, para ficar no poder, vale mais ou menos tudo.

helio@ui.com.br

Adoçando o comprimido amargo

Bruno Boghossian

Michel Temer dizia que os rascos índices de aprovação ao governo lhe davam coragem para tomar o que chamava de "medidas impopulares"; como o teto de gastos. Jair Bolsonaro, preocupado com seus próprios números e com uma reeleição em risco, abandonou a fantasia ultraliberal e abriu tantos buracos naquele mecanismo de controle de despesas

que, na prática, ele foi demolido. Não é trivial que a missão de refazer a regra recaia sobre um presidente de esquerda que fez campanha prometendo engordar o Orçamento. A elaboração do arcabouço fiscal levou em conta um equilíbrio complexo entre as desconfinanças de investidores, o pacto de Lula com sua base fiel e a manutenção de um estoque de popularidade.

Fernando Haddad perseguiu uma regra que tivesse a marca do aperto nas contas depois de convencer Lula de que, do contrário, a política econômica seria um abismo sempre. A contrapartida exigida pelo Palácio do Planalto foi uma modulação, para que o governo tivesse fôlego pa-

ra atender a seus compromissos de campanha, e uma embalagem que permitisse amortecer possíveis acusações de estelionato eleitoral.

A criação de um limitador de despesas significa que, cedo ou tarde, Lula terá que dizer a sua base que não poderá cumprir alguma promessa de 2022. O governo faz um esforço para adiar esse momento incômodo ao estabelecer uma margem mais confortável do que o antigo teto, guardando espaço para gastos com saúde e educação.

No anúncio da nova regra, Haddad buscou adoçar o comprimido amargo do ajuste. Disse que o arcabouço permite a inclusão dos pobres no Orçamento, manifestou preocupação com as famílias e sinalizou que o custo do aperto seria pago pelos mais ricos que, segundo sua equipe, recebem benefícios indevidos.

Foi uma mensagem para os eleitores de Lula e para grupos do PT que rangem os dentes com a ideia de um aperto. Atender a esses grupos e acalmar agentes econômicos indóceis será um desafio permanente.

Dois golpes, com e sem ódio

Ruy Castro

Entre as muitas imagens do quebra-quebra dos bolsonaristas no dia 8 de janeiro, em Brasília, há uma sequência que me intriga sempre. A contrapartida exigida pelo Palácio do Planalto foi uma modulação, para que o governo tivesse fôlego pa-

É o ódio. Mas o homem continua andando e, agora sem sequer olhar para a mesa, desfere-lhe mecanicamente mais um golpe.

Não sei o que havia naquela mesa. Imagino que objetos ou documentos preciosos sobre alguma passagem da história do Brasil, mercedores de exposição, mas frágeis ou valiosos a ponto de exigir a proteção de um vidro. O depredador bolsonarista, no entanto, é indiferente ao conteúdo da mesa. Vibra-lhe o segundo golpe já sem ódio e vai em frente. É destruir por destruir.

Fico a fantasiar como seria se Bolsonaro, antes de fugir para os EUA, tivesse se esquecido de recolher suas joias sauditas, seus Rolex incrustados de diamantes, seus anéis, canetas e abotoaduras de ouro, e os deixado em algum recondito móvel ou vitrine no Planalto.

Quase posso ver aquele depredador espalhando-os a martelo, burocraticamente, sem ódio, sem olhar, sem saber a quem pertenciam, só porque estavam no seu caminho.



Violência nas escolas

Priscilla Bacalhau

Doutora em economia, consultora de impacto social e pesquisadora do FGV EESP Clear

Nesta semana vivemos mais uma vez o luto de perder uma vida para a violência brutal na escola. A professora Elizabeth Tenreiro, 71 anos, foi morta por um adolescente de 13 anos, aluno da escola em que ela lecionava, na zona oeste de São Paulo.

O sentimento de luto vai além da irreparável perda da vida da professora. A angústia se estende quando pensamos no futuro desse adolescente, no que o levou a executar tal ato, nos demais estudantes, professores e funcionários que viveram a situação e convivirão com o trauma.

O caso torna-se ainda mais amargo quando nos damos conta de que não é um fato isolado. Desde agosto do ano passado, este foi o nono ataque a escolas executado por alunos ou ex-alunos, vitimando fatalmente sete pessoas dessas comunidades escolares.

O aumento vertiginoso do número de ataques evidencia a urgência da compreensão do problema. Apenas a partir do diagnóstico de suas causas será possível elaborar e fortalecer medidas de prevenção.

As causas, contudo, são múltiplas e complexas. Casos de ataques a estabelecimentos de ensino têm como pano de fundo o sofrimento na escola. Em geral, são alunos ou ex-alunos que sofreram bullying ou agressão e estão movidos por raiva e vingança. Eles sofrem calados, pois não se sentem pertencentes à escola ou à sua própria família.

Esses jovens acham acolhimento na cultura extremista e violenta. A radicalização e os discursos extremistas, facilmente encontrados em comunidades online, validam uma tendência de violência que esses jovens já apresentam.

Não existe solução simples para problemas complexos. Mas décadas de estudos sobre o tema, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo, apontam caminhos para tentar evitar que a situação piore ainda mais.

Do ponto de vista da política educacional, deve haver o fortalecimento da formação de professores e gestores em mediação de conflitos. O objetivo deve ser viabilizar o sentimento de pertencimento, para que os alunos tenham a escola como um local de confiança. Memória entre pares pode ser uma estratégia eficaz, pois adolescentes tendem a dar menos credibilidade para adultos. Educação antirracista e contra a misoginia são essenciais para que jovens não sejam cooptados por discursos extremistas.

Além de políticas e ações dentro das escolas, cada adulto tem seu papel em dissipar a atual cultura de ódio que vivenciamos. As medidas se somam, visando resultados imediatos e de longo prazo. O tópico é doloroso, mas deve ser debatido. Todos somos responsáveis pela construção de um ambiente saudável e acolhedor para os jovens.

TENDÊNCIAS/DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Direitos humanos e sistema prisional: para quem?

Encarcerados são citados quando convém e demonizados em debates rasos

Leonardo Biagioni e Paula Sacchetta

Defensor público e mestre em direito penitenciário pela Universidade de Barcelona
Documentarista, dirigiu, entre outros, a série "Eis, Presa"

Sempre que começam as campanhas eleitorais, pessoas presas ascendem à pauta. Na última não foi diferente. Na guerra midiática, tão característica do período, Luiz Inácio Lula da Silva passou de "ladrão" a "ex-presidente", sendo chamado assim por Jair Bolsonaro inclusive durante os debates presidenciais.

Já eleito, um vídeo com pessoas encarceradas comemorando com gritos e aplausos caiu nas redes. Afirma-se que havia sido filmado quando se deu a virada em número de votos entre os dois candidatos e que os presos estavam apoiando Lula. Na verdade, as imagens são de 2016 e são só mais uma entre tantas fake news da campanha.

Do lado de cá, qualquer ligação com pessoas presas para depreciar a imagem do então candidato Lula. Do lado de lá, pessoas amontoadas em celas superlotadas, jogadas à própria sorte, sem itens de higiene dos mais básicos, comendo alimentos podres e vivendo sob condições desumanas.

O assunto do sistema carcerário pautou o debate presidencial, mas nunca foi feito de forma responsável.

Esse distanciamento em relação às pessoas presas não passa de uma metalinguagem do que ocorre todos os dias em nosso país. Isolada atrás dos muros, a população prisional luta pela sobrevivência sem qualquer direito garantido e, no entanto, adoece e morre.

Pessoas presas são citadas quando convém, demonizadas, num debate sem nenhuma profundidade para logo depois serem esquecidas ao longo dos anos de tantos mandatos. Já o desencarceramento, tema que deveria fazer parte de debates e propostas dos candidatos, não foi jamais mencionado. Passado o período das eleições, porém, algo novo aconteceu. Uma semana depois da posse de Lula, outras pessoas su-

biram a mesma rampa, desta vez para depredar a sede do governo federal e o patrimônio público.

A serem presos por crimes contra o Estado democrático de Direito, essas pessoas que sempre fizeram parte da turma do "bandido bom é bandido morto" passaram, ao experimentar o cárcere, a clamar por direitos, sobretudo direitos humanos.

Que bom! Ao que parece, de fato, esse distanciamento e os altos muros dos presídios impedem que a população emergente o que ocorre ali dentro. Isso porque o massacre midiático desinformado contrasta, desde sempre, com as características desse grupo e a realidade dos cárceres.

Longe de representarem o maior perigo à sociedade, do lado de lá das grades, na verdade, vivem sob condições degradantes. Segundo dados da Defensoria Pública de São Paulo, nenhuma unidade prisional do estado conta com equipe mínima de saúde;

mais de 70% das unidades prisionais racionam água e, em 20%, ela é liberada somente uma hora ou menos por dia dentro das celas, que são, em sua grande maioria, superlotadas, comportando em média o dobro do número de pessoas da sua capacidade. Tudo isso leva à seguinte estatística: uma pessoa morre a cada seis horas nos presídios do Brasil. Não bastasse, essa necropolítica seletiva atinge a população jovem e negra do país, que é a maioria presa.

Os dados também mostram que essa violência é desproporcional com o crime que, em tese, foi praticado. Não se que mais da metade das pessoas presas não praticaram crime com grave ameaça ou violência.

Assim, o alarde que se faz passa longe de uma discussão razoável sobre o tema, e as campanhas eleitorais, infelizmente, mostram um total desconhecimento no que se refere à população privada de liberdade.

A invisibilização dos espaços de privação de liberdade é uma entre muitas ferramentas para a manutenção desse estado de barbárie e desumanização. Espera-se, assim, que o sensacionalismo verificado durante a eleição não seja colocado como política do novo governo e que haja uma mudança radical com relação às ações para o sistema carcerário, efetivando o desencarceramento e proibindo o aprisionamento para certas condutas praticadas sem violência.

Assim, o alarde que se faz passa longe de uma discussão razoável sobre o tema, e as campanhas eleitorais, infelizmente, mostram um total desconhecimento no que se refere à população privada de liberdade. A invisibilização dos espaços de privação de liberdade é uma entre muitas ferramentas para a manutenção desse estado de barbárie e desumanização. Espera-se, assim, que o sensacionalismo verificado durante a eleição não seja colocado como política do novo governo e que haja uma mudança radical com relação às ações para o sistema carcerário, efetivando o desencarceramento e proibindo o aprisionamento para certas condutas praticadas sem violência.

Será que a turma dos "direitos humanos para humanos direitos" não concorda agora que eles devem ser, na verdade, universais, abarcando também as pessoas presas?

Pois temos um consenso. Mãos à obra.

[...]

Espera-se que o sensacionalismo verificado durante a eleição não seja colocado como política do novo governo e que haja uma mudança radical com relação às ações para o sistema carcerário, efetivando o desencarceramento e proibindo o aprisionamento para certas condutas praticadas sem violência

Um dia para celebrar

Que 31 de março jamais seja esquecido, mas como um marco da democracia

Flávia Pellegrino e Pedro Kelson

Jornalista, é mestre em ciência política e coordenadora executiva do Pacto pela Democracia

Mestre em cultura política e capital social, é coordenador de articulação do Pacto pela Democracia

Se em 1964, a democracia brasileira sofreu o primeiro golpe de sua história, nesta mesma data, há 40 anos, florescia nas ruas do país a mais importante e decisiva mobilização popular do processo de redemocratização brasileiro, a campanha das Diretas Já. Em 31 de março de 1983, um comício no município pernambucano de Abreu e Lima inaugurava a série de manifestações que uniu e mobilizou, durante mais de um ano, setores sociais e a classe política do país em sua mais profunda diversidade. Ao longo do governo Jair Bolsonaro (PL), demandas de tal natureza foram constantes e crescentes, assim como as tentativas de revisionismo histórico e o uso das instituições de Estado para enaltecer o autoritarismo a cada 31 de março.

Hoje, portanto, a única celebração possível, necessária e urgente é a da democracia.

Há quase três meses o país viveu uma nova tentativa de ruptura de seu regime democrático, em violentas invasões às sedes dos três Poderes durante as quais ecoaram inadmissíveis pedidos por intervenção militar. Estes não foram, porém, exclusividade do 8 de janeiro de 2023. Ao longo do governo Jair Bolsonaro (PL), demandas de tal natureza foram constantes e crescentes, assim como as tentativas de revisionismo histórico e o uso das instituições de Estado para enaltecer o autoritarismo a cada 31 de março.

Mas, além de comemorar e repudiar o golpe bem-sucedido 59 anos atrás, a data de hoje também evoca o início das manifestações das Diretas Já, tornando-se um marco da lu-

ta pela democracia na história brasileira. Uma batalha permanente em um país em que o enraizamento da cultura democrática se faz premente.

Não à toa, em 2022 o Brasil resuscitou o espírito e a práxis das diretas. Na sociedade civil, atores dos mais diversos setores uniram-se em coalizões inéditas, mirando um grande e único objetivo: salvaguardar a integridade do processo eleitoral. Entre lideranças e partidos políticos, alianças tão plurais quanto improváveis prevaleceram e permitiram a composição de uma frente surpreendentemente ampla, que tinha o compromisso com a democracia como alicerce e a vitória

[...]

Além de comemorar e repudiar o golpe bem-sucedido 59 anos atrás, a data de hoje também evoca o início das manifestações das Diretas Já, tornando-se um marco da luta pela democracia na história brasileira. Uma batalha permanente em um país em que o enraizamento da cultura democrática se faz premente

ria sobre o autoritarismo como foco. As articulações do campo democrático em defesa da democracia, porém, tiveram início anos antes das explícitas ameaças às eleições de 2022. Importantes iniciativas na sociedade civil já emergiam mesmo antes da chegada de Bolsonaro ao Planalto, como o Pacto pela Democracia, e tantas outras valiosas iniciativas surgiram à medida que a escalada autoritária bolsonarista se consolidava. A centralidade da atuação da sociedade civil na resistência e na construção da democracia brasileira é notável, tanto no passado quanto no presente.

Há, entretanto, uma diferença importante entre as trincheiras de defesa da democracia nos anos 1980 e no século 21. Enquanto aquela tinha uma agenda positiva — eleições diretas —, os movimentos contemporâneos tiveram de assumir um caráter reativo e minimalista frente aos sistêmicos ataques a liberdades e direitos fundamentais entre 2019 e 2022.

Neste novo ciclo político-democrático iniciado no Brasil em 2023, a reconstrução da democracia é imperativa. Todavia, faz-se a real que a sociedade brasileira finalmente enfrenta a questão militar, encare com seriedade os processos de defesa, memória e justiça, e pavimentando caminhos de aprimoramento e proteção de seu regime democrático. Que o dia 31 de março jamais seja esquecido, mas passe a ser, definitivamente, um marco de democracia — hoje e sempre.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01022-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



O ministro da Justiça, Flávio Dino, fala aos deputados da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados. Pedro Lobo/Info/Agência

Espetáculo

"Audiência de Dino na CCJ tem deboche sobre Terra plana e bate-boca entre base e bolsonaristas" (Política, 28/3). Fernando Collor instituiu no meio político o bate-boca e o deboche as claras. Desde então, infelizmente, muitos políticos têm adotado essa prática para atacar e defender. Isso é uma vergonha para as nossas instituições.

Petrônio Alves Filho (Três Lagoas, MS)

Retorno

"Audiência chega ao Brasil após 89 dias nos Estados Unidos" (Política, 29/3). Tenho do do PL. Para manter uma gorda verba partidária, virar refém do cidadão, tem que dar casa, comida e roupa lavada para família, mas o senhor Costa Neto fez por merecer, corre o risco de virar PSI. Ou seja, nada.

Jose Celso Rigli (São Bernardo do Campo, SP)

Melhor Jair encomendando a tor nozeira verde e amarela.

Adriano Santos (Macas, RJ)

"Bolsonaro diz que joias 'caríssimas' foram presentes por amizade com mundo árabe" (Política, 30/3). Além de laráprio é debochado. Se um qualquer faltar isso para a polícia, apalpa.

Patrícia Floriano Pedrosa (Brasília, DF)

Diplomacia

"Lula deve remarcar viagem à China para 1 de abril" (Mundo, 29/3). Viagem importantíssima, visita ao nosso principal parceiro comercial e um Estado com o qual podemos criar projetos de cooperação tecnológica, industrialização etc. A pauta do Brasil com a China tem que pensar em primeiro lugar nos brasileiros, debate que infelizmente nossa imprensa não consegue fazer. Parece que a pauta já vem pronta: só olhar para onde Washington aponta. Qual é o nosso interesse nacional?

Camila Kowalski (Salvador, BA)

Riqueza

"Argentina já foi mais rica do que Alemanha, Itália e França" (Mercado, 29/3). Não foi o gasto público e investimento em programas sociais o que levou a Argentina ao estado de crise e afirmar isso seria desconhecer que é apenas sobre a base da equidade como um país pode desenvolver-se. Foi a falta de investimento em políticas estruturais, como a educação, que comprometeram a mobilidade social, além da anulação de corrupção e instabilidade política por conta dos golpes.

Sandra Lorena Pérez Guzmán (Cunhita, PR)

O fator fundamental foi a estratégia de desenvolvimento industrial baseada em substituição de importações, a mesma do Brasil. Com o agravante do mercado interno argentino ser muito menor. E como se São Paulo fosse um país independente, sem ter o resto do país como mercado cativo para seus produtos.

José Cardoso (Rio de Janeiro, RJ)

Terror

"Mulher é enterrada viva em túmulo em MG por vingança, diz polícia" (Cotidiano, 28/3). Essas notícias ruins e gritantes, apesar de fortes, ainda não representam a imensa maioria da humanidade que busca o bem e o caminho da luz.

Adriano Brito (São Paulo, SP)

Insalubridade

"Saúde mental infantojuvenil piora no país, mas políticas públicas patinam no enfrentamento" (Cotidiano, 29/3). A saúde mental do país está pior. Não são só os jovens. A pandemia, a briga política, a miséria crescente entre os menos favorecidos e o relaxamento com a educação entre os mais abastados. Nada ajuda a melhorar.

Ivo Ferreira (Rio de Janeiro, RJ)

Responsabilidade

Lendo a coluna da Marilize sobre responsabilizar a internet pela violência e distúrbios de comportamentos de jovens e depois de dias de leituras de análises sobre o porquê da violência entre crianças e adolescentes, fico me perguntando: onde está a responsabilidade da família na criação de crianças amorosas, com noção de bem comum e ética? Família que, quando estiver diante de crianças agressivas e com distúrbios de comportamentos, vá em busca de audiências em unidades de saúde, nas escolas e não fiquem a esperar que um milagre aconteça ("Internet produz jovens assassinos", Marilize Pereira Jorge, 29/3).

Jussara Helena Beltracchi (Ribeirão Preto, SP)

Concordo plenamente com o artigo. No que está se transformando o ser humano? Até quando vamos assistir passivamente a manipulação e abdução mental?

Claudia Astrid Gregory Nunes Freire (Florianópolis, SC)

O termo não é internet. Os termos são racistas, supremacistas, fascistas, nazistas e sua estética da violência. No Brasil é conhecido como bolsonarismo.

Mércilio Silva (Brasília, DF)

Desfrutar

"Nunca é tarde para gozar" (Mírian Goldenberg, 29/3). Infelizmente a mulher nunca foi incentivada a sentir prazer e se conhecer como os homens são incentivados. O machismo conta muito na "falta de interesse" das mulheres também.

Regiane Alencar (São Paulo, SP)

Acho que o grande trunfo, a grande conquista das novas gerações está sendo consolidar a aceitação das pessoas, da forma que elas querem ser. Aprender muito com meus filhos.

Ricardo Lobo (Terezópolis de Goiás, GO)

Charge

A genial Laerte nos dá aquele nó matinal na garganta com sua charge em que a morte é a nova personalidade, o presente de nossas escolas. Que dor saber que, para expulsar Paulo Freire, fizeram isso com nossa sociedade.

Renato Alessandro da Silva (Sumaré, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

MUNDO (30. MAR., PÁG. A14) Leo Vardak é chefe de governo da República da Irlanda, não da Irlanda do Norte, como afirmava o texto "Novo prêmio da Escócia é 1º não branco e mulçumano no cargo".

A ação de três partidos aliados do governo Lula (PT) no STF que pede a suspensão do pagamento de multas de acordos de leniência de empresas alvos da Lava Jato terá o ministro André Mendonça como relator. Como assessor da CGU entre 2016 e 2018, ele participou da negociação de seis destes acordos. "Ele me ajudou muito, foi fundamental", diz o ex-ministro Wagner Rosário, que o requisitou da AGU, onde era servidor concursado, para coordenar essas negociações.

SINAIS Entre as empresas objeto de acordos assinados no período em que Mendonça estava na CGU estão empreiteiras como Odebrecht, UTC e Andrade Gutierrez, todas alvos da Lava Jato. Segundo pessoas que acompanham a questão, a designação de Mendonça como relator, feita por sorteio, indica que o tema não deve prosperar na corte. Isso a menos que ele se declare impedido.

SOB NOVA... O Brasil rejeitou duas recomendações feitas no ano passado no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU, que apoiavam posições em defesa do conceito tradicional de família e contra identidades de gênero. Os textos foram propostos pelo Egito e pela Rússia e eram parte da Revisão Periódica Universal pela qual passou o país.

—DIREÇÃO Na visão do governo Lula, as declarações não reconheciam a pluralidade e a diversidade da população brasileira. Além disso, o Brasil também assinou uma declaração proposta pela Argentina em defesa do reconhecimento à autoidentificação de gênero.

SEM RECUELO Uma equipe do Ministério das Cidades visitou neste sábado (31) regiões periféricas no Rio, incluindo o local no Complexo da Maré em que o ministro da Justiça, Flávio Dino, esteve há algumas semanas, o que lhe rendeu críticas de opositores. "É absurdo que a direita criminalize a favela como estão tentando fazer", diz o secretário de Territórios Periféricos da pasta, Guilherme Simões.

BANDEIRA O ex-deputado federal Décio Lima (PT-SC), que deve assumir a presidência do Sebrae Nacional em abril, promete uma gestão "com debate democrático" e sem autoritarismo. Ele substituirá Carlos Melles, forçado a renunciar após uma articulação do ex-presidente da instituição Paulo Okamoto, chancelada pela Polícia Federal.

GUINHA Lima diz que Okamoto será uma espécie de "consultor permanente" de sua gestão à frente do órgão, que tem orçamento de cerca de R\$ 6 bilhões para este ano, e por isso costuma despertar a cobiça de partidos.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★ ★ ★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8000
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R\$ 29,90	R\$ 39,90
EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa	Assinatura semestral*
	seg. a sáb.	dom. e fins de semana
MG, PR, RJ, SP	R\$ 6	R\$ 9
DF, SC	R\$ 7	R\$ 10
ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 7,50	R\$ 11
AL, BA, PE, SE, TO	R\$ 11,50	R\$ 14
Cursos estaduais	R\$ 12	R\$ 15
		R\$ 1.189,90
		R\$ 1.501,90
		R\$ 1.518,90
		R\$ 2.008,90

*A vista com entrega domiciliar diária. Cargo tributário 3,65%.

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
341.327 exemplares (fevereiro de 2023)



Bolsonaro retorna ao Brasil sob pressão, mira Lula e rebate ação no TSE

Após 89 dias nos EUA, ex-presidente terá que lidar com apurações e processos na Justiça e descarta Michelle candidata à Presidência

Marianna Holanda,
Renato Machado e
Anna Virginia Balloussier

BRASÍLIA E ORLANDO O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) retornou ao Brasil na manhã desta quinta-feira (30) após uma temporada de 89 dias nos Estados Unidos. Ele viajou à Flórida no final de dezembro para evitar passar a faixa presidencial a seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Bolsonaro, que segundo aliados deve comandar a oposição a Lula, mirou no petista em suas primeiras declarações após o retorno. Disse que o petista está "por pouco tempo no poder" e não pode "fazer o que quiser" com o destino da nossa nação.

Também afastou a possibilidade de sua esposa, Michelle Bolsonaro, disputar a Presidência da República, e disse não ver motivos para ser declarado inelegível pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral). O ex-presidente posou em Brasília num voo da Gol proveniente de Orlando. Um grupo de apoiadores o esperava no saguão de desembarque, mas eles não conseguiram saudar Bolsonaro por causa do esquema de segurança montado pela Polícia Federal.

Citando que tumultos no terminal poderiam prejudicar o funcionamento do aeroporto, a PF determinou que Bolsonaro deveria desembarcar antes dos demais passageiros. Ele foi levado de carro diretamente para a sede do Partido Liberal, onde foi recebido por Michelle e aliados políticos.

Dezenas de simpatizantes se aglomeraram em frente ao prédio comercial em Brasília onde funciona o PL. O ex-presidente foi rapidamente ao local onde estavam os apoiadores, acenou para os presentes e ouviu gritos de "mito".

Ao chegar no PL, Bolsonaro elogiou o perfil do Congresso empossado no início do ano e sugeriu que os parlamentares seriam uma contenção a políticas de Lula.

"Eu lembro lá atrás quando alguém criticava o Parlamento, Ulysses Guimarães dizia:

BOLSONARO DEFENDE SALLES CANDIDATO EM SP

Jair Bolsonaro (PL) defendeu o nome de Ricardo Salles (PL) para concorrer à Prefeitura de São Paulo em 2024. Questionado se preferia o ex-ministro ou o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), o ex-presidente disse que não descartava seu filho da disputa, mas que Salles era mais preparado para enfrentar os problemas paulistas.

Bolsonaristas disputam nos bastidores quem será o candidato do grupo contra o atual prefeito, Ricardo Nunes (MDB). "Eu vejo que Ricardo Salles é mais experiente, mais vivo, mais vivo para isso. É o terceiro maior orçamento do Brasil, é cidade grande, com seus problemas e o Ricardo Salles conhece muito mais do que o Eduardo. Não estou descartando o Eduardo, não. Mas acredito que o Eduardo tem que pagar um... Tem que ficar mais um tempo no Legislativo, para disputar um cargo no Executivo".

"espera o próximo". Desta vez, o próximo melhorou e muito. O Parlamento tem nos orgulhando pelas medidas, pela forma de se comportar, agir lá dentro, fazendo o que tem que ser feito e mostrando para esse pessoal que, por ora, pouco tempo, está no poder, eles não vão fazer o que bem querem com o destino da nossa nação", afirmou.

Mais tarde, em entrevista à rádio Jovem Pan, o ex-mandatário criou a primeira polêmica direta com o novo governo, criticando a equipe de Lula por não lhe ter fornecido veículos blindados. Bolsonaro afirmou que viu essa iniciativa como "um recado".

A Casa Civil afirmou em nota que nenhum ex-presidente tem direito à utilização de carro blindado e que foi disponibilizada a Bolsonaro a mesma estrutura dada a outros ex-mandatários.

Na mesma entrevista, Bolsonaro afirmou que Michelle não tem a vivência política necessária para ser candidata à Presidência ou para outro cargo no Executivo. Ele afirmou que a ex-primeira-dama tem que ter "algo mais".

"Com todo o respeito, a senhora Michelle não tem essa vivência [política] para aguentar uma batida dessas", disse. "Alguém lançou o nome dela. Ela já falou que não quer saber de cargo, não quer. Está fora disso, até porque não tem a vivência. Até para você ser prefeito não é fácil. Eu vejo alguns prefeitos que, quando terminam o mandato, apesar de ter feito um bom trabalho, se arrependem dando o número de processos que respondem por improbidade administrativa", completou.

Michelle viajou com Bolsonaro para os Estados Unidos, mas retornou antes ao Brasil. Ela assumiu a presidência do PL Mulher e é vista por aliados como um ativo político importante —tanto por sua conexão com os evangélicos como por seu potencial de reduzir a resistência de Bolsonaro entre as mulheres.

Além de atuar como líder da oposição, Bolsonaro terá que lidar no Brasil com uma série

de apurações e processos na Justiça. Só no STF (Supremo Tribunal Federal), seis inquéritos apuram condutas de Bolsonaro que podem configurar crimes. Além disso, há outras 16 ações no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que podem torná-lo inelegível.

Há também mais de uma dezena de pedidos de investigação contra Bolsonaro que foram mandados por ministros do Supremo para a primeira instância da Justiça devido à perda do foro especial com a saída dele da Presidência. Esses pedidos começaram a ser enviados a esferas inferiores no dia 10 de fevereiro.

Bolsonaro ainda pode ser investigado no caso das joias da Arábia Saudita. Na quarta (29), ele e seu ex-ajudante de ordens, tenente-coronel Mauro Cid, foram intimados pela Polícia Federal a depor em 5 de abril —por enquanto, na condição de testemunha.

A Jovem Pan, o ex-presidente disse não ver motivos para o TSE torná-lo inelegível.

"A questão do Tribunal Superior Eleitoral os advogados do partido estão tratando. Não vejo materialidade em nada. A ação mais forte contra mim é uma reunião que fiz com embaixadores em meados do ano passado. Não vejo motivo para me julgar inelegível por causa disso", declarou.

No campo eleitoral, a principal ação em análise foi apresentada pelo PDT e tem como foco a reunião convocada pelo então presidente com embaixadores em julho de 2022. Naquela ocasião, ele repetiu teorias da conspiração sobre urnas eletrônicas e promoveu ameaças golpistas.

Bolsonaro é investigado no STF em inquéritos que tem o ministro Alexandre de Moraes como relator.

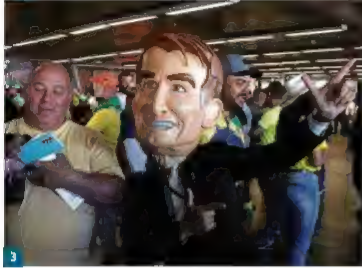
Há apurações relacionadas ao ex-presidente nos inquéritos das fake news e das mídias digitais, por exemplo. Ele também é alvo de investigação que apura vazamento de dados sigilosos de investigação de suposto ataque ao sistema do TSE.

Continua na pág. A5



Fotos Pedro Ladeira/InfraPress

Sergio Lima/AF



Continuação da pág. A4

Um inquérito que tramita no Supremo também apura a conduta de Bolsonaro na live em que afirmou falsamente que a vacinação contra a Covid-19 está ligada ao risco de contrair o vírus da Aids.

Além disso, o ex-presidente é investigado no inquérito que apura a conduta de suspeitos de incitar e serem os autores intelectuais dos ataques às sedes dos três Poderes, no dia 8 de janeiro deste ano.

Ex-presidente afirma que ganhou joias por amizade com árabes

BRASÍLIA O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou nesta quinta-feira (30) que recebeu presentes de elevado valor da Arábia Saudita por causa da relação de amizade que construiu com o mundo árabe.

"Agora [são] joias caras? Sim, caríssimas, até pela relação de amizade que eu tive com o mundo árabe", afirmou

o ex-mandatário à Jovem Pan. O ex-presidente reconheceu que as joias eram para a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e que ele tentou revê-las. No entanto, ressalta que "não foi na mão grande".

"Entregamos ali o primeiro conjunto que cheguei na Presidência. Cadastrai. E, tentando recuperar o outro conjunto da Michelle, foi via ofício, não foi na mão grande. Não sei porque essa onda toda. Sei porque achando isso algo que eu fiz errado eu fico até feliz, não têm do que me acusar", afirmou.

Questionado sobre qual motivo para os árabes dar um presente de R\$ 16 milhões,

“Alguém lançou o nome dela [Michelle, para a Presidência]. Ela já falou que não quer saber de cargo no Executivo, está fora disso, até porque não tem a vivência

Jair Bolsonaro (PL)
ex-presidente, após chegar ao Brasil



O ex-presidente Jair Bolsonaro em reunião com parlamentares do seu partido, o PL, nesta quinta-feira (30), em Brasília; E) Eduardo Bolsonaro, ao centro, no aeroporto da capital federal, espera a chegada do pai; E) E) os bolsonaristas se aglomeram no saguão do aeroporto Juscelino Kubitschek para receber o ex-presidente, na manhã desta quinta

Bolsonaro disse que "eles têm dinheiro" e que é um "prazer deles" presentear.

"A rainha da Inglaterra, ela já é falecida, ganhou de R\$ 50 milhões. Eles têm dinheiro, pô. E o prazer deles dar esse presente", disse Bolsonaro. "Esse seque lá, ele me convidou, fui na casa dele... Fiquei na casa dele. Tem coisa que nós não temos, três esposas, por exemplo", continuou, sob risadas.

O ex-presidente disse ainda que a riqueza deles não é só advinda do petróleo, como também de comércio, turismo e tecnologia. "São riquíssimas [idades dos Emirados Árabes] e procuram agradar as

pessoas. Eu sou um cara que continuo com meu relógio aqui, graças a Deus."

Bolsonaro se defendeu da acusação de que teria se apropriado dos presentes oficiais argumentando que todos já estavam cadastrados pela Presidência da República.

"Quem classifica se é pessoal ou público não sou eu. Tem um pessoal na Presidência da República, são servidores de carreira que classificam. E na lei fala que eu posso até usar, não posso vender. Mas, como criou-se o problema, estou à disposição. E o TCU [Tribunal de Contas da União] disse por liminar que eu poderia ter a posse dessas joias. Depois foi julgada essa liminar na frente, ela caiu. Qual a decisão final? As joias foram entregues para a Caixa Econômica Federal e as duas joias foram entregues para a Polícia Federal", afirmou.

O ex-presidente mais tarde disse que só ficou chateado por devolver o "HK", o fuzil que ele recebeu de presente, argumentando que é apaixonado por armas. **RM e MH**

Governo Lula minimiza volta e ofusca rival com regra fiscal

Palácio do Planalto trabalha para demonstrar normalidade e evitar embates diretos do presidente

Cátia Seabra e Renato Machado

BRASÍLIA O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) minimizou os efeitos políticos do retorno de Jair Bolsonaro (PL) ao Brasil, nesta quinta-feira (30), e adotou a estratégia de deixar transparecer normalidade na rotina do Palácio do Planalto e evitar embates diretos com o ex-mandatário.

Além disso, interlocutores do governo e aliados fizeram a leitura de que a chegada de Bolsonaro, após 89 dias nos Estados Unidos, não teve o impacto planejado; e que o clima de apoteose que muitos bolsonaristas vinham vendendo não se concretizou. Isso acabou permitindo até zombarias nas redes sociais, embora tenha ficado acertado que Lula não seria envolvido nessas manifestações.

Bolsonaro aterrissou em Brasília pouco antes das 7h, encerrando assim a sua temporada na Flórida. Dezenas de apoiadores e aguardaram no saguão do aeroporto e em frente ao complexo de torres comerciais onde está localizada a sede do PL. A mobilização não impressionou interlocutores de Lula.

O esquema de segurança montado pelas autoridades do Distrito Federal impediu que Bolsonaro se juntasse a militantes no aeroporto ou mesmo desfilasse pelas ruas.

Desde o início da manhã, Lula recebeu relatos de seus ministros sobre a recepção a Bolsonaro. Um deles chegou a informar, em tom jocoso, que havia dois policiais para cada apoiador em frente ao prédio onde fica o PL.

Aliados afirmaram que o petista evitou dar importância e recomendou que se imprimitisse ar de naturalidade ao dia. Segundo aliados, Lula afirmou que a melhor resposta seria mostrar que o atual governo está em movimento e trabalhando.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), disse que a volta do ex-presidente "não é fato relevante que mereça ser comentado".

Embora tenham minimizado a chegada de Bolsonaro, aliados admitiram que a divulgação da nova regra fiscal poucas horas depois acabou por ofuscar as ações dos bolsonaristas. Um interlocutor apontou que o trabalho apresentado pela equipe do ministro Fernando Haddad (Pazenda), de grande repercussão no mercado, acabou ocupando os principais espaços noticiosos.

Oficialmente, governistas negaram que a definição do momento da divulgação da regra tenha levado em conta o desembarque de Bolsonaro. No entanto, reconhe-

ceram que houve uma antecipação. Aliados apontaram nos bastidores que a apresentação oficial de Haddad estava prevista para sexta (31).

Um líder do governo no Congresso complementou que a decisão era fazer a divulgação após Haddad conversar com os presidentes do Senado e da Câmara, respectivamente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e Arthur Lira (PP-AL). A apresentação a Pacheco e demais senadores aconteceu apenas por volta das 9h desta quinta — e horas depois a nova regra fiscal já vinha à público.

Além disso, há a avaliação de que Bolsonaro consumiu parte do dia em explicações sobre joias apresentadas pelo governo da Arábia Saudita.

Lula buscou dar um aspecto de normalidade e retomou os eventos públicos que não vinham acontecendo desde a semana passada, quando ele recebeu diagnóstico de pneumonia e precisou suspender a sua viagem à China. O petista vinha apenas realizando reuniões internas com alguns ministros no Palácio da Alvorada.

Ainda na manhã desta quinta, o governo organizou um evento com a presença de Lula para a apresentação da taxa da Copa do Mundo de futebol feminino e assinatura de um decreto que cria estratégia desenvolvimento da modalidade entre as mulheres.

Inicialmente, apenas fotografias e cinegrafistas poderiam acompanhá-lo. No entanto, de última hora, o evento acabou aberto para toda a imprensa.

Lula ficou incomodado com as reclamações de Bolsonaro sobre o carro a que tem direito na condição de ex-presidente. Bolsonaro reivindicou um automóvel blindado. Mas, segundo seus interlocutores, ao saber dessa quebra, Lula lembrou que nenhum ex-presidente teve direito a veículo blindado.

Uma das únicas manifestações do governo sobre a volta de Bolsonaro foi justamente o ex-presidente se informar. A Casa Civil divulgou uma nota afirmando que o ex-presidente estaria usufruindo de dois veículos com motoristas, como previsto na legislação; e ainda acrescentou que nenhum ex-presidente teve direito a carro blindado.

Apenas um integrante do governo aprovou uma baixa adesão ao ato de chegada de Bolsonaro para ironizar o ex-presidente se informar. A Casa Civil divulgou uma nota afirmando que o ex-presidente estaria usufruindo de dois veículos com motoristas, como previsto na legislação; e ainda acrescentou que nenhum ex-presidente teve direito a carro blindado.

Apenas um integrante do governo aprovou uma baixa adesão ao ato de chegada de Bolsonaro para ironizar o ex-presidente se informar. A Casa Civil divulgou uma nota afirmando que o ex-presidente estaria usufruindo de dois veículos com motoristas, como previsto na legislação; e ainda acrescentou que nenhum ex-presidente teve direito a carro blindado.

"Mais uma vez ele [Bolsonaro] se demonstrou um líder de pé de barro, quando fugiu do país. Agora, fez uma semana inteira de mobilização e [mesmo assim] depois a recepção no aeroporto", disse o petista.

A equipe de Lula, no entanto, afirmou que se tratou de uma manifestação espontânea de Padilha e negou que o ministro palaciano tenha sido escalado para a missão de entrar em embate com os bolsonaristas.

Ex-presidente e petista apostam na polarização em momento em que enfrentam cenário adverso

ANÁLISE

Igor Gielow

SÃO PAULO Após o inédito duplo abandono da Presidência, contando aí os dois meses em que ficou amado no Palácio da Alvorada após perder a reeleição e a fuga para a Flórida dois dias antes da posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Jair Bolsonaro (PL) voltou ao Brasil.

Passados três meses, seu desembarque esteve longe da consagração aeroportuária que marcou sua marcha à Presidência — na sede do PL, havia uma concentração pífia de apoiadores, mesmo Brasília sendo uma ilha bolsonarista. Mas esse é o menor de seus problemas.

A questão central para ele é análoga à de seu ídolo político e modelo comportamental, o também ex-presidente americano Donald Trump. Após ser derrotado em 2020, o republicano não reconheceu a vitória de Joe Biden e instigou uma sublevação popular que levou destruição ao Capitólio no 6 de janeiro de 2021.

Agora, Trump se prepara para tentar voltar à Casa Branca no ano que vem, mas a realidade política à sua volta é bastante adversa. Evidentemente, tem votos e conta com seu poder midiático, mas enfrenta uma renovada concorrência

em seu partido e um leque de pendências judiciais graves.

Resta-lhe, como mostrou o discurso amalucado que fez em Waco, cidade ícone de uma certa direita americana pelo cerco trágico de forças federais contra uma seita religiosa, redobrar a aposta na polarização que o elegeu em 2016.

Adaptando uma ou outra coisa, é a história de Bolsonaro após a derrota de outubro passado: sem reconhecer a vitória de Lula, inventando o dos golpistas que criaram o 8 de janeiro de Brasília, vendendo emergir lideranças no seu círculo de jogo e enfrentando problemas que poderão tirar seus direitos políticos.

Assim, caberá ao ex-presidente a radicalização, apostar naqueles 25% que, em dezembro passado, disseram ao Datafolha se consideram bolsonaristas. Quantos são agora, após a reação institucional ao golpismo esposado pelo grupo, é algo a se afirmar, mas é ilusório achar que desapareceram.

O que parece certo é que são uma força reduzida da qual se mete do eleitorado que votou nele no segundo turno, não menos porque aquele contingente acabava antipetistas que reprovam o 8/1 e a lambança das joias árabes.

Bolsonaro voltar no país para liderar a direita, como quer o presidente de seu partido, cioso do enorme Fundo Par-

tidário que os votos bolsonaristas lhe deram, é outra história. Como ele mesmo disse ao embarcar de volta a Brasília, esqueçam.

Basta olhar para sua Presidência. Não faz parte de seu repertório a construção política, ao contrário. O que não quer dizer que ele não tenha voto. Resta saber o uso que será lá fora — nem montar a própria sigla, a tal Aliança, ele conseguiu no ápice do poder.

Este é um momento de readequação de forças, e a saída do Republicanos do cenário clássico com PL e PP rumo ao novo cenário de Lula, ao formar o maior bloco da Câmara (144 deputados) com o PSD, MDB e Podemos, é sinal disso.

O cérebro por trás da operação é Gilberto Kassab, o presidente do PSD e secretário de Governo paulista, que quer transformar o seu governador, Tarcísio de Freitas (Republicanos), em liderança nacional de uma centro-direita que agregue o voto conservador e também bolsonarista, de alguma forma convencido a deixar de lado o radicalismo e a tosquice.

Sinal do pragmatismo adotado, PSD e MDB estão no ministério de Lula, mas de olho no comportamento do presidente, que promete começar de fato seu governo no momento em que Bolsonaro desembarca, com a apresenta-

ção do novo arcabouço fiscal.

Se fracassar em convencer o mercado e o Congresso de sua viabilidade, o governo Lula arrisca permanecer em cenário de liderança mucoisa: não se funcional, dificilmente o novo cenário lançará seu quinhão do governo, sobrando ao modelo original o papel de oposição e lago para pescar dissidentes.

Bolsonaro terá de se manter no palanque para evitar a sangria de apoio. Para Lula, que sempre manteve relação simbiótica com o ex-presidente, é ótima notícia. Foi da lava do bolsonarismo que saíram vários temas que ajudaram o governo a manter o foco na polarização, enquanto se digladiava entre dificuldades de articulação política e a verborragia extremada do presidente.

Houve o 8/1, a crise yanomami (que é perene, mas ficou na conta de Bolsonaro por seu desdém por indígenas), as joias da Arábia Saudita, a demonização do Banco Central independente herdado de seu governo. Agora, haverá o ex-presidente em pessoa.

Como notou o jornalista Elio Gaspari, será uma situação inédita em que um ex-presidente fugirá diretamente o sucessor, de olho em sua cadeira. Se a agressividade de Lula contra seus antecessores já era deletéria do ponto de vista institucional, nada de bom deve sair de um cenário de guerra aberta.

“Não é fato relevante que mereça ser comentado

José Guimarães
líder do governo na Câmara (PT-CE), sobre a volta de Bolsonaro

Foco no paciente é chave para a qualidade hospitalar

Especialistas apontam a importância de construir uma cultura de qualidade e de acompanhar indicadores inclusive após a alta

Al buscar assistência à saúde, seja para check-ups de rotina ou para procedimentos mais complexos, que exigem internação e até cirurgia, o paciente muitas vezes não sabe o que esperar do atendimento, do tratamento ou do pós-alta. A divulgação de indicadores de qualidade e segurança ajuda a empoderar o paciente em sua escolha num momento que é, muitas vezes, de fragilidade. No entanto, a transparência precisa ir além.

"Se um paciente tem um problema, é internado, faz uma cirurgia e vai para casa, ele precisa saber: qual é a taxa de melhora, o que ele deve ou pode esperar da sua recuperação?" Os resultados do cuidado vão além do ambiente hospitalar e esses também são dados que precisam ser analisados e compartilhados", afirmou Vanessa Teich, diretora de Economia da Saúde do Einstein, em um debate promovido pela organização na última semana, que reuniu especialistas em saúde do Brasil e do exterior.

Uma organização que busca a entrega do melhor desfecho deve saber informar seus indicadores de maneira adequada e usar todos os recursos para que essa informação seja compreensível

Sidney Klajner,
presidente do Einstein

Para responder à pergunta principal do seminário — o que todo paciente precisa saber sobre qualidade nos serviços hospitalares? —, os integrantes dos quatro painéis destacaram a necessidade de envolver cada vez mais o paciente nas decisões sobre seu tratamento e de transparência na divulgação de dados pelas organizações de saúde.

"Uma organização que busca a entrega do melhor desfecho [resultado da assistência em saúde] deve saber informar seus indicadores de maneira adequada e usar todos os recursos para que essa informação seja compreensível, visando unicamente o benefício do paciente", afirmou Sidney Klajner, cirurgião do aparelho digestivo e presidente do Einstein.

Os especialistas também apontaram a importância de os hospitais investirem continuamente não só em novas tecnologias e tratamentos, mas na formação de suas equipes multidisciplinares e de fomentarem uma cultura interna de qualidade e segurança no cuidado.

"A qualidade e a segurança não são adquiridas voluntariamente, pela própria complexidade do tema. É preciso ter métodos para organizar e ordenar

os processos. É uma forma de fazer isso é por meio dos processos de acreditação", disse Hellen Costa Júnior, superintendente do Consórcio Brasileiro de Acreditação, associado da Joint Commission International (JCI), o mais importante reconhecimento em processos de qualidade e segurança em saúde. "Os programas de acreditação, quando bem implantados, proporcionam processos de melhoria de qualidade", completou.

No caso do Einstein, o investimento na jornada que o levou aos 17 selos de acreditação que possui hoje, sendo 14 deles internacionais, teve início na inauguração do hospital, na década de 70, e se aprimorou com o tempo, envolvendo o engajamento de toda a equipe responsável pelo cuidado. "Quando começamos a ouvir falar em indicadores, fomos atrás e experimentamos de tudo, até descobrimos os modelos de acreditação. A acreditação, hoje, é o nosso joio e não o nosso terno em termos de qualidade. É o mínimo que devemos fazer e, a partir disso, vamos atrás das inovações", disse Miguel Cendeghro, diretor médico do Einstein.

O Einstein foi o primeiro a receber o reconhecimento da JCI, em 1990, e é a primeira na América Latina a conquistar a designação de hospital Magnet, a de maior excelência na enfermagem e no cuidado. "Isso significa que a instituição observa e segue normas de segurança para que o paciente tenha desfechos positivos, com redução potencial de eventos adversos", explicou Karen Wentzel, analista sênior do programa de reconhecimento Magnet, da American Nurses Credentialing Center (EUA).

No Einstein, a existência da Central de Monitoramento Assistencial (CMOA) garante um uso eficiente do controle e monitoramento de dados. "A implantação do prontuário eletrônico oferece informações da assistência do paciente em tempo real. A partir desses dados, algoritmos capturam os riscos de falha e eventos adversos e enviam alertas à central, que comunica imediatamente a equipe da linha de frente do paciente. A intenção é que a eventual falha seja corrigida antes de atingir o paciente", explica Claudia Lascelva, diretora da Unidade Hospitalar Morumbi e de Práticas Assistenciais do Einstein.

PACIENTE NO CENTRO

As referências mundiais em saúde mostram que todo o cuidado técnico precisa estar aliado a uma cultura de acolhimento e escuta do paciente, que deve ser protagonista no seu tratamento.

"A melhor maneira de avaliar a perspectiva do paciente é fazer levantamentos sobre a experiência do atendimento. Não para ava-

liar a satisfação com alimentação ou estacionamento, mas a percepção de qualidade e segurança em relação ao cuidado recebido", ressaltou Tejal Gandhi, diretora de Segurança e Transformação da Press Ganey, empresa norte-americana de assistência médica que desenvolve pesquisas de satisfação dos pacientes.

Um desafio é inovar na busca de indicadores que permitam um olhar mais amplo, além do intra-hospitalar, garantindo melhor qualidade de vida durante toda a jornada do paciente — diagnóstico, internação, tratamento e pós-consulta, com evolução do quadro clínico e avaliação da experiência.

Em 2012, o Einstein criou a Célula de Desfechos, destinada a acompanhar pacientes com 23 diferentes condições clínicas, aplicando questionários antes da realização de procedimentos ou tratamentos e até mais de dez anos depois da alta hospitalar. Os resultados estão presentes no Dossiê de Valor, documento divulgado pelo Einstein durante o evento, e compõem um conjunto de dados importante para mensurar a qualidade do tratamento.

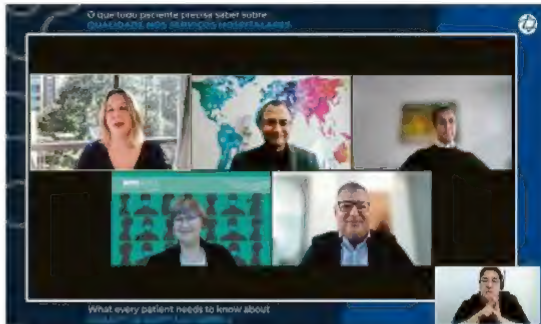
No Brasil, uma iniciativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) lançada em 2021 também ajuda a munir os pacientes de indicadores hos-

A inovação tem a ver com o uso inteligente de uma tecnologia por profissionais de saúde que avaliam a situação e entendem o que é melhor para o paciente

Yuman Fong,
chefe do Departamento de Cirurgia do City of Hope (EUA)

pitalares na rede privada: o SÍHosp (Sistema de Indicadores Hospitalares). "O SÍHosp conta com a participação de 131 hospitais gerais, que possuem acreditação em nível máximo e certificações. A participação voluntária demonstra empenho das lideranças em saúde na melhoria da capacidade de governança e transparência das informações", afirmou Angélica Carvalho, diretora-adjunta de Desenvolvimento Setorial da ANS, na segunda mesa de debates.

Pedro Delgado, vice-presidente do Institute for Healthcare Improvement (IHI), organização voltada para a melhoria da assistência em saúde em todo o mundo, reforçou, em sua fala, que "a capacitação técnica, a transparência no compartilhamento de dados e a confiabilidade da instituição são fundamentais" para assegurar qualidade. "Mas o paciente precisa saber que a sua voz importa, sentir empatia e compaixão ao ser atendido. Se isso acontecer, significa que ele está em uma instituição inspiradora e segura", concluiu.



Evento promovido pelo Einstein com especialistas brasileiros e estrangeiros discutiu os fatores que fazem um hospital ter qualidade e segurança

Cultura de inovação potencializa os avanços da tecnologia na medicina

A implantação de avanços tecnológicos e a capacitação de especialistas são pontos fundamentais para oferecer a estrutura necessária para cuidar de pacientes de alta complexidade. "Para fazer a diferença, é preciso o uso correto da tecnologia, com o objetivo principal de beneficiar o paciente", afirmou o médico Sidney Klajner, presidente do Einstein, durante um painel que discutiu a qualidade na cirurgia e nos procedimentos de alta complexidade.

"Estamos falando de tecnologias cada vez menos invasivas, potencialmente menos traumáticas para o paciente, que possam trazer desfechos melhores, com menor taxa de complicação e menor custo, para que o paciente retorne mais rapidamente às suas atividades. Essa é a cultura da inovação", completou.

Para Yuman Fong, cirurgião

oncológico e chefe do Departamento de Cirurgia do City of Hope (EUA), a classificação do Einstein no ranking The World's Best Hospitals, da Newsweek, como o melhor hospital da América Latina e o 34º melhor do mundo, é um exemplo de cultura de inovação.

"Existe uma grande diferença entre cultura de tecnologia e cultura de inovação. Tecnologia são todos os 'brinquedinhos' disponíveis no mercado. Mas eles realmente ajudam no cuidado do paciente? A inovação tem a ver com o uso inteligente dessa tecnologia por profissionais de saúde que avaliam a situação e entendem o que é melhor para o paciente", disse.

Rodrigo Gobbo, diretor médico do Centro de Medicina Interventiva do Einstein, concordou: "A tecnologia por si só não significa muita coisa. O diferen-

cial está na forma de integrar, incorporar e usar a tecnologia."

Gobbo destacou que o apelo da alta tecnologia é intenso, mas nem sempre ela é a melhor opção no tratamento. "Instituições como o Einstein, que formam profissionais, médicos e enfermeiros, têm um papel essencial no ensino adequado de como usar determinada tecnologia para que possam fazer a melhor opção de tratamento chegar ao paciente."

A coordenação do cuidado, com integração de múltiplas especialidades, também é fundamental para garantir a qualidade em atendimentos de alta complexidade. "A habilidade do cuidado coordenado entre as especialidades é essencial. Na maior parte desses procedimentos tecnológicos não existe só um chefe, um capilão", afirmou o chefe de cirurgia vascular e endovascular da Universidade do Texas (EUA), Gustavo Oderich. "A expertise do cirurgião é valiosa, mas precisamos de engajamento de todo o time da anestesia, enfermagem e de outros especialistas."

Personalizar tratamento e envolver paciente são armas contra o câncer

Os avanços na medicina diagnóstica e de precisão, com terapias inovadoras para o tratamento dos pacientes com câncer e problemas cardiovasculares, resultam de investimentos contínuos em pesquisa e inovação. Mas a necessidade de formação das equipes multidisciplinares e de instalação de uma cultura de escuta do paciente é tão importante quanto os avanços nas técnicas e nos equipamentos.

"O câncer exige uma cadeia de cuidados impecável, que inclui diagnóstico, tratamento e pós-tratamento. Daí a dificuldade de criar centros de oncologia avançados, pois essa cadeia de excelência deve ser ancorada em eficácia e segurança", afirmou o oncologista Fernando Maluf, membro do Comitê Gestor do Centro de Oncologia do Einstein.

O Einstein é o melhor hospital da América Latina também

em Oncologia, segundo o ranking World's Best Specialized Hospitals, da Newsweek, e toda a expertise já adotada, que a medicina de precisão, big data, pesquisa e capacitação, ganhará ainda mais impulso com a inauguração, em 2025, do novo Centro de Cuidados e Terapias Avançadas em Oncologia e 1ª Hematologia, no complexo do Parque Global, em São Paulo.

Para Linda Bosserman, oncologista do City of Hope, dos Estados Unidos, a personalização do tratamento é um caminho irreversível na Oncologia. "É preciso explicar claramente quais são as opções de tratamento, com seus efeitos colaterais. É preciso entender as necessidades de cada paciente, para que seja tomada uma decisão compartilhada", pontuou.

No mesmo painel, o cardiologista Edward Fry, que presidia a American College of Cardiol-

ogy no último ano, destacou que um dos avanços mais importantes em termos de qualidade na sua área de atuação foi "dar um passo para trás nos indicadores técnicos e focar os resultados reportados pelos pacientes". "Se você acha que a cirurgia foi um sucesso, mas o paciente se sente péssimo, isso não é qualidade. Então precisamos ouvir dos pacientes o que é qualidade para eles", disse.

No Einstein, essa escuta é feita por meio da Célula de Desfechos e, entre 2017 e 2022, 99% dos pacientes admitidos com infarto agudo do miocárdio ou com insuficiência cardíaca que participaram da avaliação disseram estar "satisfeitos ou muito satisfeitos" com o resultado dos tratamentos. "Avançamos muito nessas duas doenças específicas, em que temos protocolos gerenciados, enfermeiras gerenciadoras, busca ativa dos casos, identificação da melhor prescrição e orientação e acompanhamento pós-alta, evitando reinternações", explicou Fernando Bacal, coordenador do Programa de Insuficiência Cardíaca e Transplante do Einstein.

QUALIDADE EM NÚMEROS

Seja em indicadores sobre a internação ou sobre os resultados após a alta, o Einstein tem desempenho comparável aos melhores padrões internacionais

INDICADORES

Satisfação com o resultado do tratamento, medida em entrevista até 12 meses após alta

Relataram estar satisfeitos ou muito satisfeitos

99%

dos pacientes admitidos com infarto agudo do miocárdio ou com insuficiência cardíaca

94%

dos pacientes admitidos com acidente vascular cerebral (AVC)

98%

dos pacientes submetidos a ortoplastia de quadril

86%

dos pacientes submetidos a cirurgia bariátrica

Complicações evitáveis

■ Einstein ■ Referência internacional (quanto menor a porcentagem, melhor) ■ Referência nacional

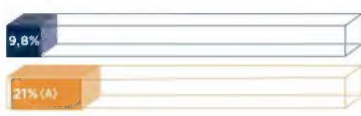
Infarto

Reinternação não planejada 30 dias após alta em caso de infarto agudo do miocárdio



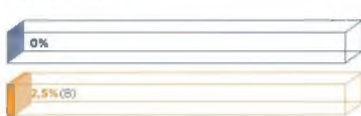
Insuficiência cardíaca

Reinternação não planejada 30 dias após alta



Ortopedia

Taxa de recuperação em 6 meses após cirurgia de joelho



QUALIDADE DE VIDA APÓS CIRURGIA OU TRATAMENTO

Cardiologia

82%

dos pacientes com insuficiência cardíaca relataram qualidade de vida boa a excelente 12 meses após a alta hospitalar

Ortopedia

88%

relataram melhora funcional em relação à coluna lombar 12 meses após cirurgia

Transplantes

82%

obtiveram melhora na qualidade de vida 6 meses após o transplante de pulmão

Câncer de próstata

Pacientes sem incontinência urinária após 12 meses de cirurgia para tratamento do câncer de próstata



Transplante de fígado

Taxa de sobrevivência em 1 ano



Cânceres hematológicos

Sobrevivência em 2 anos após transplante de células-tronco hematopoéticas autólogo*



Referências internacionais e nacionais:

- A - Centers for Medicare & Medicaid Services (EUA)
- B - Australia Orthopaedic Clinical Outcomes Registry National
- C - Hospital Martini Klinik, hospital de referência em câncer de próstata no mundo
- D - Estado de São Paulo (2009-2021) vs Einstein (2015-2021)
- E - Public Archives of Internal Medicine, 2022
- F - NHSN: National Healthcare Safety Network - CDC (EUA)
- G - Associação Nacional dos Hospitais Privados (ANAHIP)

*Pacientes adultos, com doenças malignas

NEWSWEEK

O Hospital Israelita Albert Einstein é o melhor da América Latina, segundo o ranking The World's Best Hospitals, da Newsweek, pelo quarto ano consecutivo. O Einstein é o único hospital brasileiro entre os 100 melhores do mundo, na 54ª posição.

Também é o melhor latino-americano em Gastroenterologia (10º melhor do mundo), Oncologia (16º) e Ortopedia (24º), e o primeiro da região a entrar na lista do World's Best Smart Hospitals, que lideram em tecnologias inteligentes.

ACREDITAÇÕES; RECONHECIMENTO INTERNACIONAL

O Einstein possui 17 selos de acreditação, sendo 14 deles internacionais. Confira alguns deles:



Joint Commission International (JCI)

- Einstein foi a primeira organização de saúde fora dos EUA a receber; foi acreditada pela 9ª vez consecutiva em 2021
- JCI é a mais importante acreditação em qualidade e segurança na saúde



Magnet

- Primeiro hospital na América Latina a conquistar a designação Magnet, maior reconhecimento da excelência na enfermagem e no cuidado com a saúde



Foundation For The Accreditation Of Cellular Therapy (Fact)

- Único hospital da América Latina acreditado pelo Fact, que atesta boas práticas nos serviços de hemoterapia e transplante de medula óssea



Pianetree

- Única organização no Brasil a ter a Credencial Duro (o mais alto nível), que reconhece o cuidado centrado na pessoa

QUALIDADE E SEGURANÇA INTRA-HOSPITALAR

(quanto menor a porcentagem, melhor)

Infecção de corrente sanguínea associada a cateter em todas as internações (por 1.000 cateteres/dia)



Infecção de trato urinário associada a sonda em todas as internações (por 1.000 cateteres/dia)



Pneumonia associada a ventilação mecânica (por 1.000 dias de ventilação)



Permanência em UTI

Tempo médio (quanto menor, melhor)



QUALIDADE NA REDE PÚBLICA

O Einstein faz a gestão de três hospitais públicos no Brasil (o Hospital Municipal Vila Zênita, Catarina e o Hospital Municipal M'Boi Mirim, em São Paulo, e o Hospital Municipal de Aparecida de Goiânia, em Goiás), além de outras 26 unidades, como AMAs, UBS e UPAs, na capital paulista. A organização adota os mesmos protocolos e métricas nas redes pública e privada, o que se reflete na qualidade reconhecida pela ONA (Organização Nacional de Acreditação). São acreditados pela ONA Nível 3 o Vila Santa Catarina e o M'Boi Mirim, o primeiro da rede municipal a conquistar esse nível de acreditação. Em 2022, o M'Boi conquistou o 1º lugar entre hospitais municipais no prêmio Melhores Hospitais Públicos do Brasil.



Aponte a câmera de seu celular ou tablet para o QR code acima e conheça mais indicadores do Einstein no Dossiê de Valor

CLUBE COMPLETO COM A QUALIDADE JHSF E PISCINA DE SURF COM ONDAS DE ATÉ 22 SEGUNDOS E TECNOLOGIA PERFECTSWELL®.

O MEMBERSHIP DO CLUBE É INDEPENDENTE DOS EMPREENDIMENTOS RESIDENCIAIS.



FOTO REAL DA PISCINA DE SURF DO BOA VISTA VILLAGE, QUE POSSUI A MESMA TECNOLOGIA E COMPRIMENTO DA PISCINA



CONHEÇA
MAIS SOBRE
O SÃO PAULO
SURF CLUB.

+55 11 97202.3702



BAIXE O APP
JHSF REAL ESTATE

membershipsurfclub@jhsf.com.br



SÃO PAULO SURF CLUB



CLUBE DE SURF EXCLUSIVO PARA MEMBROS, COM A QUALIDADE E A EXCELÊNCIA JHSF, INDEPENDENTE DOS EMPREENDIMENTOS RESIDENCIAIS

COMPLETA ESTRUTURA DE SURF, REUNINDO ESPORTE, LAZER E GASTRONOMIA

PISCINA COM TECNOLOGIA PERFECTSWELL®

SURF CLUBHOUSE COM RESTAURANTE

SPA COMPLETO E ACADEMIA COM EQUIPAMENTOS DE ÚLTIMA GERAÇÃO

QUADRAS DE TÊNIS COBERTAS E QUADRAS DE BEACH TENNIS



MAPA DA LOCALIZAÇÃO DO SÃO PAULO SURF CLUB

JHSF

Bolsonaro é aplaudido e ouve grito de 'cadeia' em voo de volta

Ex-presidente fez rodada de fotos e tomou espumante na 'nave do Harry Potter'

Anna Virginia Balloussier

ORLANDO (EUA) E BRASÍLIA. Depois de três meses morando a meia hora da Disney, Jair Bolsonaro (PL) está de volta.

Ele chegou nesta quinta (30) ao país que deixou dois dias antes de concluir seu mandato, desgostoso com a vitória de Lula (PT). Desembarcou às 6h38 em Brasília, epílogo de uma temporada na Flórida em que viveu numa zona de conforto que dificilmente se reproduzirá na terra natal.

As últimas horas em solo americano lhe foram gentis. No aeroporto de Orlando, recebeu muitas abordagens, quase todas simpáticas a ele. Uma mulher chorou com a oportunidade de abraçá-lo.

Ganhou aplausos quando entrou num avião de carreira da Gol, a "nave do Harry Potter", com a fuselagem coberta por cenas da saga do bruxinho. Só uma voz hostil rompeu o clima, com um único grito: "Cadeia!".

Bolsonaro esperou a partida do voo no Premium Plaza Lounge, área vip do terminal. Ficou numa área separada das demais por um cartaz onde se lia "Reservado". Lá, posou para fotos com funcionários da Azul, animados com sua presença. Petiscou um biscoito de pasta de amêndoa e café adoçado com açúcar.

Mais amarga foi a reação a repetidas tentativas da reportagem de ouvir o que tinha a dizer sobre a volta ao Brasil e alguns fantasmas que o rondam, como a possibilidade de ser condenado numa das investigações de que é alvo e a intervenção da Polícia Federal para depor sobre as joias milionárias que a Arabia Saudita supostamente deu de presente a ele e à então primeira-dama Michelle Bolsonaro, em 2021.

Antes de passar pelo raio-X, Bolsonaro disse à Folha que não queria conversa, nem com um repórter do jornal O Globo que também o aguardava. "Vocês falam muito de mim, agora, nas eleições", justificou. As novas investigações da imprensa foram ignoradas. No máximo, sorriu, quando instado a dar nota de o a 10 para o governo Lula. A certa altura, um dos assessores que o acompanha-



Acima, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) usa o celular no voo de volta ao Brasil. Ao lado, a aeronave com imagem do Harry Potter na fuselagem

Ana Virginia Balloussier e Pedro Ladeira / Folhapress



Do Val diz que forjou história de golpe

O senador Marcos do Val (Podemos-ES) afirmou nesta quinta (30) que forjou uma história sobre tentativa de golpe de Estado, em fevereiro, para tentar afastar o ministro Alexandre de Moraes, do STF, de investigação contra Bolsonaro. "Não tinha golpe de Estado nem nada", disse o senador a apoiadores em vídeo gravado pelo portal Metrópoles. Naquele mês, o senador deu versões diferentes sobre uma reunião com Bolsonaro e um suposto plano de gravar o ministro do Supremo para reverter o resultado das eleições de 2022.

va colocou um biombo para barrar a visão dos jornalistas.

Sérgio Rocha Cordeiro, que foi seu assessor especial na Presidência, disse que ele só daria entrevista no formato ao vivo, porque do contrário suas palavras poderiam ser distorcidas.

Com a CNN, foi mais generoso. Falou com o repórter da emissora por cerca de meia hora, numa transmissão em tempo real conduzida no lounge.

Falou mal de Lula e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Disse que não pretendia "liderar nenhuma oposição", mas "colaborar com aqueles que assim desejarem". E sugeriu que deve ir presencialmente depor à PF sobre o presente dos sauditas.

Na primeira fila da classe econômica premium, aceitou o copo de espumante oferecido pela comissária. Depois se colou para o jantar ruidoso ao sugo e um pouco de vinho branco Seival, safra 2022.

Uma ida ao banheiro rendeu mais uma rodada de fotos

com ao menos 30 pessoas. Passageiros da classe econômica chegaram a fazer fila para tirar retrato após o café da manhã, pão com queijo e rosifite.

O investidor e empresário Rafael Danigino, 38, o interrompeu sobre uma alternativa: eleitor de Luiz Felipe D'Avila (Novo) no primeiro turno, e de Bolsonaro no segundo, quis saber se respaldaria, na próxima eleição, um nome com menos resistência pela mídia.

Assim, explicou, cairia o risco de a esquerda surgir no poder. Bolsonaro respondeu, de repente Danigino, que está aberto e que é muito difícil sobreviver na cadeia em que sentou por quatro anos.

Após o pouso, uma mulher puxou mais palmas: "Deus o abençoe, Bolsonaro". Alguém disse: amém. Uma passageira fez um L, referência a Lula. Era Mariana, 24, estudante de enfermagem que estava a trabalho nos EUA e prefere omitir o sobrenome, por ter uma fa-

mília bolsonarista.

"Me senti mal por estar rodeada de pessoas que apoiam Bolsonaro", contou ao lado da melhor amiga — que perdeu o pai para a Covid semanas antes de começar a campanha de vacinação, com atraso. "A presença dele me traz algo ruim. Que muito, velho?"

Às 17h30, Bolsonaro, 68, embarcou a passagem da faixa presidencial a seu grande rival, Lula, um rito democrático.

Passou o primeiro trimestre de ex-presidente num condomínio em Kissimmee, perto da Disney. Ficou inicialmente na casa do lutador de UFC José Aldo, um admirador seu.

Antes mesmo da estadia de Bolsonaro, o endereço já havia sido noticiado pela decoração: sala de jogos, sala de cinema e nove quartos. Um com o desenho "Minions" como motivo.

Bolsonaro depois se mudou para outra casa no mesmo condomínio. A família às vezes compartilhava sua rotina nas redes sociais, como a ex-primeira-dama Michelle exibindo o marido lavando mangangas para ela.

Depois, chegou o filho do ex-presidente, deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), causando tumulto no saguão. Os apoiadores o detinham e perguntavam pelo pai. Eles só começaram a se desmobilizar por volta das 18h, quando o deputado federal deixou o local.

Apoiadores também esperaram Bolsonaro em frente ao complexo hoteleiro onde fica a sede do PL, na região central de Brasília. Os bolsonaristas vibravam e se aglomeravam para tirar selfies com ex-ministros e aliados de Bolsonaro.

O ex-presidente chegou ao local por volta de 18h, mas frustrou os apoiadores ao entrar pelo garagem.

O PL divulgou um vídeo que mostra o presidente descendo do carro, dentro do prédio, sendo recebido pelo presidente da sigla, Valdemar Costa Neto; por seu filho mais velho, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RI) e o general e ex-ministro da Defesa, Walter Braga Netto, que foi candidato a vice em sua chapa nas eleições presidenciais.

Bolsonaro apareceu na janela do restaurante de um hotel do complexo, para acenar brevemente aos apoiadores. Os bolsonaristas cantaram na sequência o hino nacional.

Foram receber o ex-presidente ministros do seu governo, como Ciro Nogueira (Casa Civil), Gilson Machado (Turismo), Damarens Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos) e o senador Paulo Sérgio (Saúde).

O general, agora deputado federal, disse que o papel do presidente em seu retorno será "agregar a direita, manter agregada a direita".

Como Tânia, Fernando Orlandi também foi a Brasília só para tentar ver o presidente.

O empresário de 50 anos carregava o filho Kemuel de 1 ano nos braços, enquanto esperava Bolsonaro sair pelo desembarque internacional.

Como Tânia, Fernando Orlandi também foi a Brasília só para tentar ver o presidente.

O empresário de 50 anos carregava o filho Kemuel de 1 ano nos braços, enquanto esperava Bolsonaro sair pelo desembarque internacional.

Como Tânia, Fernando Orlandi também foi a Brasília só para tentar ver o presidente.

O empresário de 50 anos carregava o filho Kemuel de 1 ano nos braços, enquanto esperava Bolsonaro sair pelo desembarque internacional.

Como Tânia, Fernando Orlandi também foi a Brasília só para tentar ver o presidente.

O empresário de 50 anos carregava o filho Kemuel de 1 ano nos braços, enquanto esperava Bolsonaro sair pelo desembarque internacional.

Vizinhos do ex-presidente expõem bandeiras do Brasil e de Lula

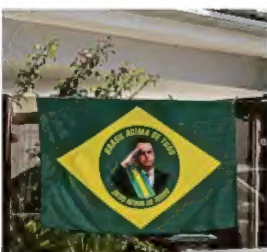
BRASÍLIA. Depois de quase três meses fora do Brasil, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) se mudou para uma casa na tranquila vizinhança de um condomínio de alto padrão no Jardim Botânico, bairro a cerca de 14 km do Plano Piloto — a região central de Brasília.

As manifestações políticas dos novos vizinhos do ex-presidente se dão vez ou outra por grupo de WhatsApp dos condôminos ou por bandeiras expostas nos portões das casas. Na maioria, são bandeiras do Brasil ou da campanha bolsonarista do ano passado.

Há ainda algumas bandeiras pró-Lula. Duas foram estendidas na rua em que o próprio Bolsonaro começa a morar nesta quinta-feira (30). Nos grupos de WhatsApp de vizinhos, os moradores do condomínio também discutiram se seria ou não positiva a chegada dele e como isso afetaria a rotina do local.

Apesar do Palácio da Alvorada no final do mandato, a família do ex-presidente optou por um condomínio fechado em Brasília por segurança e para evitar protestos.

Não houve grandes mudanças no esquema de vigilância do condomínio de Bolsonaro.



À esq., bandeira de vizinho apoiador de Bolsonaro em casa do condomínio onde ele vai morar; à dir., cartaz pró-Lula em outro imóvel do mesmo condomínio



Foto: Gabriela Bili/Folhapress

do. Segundo moradores, nenhum equipamento novo que aumente os custos foi comprado, tampouco houve alteração na taxa condominial por aluguel de novo serviço necessário.

Nesta quinta, com a chegada do ex-mandatário, um carro da Polícia Militar do DF amanheceu fazendo ronda nas ruas do condomínio. Ele deixou o local ainda na manhã.

O condomínio escolhido por Bolsonaro tem três quadras, com centenas de casas. As quadras são cercadas por grade, com controle de entrada e saída.

de carros, e rondas de segurança privada. Muitos moradores são funcionários públicos, e alguns militares e policiais.

Apesar da recepção de dezenas de bolsonaristas tanto no aeroporto como em frente à sede do PL, na nova casa de Bolsonaro apenas alguns curiosos passaram na manhã desta quinta para fazer fotos.

Apesar da recepção de dezenas de bolsonaristas tanto no aeroporto como em frente à sede do PL, na nova casa de Bolsonaro apenas alguns curiosos passaram na manhã desta quinta para fazer fotos.

de carros, e rondas de segurança privada. Muitos moradores são funcionários públicos, e alguns militares e policiais.

Apesar da recepção de dezenas de bolsonaristas tanto no aeroporto como em frente à sede do PL, na nova casa de Bolsonaro apenas alguns curiosos passaram na manhã desta quinta para fazer fotos.

Apesar da recepção de dezenas de bolsonaristas tanto no aeroporto como em frente à sede do PL, na nova casa de Bolsonaro apenas alguns curiosos passaram na manhã desta quinta para fazer fotos.

Apesar da recepção de dezenas de bolsonaristas tanto no aeroporto como em frente à sede do PL, na nova casa de Bolsonaro apenas alguns curiosos passaram na manhã desta quinta para fazer fotos.

Apesar da recepção de dezenas de bolsonaristas tanto no aeroporto como em frente à sede do PL, na nova casa de Bolsonaro apenas alguns curiosos passaram na manhã desta quinta para fazer fotos.

de carros, e rondas de segurança privada. Muitos moradores são funcionários públicos, e alguns militares e policiais.

Apesar da recepção de dezenas de bolsonaristas tanto no aeroporto como em frente à sede do PL, na nova casa de Bolsonaro apenas alguns curiosos passaram na manhã desta quinta para fazer fotos.

Apesar da recepção de dezenas de bolsonaristas tanto no aeroporto como em frente à sede do PL, na nova casa de Bolsonaro apenas alguns curiosos passaram na manhã desta quinta para fazer fotos.

Apesar da recepção de dezenas de bolsonaristas tanto no aeroporto como em frente à sede do PL, na nova casa de Bolsonaro apenas alguns curiosos passaram na manhã desta quinta para fazer fotos.

Apesar da recepção de dezenas de bolsonaristas tanto no aeroporto como em frente à sede do PL, na nova casa de Bolsonaro apenas alguns curiosos passaram na manhã desta quinta para fazer fotos.

havia estado na sua casa nesse ano, uma vez que ele havia deixado o Brasil antes do término do mandato para evitar a passagem de faixa a Luiz Inácio Lula da Silva.

Na garagem em frente à nova residência dos Bolsonaro, há um buggy de dois lugares, bicicletas e a moto que ele usava para motocicletas. A casa é de dois andares e passou por reformas para receber a família.

Há película escura nas janelas da casa, o que impossibilita ver o interior. Além disso, a casa é monitorada por uma empresa de alarme 24 horas.

É a própria ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro que escolheu a casa e tocou os preparativos, segundo relatos. Ela própria disse nas redes sociais que eles alugaram o imóvel, apesar de terem casa própria no Rio de Janeiro.

Os dois agora têm cargos no PL. Bolsonaro como presidente de honra e ela, presidente do PL militar. Michelle recebe do partido cerca de R\$ 33 mil, enquanto Bolsonaro acumula uma renda sem descontos de R\$ 86,5 mil com três fontes: remuneração do PL, pagamento como militar reformado e aposentadoria parlamentar.

O ex-presidente ainda não havia estado na sua casa nesse ano, uma vez que ele havia deixado o Brasil antes do término do mandato para evitar a passagem de faixa a Luiz Inácio Lula da Silva.

Na garagem em frente à nova residência dos Bolsonaro, há um buggy de dois lugares, bicicletas e a moto que ele usava para motocicletas. A casa é de dois andares e passou por reformas para receber a família.

Há película escura nas janelas da casa, o que impossibilita ver o interior. Além disso, a casa é monitorada por uma empresa de alarme 24 horas.

É a própria ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro que escolheu a casa e tocou os preparativos, segundo relatos. Ela própria disse nas redes sociais que eles alugaram o imóvel, apesar de terem casa própria no Rio de Janeiro.

Os dois agora têm cargos no PL. Bolsonaro como presidente de honra e ela, presidente do PL militar. Michelle recebe do partido cerca de R\$ 33 mil, enquanto Bolsonaro acumula uma renda sem descontos de R\$ 86,5 mil com três fontes: remuneração do PL, pagamento como militar reformado e aposentadoria parlamentar.

Da legenda, ele ganhará a partir de abril R\$ 39,323. Como militar reformado, recebe R\$ 11,945. Também embolsa mensalmente R\$ 35,223 de aposentadoria parlamentar.

Nas negociações para que Bolsonaro fosse presidente de honra do PL, discutiu-se a possibilidade de o partido arcar com as despesas da casa alugada pelo ex-presidente. A hipótese, no entanto, não se concretizou.

Oficialmente, o casal não divulgou quanto paga mensalmente com o aluguel da casa. Mas uma busca nas portais de aluguel de imóveis em Brasília mostra que os preços no condomínio variam de R\$ 11 mil a R\$ 30 mil.

O condomínio existe desde 2002 e foi expandido para o atual tamanho longo dos anos. A região ficou ainda mais valorizada a partir da inauguração da Ponte JK, que permite uma conexão mais rápida com o centro de Brasília.

Há um pequeno comércio na região, segundo relatos, já frequentado por integrantes da família. Michelle, por exemplo, costuma ir na confeitaria de uma amiga que fornece doces e bolos para festas no Palácio da Alvorada. MH

O condomínio existe desde 2002 e foi expandido para o atual tamanho longo dos anos. A região ficou ainda mais valorizada a partir da inauguração da Ponte JK, que permite uma conexão mais rápida com o centro de Brasília.

Há um pequeno comércio na região, segundo relatos, já frequentado por integrantes da família. Michelle, por exemplo, costuma ir na confeitaria de uma amiga que fornece doces e bolos para festas no Palácio da Alvorada. MH

O condomínio existe desde 2002 e foi expandido para o atual tamanho longo dos anos. A região ficou ainda mais valorizada a partir da inauguração da Ponte JK, que permite uma conexão mais rápida com o centro de Brasília.

Há um pequeno comércio na região, segundo relatos, já frequentado por integrantes da família. Michelle, por exemplo, costuma ir na confeitaria de uma amiga que fornece doces e bolos para festas no Palácio da Alvorada. MH

O condomínio existe desde 2002 e foi expandido para o atual tamanho longo dos anos. A região ficou ainda mais valorizada a partir da inauguração da Ponte JK, que permite uma conexão mais rápida com o centro de Brasília.

Novo bloco de 142 deputados racha centro e desafia poder de Arthur Lira

Republicanos, que compunha o grupo com PL e PP, se junta agora a MDB, PSD, Podemos e PSC

Ranier Bragança

BRASÍLIA Cinco partidos de centro e de direita criaram formalmente na Câmara dos Deputados um bloco que reúne 142 dos 513 deputados, num racha do centro que desafia o poder do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

Antes, o bloco era formado por uma coalizão de partidos do PL de Jair Bolsonaro e do PP de Lira, o Republicanos aderiu a MDB, PSD, Podemos e PSC, formando a maior força política da Casa. MDB e PSD integram a base de apoio do governo Lula (PT) e, juntos, ocupam seis ministérios.

A movimentação tem reflexos no cotidiano das votações no Congresso, na montagem do bloco de Lira e na sucessão de Lira em fevereiro de 2023.

Segundo parlamentares ouvidos pela Folha, o governo, que tem trabalhado até agora em alinhamento com o presidente da Câmara, não influenciou na montagem do bloco.

A notícia da criação do bloco foi antecipada pela Coluna do Estadão, do jornal O Estado de S. Paulo.

Após a formalização da união, líderes de Republicanos, MDB, PSD e Podemos se reuniram com Lira, na quarta, (29) para sinalizar que não há intenção de afronta.

O presidente da Câmara postou uma foto em suas redes sociais parabizando os partidos e afirmando que sempre defendeu a redução de siglas, fortalecendo as "e dando a sociedade confiança no nosso sistema partidário".

A união de Republicanos aos governistas PSD e MDB teve como objetivo formal fazer frente às articulações de Lira para formar uma federação entre PP e União Brasil, o que acabou não ocorrendo.

Os dois partidos podem ainda formar um bloco. Porém, somariam 108 deputados, ficando atrás dos 142 do novo bloco capitaneado por MDB, PSD e Republicanos.

Senado rejeita proposta do presidente da Câmara de novo formato para comissão mista

João Gabriel, Danielle Brant e Victoria Azevedo

BRASÍLIA Após reunião entre os líderes do Senado na manhã desta quinta-feira (26), o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) afirmou que foi recusada a proposta do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de que as comissões mistas para apreciação de medidas provisórias às tivessem três deputados para cada senador.

Segundo Pacheco, a ideia e que as comissões para tratar de matérias de interesse do governo Lira sejam instaladas já na próxima semana. "Nenhum líder apoiou essa ideia [de Lira]. Então não é possível de nossa parte concordar com essa ideia de uma alteração do regimento que estabeleça o mesmo número de senadores e deputados nas comissões mistas, a exceção é a comissão mista de orçamento", afirmou.

"Esse ponto específico criou que seja um ponto de difícil construção e de acordo. O Senado não concorda com essa alteração que desequilibra o bicameralismo", completou.

Já a proposta de Lira para se estabelecer um limite de tempo em cada etapa da apreciação das MPs — a comissão mista, na Câmara e no Senado — é vista com bons olhos pelos

A criação da nova força política na Câmara não significa que Lira deixa de ser peça fundamental no Congresso. Na cadeira da presidência tem o poder de pautar matérias e influenciar na distribuição de verbas do Orçamento, com ascendência inclusive sobre parlamentares do bloco recém formado.

Além do simbolismo político de reunir o maior contingente de cadeiras, a união dá poder ao bloco na composição das comissões mistas (de Câmara e Senado) que devem ser retomadas para a análise das medidas provisórias, na Comissão de Orçamento e nas votações em plenário.

Alguns integrantes do novo bloco afirmam que a união pode ser um estímulo para a adesão futura de parte dos Republicanos a Lira, embora dois componentes consigam conter: 1) a avaliação consensual de que nenhum partido de centro e de direita deve dar apoio fechado ao governo e 2) o fato de o partido abrigar o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, um dos nomes cotados para a disputa presidencial de 2026.

Outra implicação, a longo prazo, diz respeito à sucessão do presidente da Câmara.

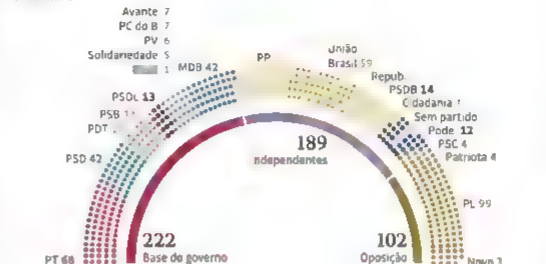
O líder da União Brasil, deputado Elmar Nascimento (BA), é considerado por vários parlamentares como o candidato de Lira à sua sucessão.

Com o novo bloco, ganham força outros nomes do centro e da direita como o presidente dos Republicanos e vice-presidente da Câmara, Marcos Pereira (SP), e o líder do MDB, Ionaldo Bulhões Jr. (AL).

Dois anos é tempo mais do que suficiente para bruscas mudanças na política, mas, se a eleição para o comando da Câmara fosse hoje, Elmar teria um apoio potencial de cerca de 200 deputados — a soma de PP, União Brasil e o oposicionista PL — contra 142 do candidato do novo bloco. Os cerca de 120 votos do PT e

Base de Lula na Câmara e no Senado

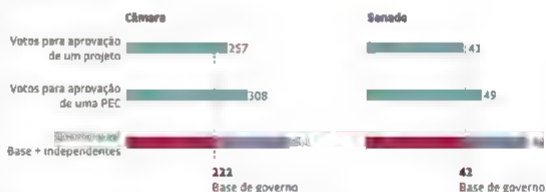
Na Câmara



No Senado



Relação com o Congresso*



* Os números consideram a capacidade caso todos os independentes acompanhem a base de governo o que pode variar conforme o tema discutido



Rodrigo Pacheco chega ao plenário do Senado para iniciar sessão deliberativa desta quinta (30) *Pedro França/Agência Senado*

"O governo tem como alternativa em discussão tanto com a Câmara quanto com o Senado que algumas dessas medidas provisórias possam ser transformadas em projeto de lei de urgência constitucional, porque a tramitação é mais rápida e não precisaria da comissão mista", afirmou o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

"O governo estimula essa construção conjunta para que ninguém saia derrotado. Não tem derrotado, não tem quem foi beneficiado, não beneficiado. Nós vamos instalar as comissões mistas, o líder do governo no Congresso está tra-

balhando nisso", completou.

O principal ponto de desacordo com a proposta de Lira é a proporção de ter três deputados para cada senador nas comissões mistas. A ideia foi apresentada a Pacheco em uma reunião entre os dois na terça-feira (28).

"Uma coisa que eu gostaria de ressaltar é que nas comissões mistas, a paridade de 12 senadores e 12 deputados existe há mais de duas décadas", disse o presidente do Senado, após o encontro.

Ele afirmou ainda que a paridade é "não é quantitativa, mas sim qualitativa, com peso igual entre as duas Casas", e

destacou que o Senado "quer que o acordo obedeça estritamente a Constituição Federal".

À tarde, Lira afirmou que a Câmara "vai contribuir" para votar as MPs que o governo determinar que são "importantíssimas para o funcionamento do país", mesmo com a Casa sendo contra as comissões mistas.

"A Câmara sempre pensou do contrário, contra todas as questões técnicas e problemas que as comissões mistas produziram e vão produzir, ela vai contribuir. No mais, a gente espera que o Senado dê alguma sugestão".

Já o líder da União Brasil, Elmar Nascimento, afirmou que as "comissões mistas" não vão funcionar e defendeu que o Executivo use com menos frequência o mecanismo das MPs, que seja mais "protagonista" nesse impasse e decida qual o melhor modelo para seus interesses.

"Se eu fosse o presidente, chamaria o Arthur ou o Paulo e pediria para abrir mão de sua posição. Quem é o interessado nisso? O governo tem que decidir o que é melhor para ele. Qualquer um dos dois abre Arthur não vai negar isso para o governo, muito menos o Pacheco".

Em meio ao impasse entre as duas Casas, sete MPs estão paradas no Congresso há mais de 30 dias. O rito de apreciação das medidas provisórias foi alterado temporariamente em 2020, com a redução das atividades no Congresso em meio à pandemia de Covid.

demais partidos de esquerda, nesse caso, seriam decisivos para um dos dois lados.

O movimento que esvazia o poder interno de Lira ocorre no momento em que ele trava uma disputa com o Senado em torno da tramitação das MPs — que são o principal mecanismo do governo para legislar, mas precisam ser validadas pelo Congresso.

Lira defende um modelo que mantenha em suas mãos o poder sobre a tramitação dessas medidas, mas o Senado quer retomar o que está previsto na Constituição a formação inicial de comissões compostas pelo meio por deputados e senadores.

Lira já cedeu em seu pleito inicial, propondo que essas comissões tenham três deputados para cada senador, mas em sua proposta de proporcionalidade deve ser recusada pelos senadores.

O embrolho persiste, com potencial de estorço para os interesses do governo. Alguns aliados de Lira dizem reservadamente que o presidente da Casa forçou a mão nesse episódio e que agora está obrigado a ceder.

Eleito com uma base de partidos de esquerda que ocupam apenas um quarto das cadeiras da Câmara, o presidente Lira buscou em um primeiro momento atrair para a base do governo PSD, MDB e União Brasil, distribuindo três ministérios para cada uma dessas legendas de centro e de direita.

A União Brasil — fruto da fusão do DEM (ex PFL, partido arquivado do PT) e PSL, que elegeram Bolsonaro — projeta-se como a sigla com potencial de ter o maior número de dissidentes contra o Planalto.

Na votação de quarta-feira, por exemplo, a sessão da Câmara foi derrubada a pedido da própria liderança do governo por receio de derrota, já que Elmar Nascimento, o líder da bancada da União Brasil, havia orientado os deputados a entrar em obstrução.

Mesmo que haja uma adesão maioritária de PSD, MDB e União, o governo terá uma base que não é considerada folga da. Para isso, precisaria de um apoio que superasse com relativo conforto o número necessário para aprovação de emendas à Constituição, que são 308 das 513 cadeiras. Por isso, Lula buscou também a adesão de dissidentes do centro.

Procuradoria pede a cassação de Renan Filho

BRASÍLIA O Ministério Público Eleitoral em Alagoas pediu nesta quarta-feira (26) a cassação do diploma de senador de Renan Filho (MDB), atualmente titular do Ministério dos Transportes no governo Lula.

Segundo o documento enviado ao TRE AL (Tribunal Regional Eleitoral alagoano), Renan foi beneficiado por indevidos da máquina pública nas eleições de 2022 por meio do programa do governo estadual, o Pacto Contra a Fome, de cestas básicas.

"A prática constitui abuso de poder político e econômico e pede, além da cassação do diploma de senador, inelegibilidade e aplicação de multa. Defendemos igualmente a cassação de diploma do governador Paulo Dantas (MDB) e do vice, Ronaldo Lessa (PDT)".

A defesa de Renan e Dantas afirmou que provida na justiça que a acusação "originária de denúncia da coligação que não aceita o resultado das urnas [do governo do estado] em 2022, não se sustenta". A assessoria do ministro disse que a denúncia "tem motivações puramente políticas" e que Renan não ocupava público no período focado na investigação. **Marcelo Rocha**

Arcabouço é prudentemente conservador

Num furo de enfoque, antecipo o balanço dos cem dias do governo Lula

Reinaldo Azevedo

Rio: jornalista, autor de "O País dos Petralhas"

Pronto? Estão definidas as balizas ao menos da proposta de novo arcabouço fiscal. Há certo contrangimento entre os que esperavam um traço das franqueadas. "Não vai dar certo, esse arcabouço depende necessariamente de receitas elevadas." E? Por quê? Com baixa arrecadação, também cai a despesa. Não sei se notam, mas se uniu-se o oposto do que os folcões do fiscalismo esperam: "da esquerda" usar o Estado para bombear a economia em momentos de crise. Ao contrário: se as coisas vão bem, basta se mais, mas com limites, o que permite fazer um acolchoado para eventuais dias de inverno; se não, o con-

trato. Ate acho que sua mais "progressista" do que o gover no resse caso. Se também isso não serve, então serve o quê? No 8º dia do governo Lula, procedo a um furo de enfoque e faço um balanço dos cem. Eis que a apresentação do tal arcabouço coincide com a volta do hite que estava homiziado em Orlando. Ainda por tempo, provavelmente como rarr no marco dos 700 mil mortos de Covid. Afinal, todos morrem um dia. Noto esforços para normalizar o bolsonarismo como contraponto ao petismo. Não há virtude nos territórios da morte. Por fim, parágrafo. No mundo paralelo "Duzmercúduz", houve um atraso

na apresentação do texto. No mundo dos fatos, ele veio a luz com cinco meses de antecedência. Segundo a PEC da Transição, a data a fim de 31 de agosto. E agora? A PEC que antecipa o Armagedum, mas com a vitória dos desenvolvimentoistas iniquos contra o Deus da Responsabilidade Fiscal. Chegou-se a antever para este ano um déficit primário de até R\$ 261,6 bilhões. Hoje, estima-se que possa ficar em R\$ 100 bilhões, coisa de 1% do PIB.

Sempre gosto de ler, em retrospecto, essas previsões "financiamentistas" arduas, geralmente, do que chamam "analistas" que são operadores que

comandam corretoras cujos nomes merecem um estudo de linguística. As que recorrem a vocábulos conhecidos em alguma língua apelam a supostos dons premonitórios, mas quando-us clientes amanh sorridentes. Quando se trata, no entanto, de analisar contextos públicos, o tom é quase sempre lugubre.

Uma proposta de arcabouço impondo que as despesas possam crescer no máximo, o equivalente a 70% da elevação das receitas, estabelecendo um limite mínimo (0,6%) e máximo (2,5%) para tal expansão, conclui a responsabilidade fiscal com um tanto de "responsabilidade social", expres-

são que provoca arrepios em alguns. Mais educação e sua de receber, respectivamente, 18% e 15% da Receita Corrente Líquida. Não há como suadinar as regras dos 70%, logo, as outras despesas têm de crescer menos.

Oponto fulcral, parece, de algumas discordâncias é a quele piso de 0,6% para o crescimento das despesas e a busca de uma autarquia para um mínimo de investimento público. A direita resolveu invocar com a idade de Lula e com a seu suposto pusillanismo. O lado do Estado é o que pode haver de mais velho, bofarente, ultra passado e, acima de tudo, hipócrita. Quando as coisas lentas vão invocar com os juízes camaradas do Plano Safra? Nota: recomendo que não façam. Seria uma burrice.

O texto do governo não para as circunstâncias. É mais conservador do que eu gostaria e do que esperavam "Luzmercúduz". A palavra final será do Congresso. Se o país parir de um déficit primário neste ano de 1% e chegar a um su-

perdido de 1% em 2026, saindo do vermelho já no ano que vem, será um grande feito. Do meu balanço antecipo dos cem dias, constam ainda a vitória sobre a trama golpista, a ação contra o genocídio yanomami, a correta reestruturação da Bolsa Família, a retomada da Minha Casa, Minha Vida, o relançamento do Programa de Aquisição de Alimentos e a volta de Mãos Unidas. É um bom caminho. Se eu estiver errado, os certos que se fortam com os batutas.

Ah, sim, Roberto Campos Neto, presidente do BC, parece disposto a dar um voto crucial de confiança. Bom rapaz! Em entrevista coletiva nesta quinta (22), disse que, para cumprir a meta de inflação deste ano, os juros deveriam estar em 26,5% — uma taxa real, pois, de uns 25%. Já imagina? Mataria de fome os que não morreram de Covid, aquela do Senhor dos Territórios da Morte. É um sinal de que não há arcabouço fiscal possível que comova o coração do nosso furor.

DOM: Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros, SEG: Camila Rocha, Angela Alonso, TER: Joel Pinheiro da Fonseca, QUA: Elio Gaspari, QUA: Conrado H. Mendes, SEX: Reinaldo Azevedo, SÁB: Demétrio Magnoli

Exército ameaça punir militar que celebrar aniversário do golpe

Estratégia segue decisão do Ministério da Defesa de ignorar data e evitar crises com o Palácio do Planalto

Cézar Feltoza

BRASÍLIA O comandante do Exército, general Tomás Paiva, afirmou a interlocutores que a Força punirá oficiais que comemorem o aniversário do golpe militar nesta sexta-feira (31) ou participarem de eventos organizados por militares da reserva.

Segundo relatos a **Folha**, a orientação foi repassada a oficiais-generais. A maior preocupação é com movimentos previstos entre as reservas no Rio de Janeiro.

Oficiais da Força ficarão atentos a movimentação no Clube Militar, grupo de integrantes da reserva que promoverá um almoço, no Rio, para celebrar o golpista de 1964.

O evento é convocado sob o lema "Movimento Democrático de 1964", com ingresso a R\$ 95 e é restrito a sócios e associados. Generalistas da Polfa afirmam que não é raro a presença de oficiais da ativa em eventos do Clube Militar, especialmente pelo fato de reservistas terem familiares na ativa.

A iniciativa de Tomás não decorre de orientação direta do ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, mas foi tomada depois que a pasta decidiu se manter em silêncio no aniversário do golpe de 1964.

Apenas o plano de ignorar a data foi acertado entre Mucio, Tomás e os comandantes Marcos Olsen (Marinha) e Marcelo Damasceno (Aeronáutica), em conversas informais.

A pasta confirmou à reportagem que não emita notas sobre o dia. "O Ministério não divulgará nenhum comunicado ou omissão do que sobre a data", disse a assessoria.

Integrantes da cúpula do Ministério da Defesa afirmam que a decisão de ignorar a data é uma forma de evitar crises tanto com os militares quanto com o governo Lula (PT).

O silêncio ainda é o melhor entre as comemorações feitas nos quatro anos do governo Jair Bolsonaro (PL) e a divulgação de comunicado em repúdio ao golpe

militar — que, avalia a Defesa, poderia desgastar a relação de Mucio especialmente com oficiais de baixa patente.

Outras áreas do governo decidiram ignorar a data. O Ministério de Direitos Humanos, por exemplo, não emitirá nenhum comunicado em repúdio ao golpe militar.

As manifestações contra a ditadura têm sido feitas pela EBC (Empresa Brasil de Comunicação), que planejou programação especial nesta semana para exibir filmes e organizar debates sobre o "verdadeiro caráter ditatorial do golpe militar de 1964", segundo um de seus avisos.

"Entendemos que é importante que os que não viveram esse período da história do Brasil conheçam os males causados pelos regimes autoritários e entendam os benefícios da democracia", disse a EBC em nota.

Nos últimos quatro anos, o Ministério da Defesa publicou ordens do dia em celebração ao golpe militar de 1964, segundo ordem de Bolsonaro.

"Nosso presidente já determinou ao Ministério da Defesa que fizesse comemorações devidas com relação ao 31 de março de 1964 incluindo a ordem do dia, patrocinada pelo Ministério da Defesa, que já foi aprovada pelo nosso presidente", disse em 2019 o então porta-voz da Presidência, general Otávio Rogério Barros.

Depois disso, os então ministros Fernando Azevedo e Braga Netto divulgaram comunicações sobre o dia, que foram lidos nos quartéis e nos eventos militares marcados para 31 de março.

Em 2022, Azevedo escreveu que "o Movimento de 1964 é um marco para a democracia brasileira. Muito mais pelo que evitou". F. completou "Associedade brasileira os em presários e a imprensa entendem as ameaças daquele momento, se aliarão e reagirão. As Forças Armadas assumiram a responsabilidade de conter aquela escalada, com todos os desgastes preventivos".

Em 2022, Azevedo escreveu que "o Movimento de 1964 é um marco para a democracia brasileira. Muito mais pelo que evitou". F. completou "Associedade brasileira os em presários e a imprensa entendem as ameaças daquele momento, se aliarão e reagirão. As Forças Armadas assumiram a responsabilidade de conter aquela escalada, com todos os desgastes preventivos".

Braga Netto, em 2021, foi além: mais incisivo em sua manifestação. Ele disse que a ditadura militar merecia ser celebrada. "O movimento de 1964 é parte da trajetória histórica do Brasil. Assim, devem ser compreendidos e celebrados os acontecimentos daquele 31 de março", foram as palavras encerrando seu comunicado.

O Exército ficou a celebrar a ditadura de 1964 em comunicados oficiais lidos em quartéis, antes do governo Bolsonaro.

Nos primeiros mandatos de Lula, o comandante militar escreveu quatro manifestações em comemoração ao aniversário do golpe.

Em 2020, por exemplo, o comandante Francisco Albuquerque emitiu, um comunicado para o Exército "ongulhar-se do passado".

"O 31 de Março insere-se, pois na história patria e é sob o prisma dos valores morais de nossa Força e da nãmica conjuntural que o enendamos. E memória significou a época pelo incontestável apoio popular e unânime, vigorosamente, aos demais acontecimentos vividos, para alijerem em cada brasileiro, a convicção perene de que preservar a democracia é dever nacional".

A época, o ministro da Defesa, Walter Pinheiro, disse que respeitava a posição do comandante do Exército. "Não tenho nada a contestar a posição de quem interpreta desas forma [o 31 de Março]. Tenho que respeitar a posição de cada um", afirmou.

O Exército deixou de divulgar comunicados oficiais em comemoração ao golpe militar em 2020. Nos últimos 16 anos, as únicas citações oficiais foram feitas pelo Ministério da Defesa.

Logo após assumir a Presidência em 2021, Dilma Rousseff (PT) determinou que as Forças Armadas não citassem a ditadura militar nas ordens do dia. Naquele ano, o Exército chegou a vetar uma palestra do general Augusto Heleno, que seria realizada em comemoração ao golpe.



Plataforma acompanha sessão da Comissão de Anistia. Carlos Castro/Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

Comissão retoma perdão a perseguidos pela ditadura e se opõe a Bolsonaro

João Gabriel e Carolina Moraes

BRASÍLIA "Tenho a honra de pedir desculpas à senhora, em nome do Estado brasileiro, por essa perseguição, ao para que isso nunca mais aconteça, e declarar a senhora anistada política".

Assim, e com as mãos no rosto, Gláucia Arruda Campos recebeu da presidente da Comissão de Anistia, Ileana de Stutz Almeida, o deferimento de seu pedido de indenização por ter sido perseguido politicamente e preso durante a ditadura militar.

Foi a segunda vez que o caso foi a julgamento. Na primeira, em 2019, a indenização foi negada pela gestão Damarens Alves, então ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo Jair Bolsonaro (PL). Na ocasião, o então governador do general Rocha Paiva, autor do prefácio da biografia da general e torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra.

A sessão desta quinta (30) marcou o reinício dos trabalhos do grupo por repleta de críticas a gestões bolsonaristas que apitaram o grupo com militares e apoiadores do regime ditatorial.

Pela reunião, às vésperas do aniversário do golpe de 1964, foram selecionados casos considerados simbólicos, por serem pedidos de anistia julgados em julgamentos considerados injustos.

Foram anistados Ivan Valente, deputado federal pelo PSOL-SP preso e torturado,

que teve pedido indeferido por Damarens, José Pedro da Silva, preso pelo regime que teve o requerimento barrado no governo Temer; e Romano Schettino, sequestrado e preso, que chegou a ter uma denúncia aprovada pela comissão em 2018, mas nunca publicada no Diário Oficial e não efetuada. "Schettino está internado e passa por cirurgias para resolver um edema cerebral".

No novo regimento do colegiado, além da previsão mediata de concessão de anistia para coletivos, também é retomado o dever de se registrar formalmente um pedido de desculpas por parte do Estado pelos crimes da ditadura.

O pedido de perdão era comum nas declarações da comissão até o governo Temer, quando passou a ser cada vez menos usado, até ser deixado de lado na gestão Damarens. Agora, passa a ser uma obrigação regimental.

Não só. O ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, e outras autoridades presentes afirmaram que o trabalho em torno da memória do período de repressão é fundamental para enfrentar o fenômeno que levou aos ataques do 8 de janeiro — e para combater os casos de apelo à ditadura no país.

"As fantasias de que era o melhor naquele período, afinal, não passaram disso, fantasias, são facilmente derrotadas pelas evidências. A falta da memória da verdade e da justiça como políticas de Estado, contudo, não só permi-

tem a reprodução dessas ilusões, fantasias, delírios autoritários, como também uma nostalgia golpista propagada por aparelhos de desinformação que precisam ser enfrentados pelo bem desse país", afirmou o ministro.

Enão disse que a comissão vai ser protagonista num processo de reparação histórica — não mas só repara a vítimas que negaram o clomagem a ditadura militar.

"É importante ter uma palavra de acolhimento, principalmente para todos aqueles e aquelas que tiveram a infeliz e desagradável surpresa de serem revitimizados, de serem novamente culpados pela perseguição que sofreram", afirmou Enão, em referência aos pedidos de anistia negados pelo governo Bolsonaro.

O número da repressão são pouco precisos: pois a ditadura nunca reconheceu esses episódios. Auditoria da Justiça Militar recebeu 6.016 denúncias de tortura. Estimativas feitas depois apontaram para 20 mil casos.

Presos relataram terem sido pendurados em paus de arara, submetidos a choques elétricos, estrangulamentos, tentativas de afogamento, golpes com palmatória, socos, pontapes e outras agressões. Houve casos em que as sessões de tortura levaram à morte das vítimas.

Em 2014, a comissão listou 191 mortos e 210 desaparecidos. Outros 33 desaparecidos tiveram seus corpos localizados posteriormente: num total de 434 pessoas.

mundo

Justiça dos EUA indícia Trump em caso sobre atriz pornô

Republicano é 1º ex-presidente a se tornar alvo de acusação criminal na história do país

Thiago Amâncio

WASHINGTON Donald Trump é o primeiro ex-presidente dos Estados Unidos indiciado por um crime, após decisão desta quinta-feira (30) da Justiça de Nova York.

Em meio a uma pré-campanha à eleição presidencial do ano que vem, o republicano poderá ser detido pela raia que as autoridades façam uma foto sua e colham suas impressões digitais no caso que apura seu envolvimento na compra do silêncio de uma atriz pornô com quem supostamente teve um caso.

O indiciamento sem precedentes ocorre após dias de especulação e ainda não foi anunciado formalmente, o que deve acontecer na próxima semana, quando ficará claro exatamente por quais suspeitas de crime Trump está sendo acusado. O próprio ex-presidente chegou a escrever em rede social que seria preso na semana passada e convocou a militância para protestos em massa, que não se concretizaram.

No caso em questão, Trump teria pago pelo silêncio da atriz pornô Stormy Daniels durante a campanha de 2016, quando ela afirmava que teve um caso com o então candidato anos antes. O montante, de US\$ 130 mil, foi pago pelo advogado Michael Cohen e reembolsado no ano seguinte por Trump que já na Casa Branca registrou a despesa como gasto jurídico. A suspeita da promotoria é de que o pagamento se tratou de um gasto de campanha não declarado.

Um "grande júri especial" — espécie de júri popular que não tem o poder de condenar ou absolver alguém, mas analisa as provas apresentadas por um promotor e determina se há evidência suficiente para seguir com o processo criminal — considerou que o material apreendido pelo promotor Alvin L. Bragg, de Manhattan, é robusto o suficiente e que agora Trump deveria responder à Justiça. O relatório chama a atenção para o fato de que Trump não comparou com as demais investigações judiciais que podem levar Trump ao banco dos réus, um dos mais banais. Diferentes instâncias nos EUA,

afinal, investigam a tentativa de fraude no resultado das eleições de 2020, quando o republicano perdeu para Joe Biden, sua responsabilidade no ataque ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021 e o fato de ter levado para casa documentos secretos do governo após deixar a Presidência.

O assessor sênior de Trump Jason Miller afirmou à Folha que o caso "é uma capa de bruxaria política, e Trump é completamente inocente".

Em comunicado nesta quinta, Trump afirmou que o indiciamento "é perseguição política e interferência na eleição no nível mais alto na história" para destruir o movimento trumpista. Ele também atacou o promotor Bragg, como já vinha fazendo há semanas. "Em vez de apurar a vida de crimes sem precedentes que me conta da cidade de Nova York, ele está fazendo o trabalho sujo de Joe Biden, ignorando assassinações, roubos e agressões nos quais ele deveria se concentrar".

Bragg também é responsável pelo caso em que as Organizações Trump foram condenadas por um esquema de fraudes fiscais e falsificação de registros. Seu gabinete disse que entrou em contato com os advogados para coordenar uma rendição — o que deve acontecer no início da próxima semana.

Mais tarde, Trump fez um apelo a seus apoiadores para evitar fundos para sua defesa. De acordo com sua equipe, foram arrecadados mais de US\$ 2 milhões desde que o ex-presidente convenceu seus seguidores de que estava prestes a ser preso. Michael Cohen, ex-advogado que testemunhou contra Trump no caso, disse nesta quinta ser bom lembrar do ditado de que ninguém está acima da lei. "Nem mesmo eu, ex-presidente".

O indiciamento esquentou a corrida eleitoral e pode aglutinar apoio ao ex-presidente, que já é favorito para obter a indicação do Partido Republicano na eleição à Casa Branca do ano que vem. Ele já disse a aliados que quer transferir o julgamento em um "espetáculo" e que pretende usar algemas em uma possível detenção.



O ex-presidente dos EUA Donald Trump cumprimenta apoiadores durante comício em Waco, no Texas. Brandon Bell. 25 mar 23, AFP

Decisão não é empecilho para candidatura do ex-presidente à Casa Branca em pleito de 2024

WASHINGTON O indiciamento de Donald Trump pelo escândalo da compra do silêncio de uma atriz pornô com quem supostamente teve um caso e mesmo sua possível condenação não impedem o republicano de concorrer novamente à Casa Branca.

Os EUA não têm lei equivalente à Ficha Limpas, que impede no Brasil a candidatura de pessoas que foram condenadas por um órgão colegiado (mais de um juiz) tiveram o mandato cassado ou renunciaram para evitar a cassação.

"Você pode estar preso por homicídio e ainda concorrer", explica Mark A. Graber, professor de direito constitucional da Universidade de Maryland. "Já tivemos candidato na prisão que recebeu 1 milhão de votos". O professor se refere a Eugene Debs, líder sindicalista que se candidatou cinco vezes à Casa Branca no começo do século passado, às quatro primeiras em liberdade.

Em 1918, porém, Debs foi preso por sedição ao condenar a participação dos EUA na Primeira Guerra Mundial e concorreu à Presidência pelo Partido Socialista da América em 1920 da prisão. Curiosamente foi nessa ocasião que ele teve seu maior número de votos, 314 mil, o que o deixou em terceiro lugar na disputa — detido a cadeia no Natal de 1921 e foi recebido na Casa Branca um dia depois. Nos Parliamentos locais, o indiciamento foi usado ainda no século XIX: o legislador da Virgínia Joe Morrissey, do Partido Democrata, foi reeleito deputado estadual em 2015 enquanto passava as noites na prisão, em liberdade condicional, após condenação por manter relações sexuais com uma adolescente de 17 anos. Isso significa que Trump pode não ser impedido mesmo no caso de avançarem outros processos considerados mais graves, como tentar fraudar a eleição na Geórgia em 2020 ou manter caixas de documentos secretos em sua casa na Flórida após deixar a Presidência. A Constituição dos Estados Unidos exige apenas que, para se eleger presidente, a pessoa tenha ao menos 35 anos, seja americana nata e esteja no país há pelo menos 14 anos.

Após 1868, porém, três anos após a Guerra Civil Americana, a 14ª Emenda Constitucional foi aprovada proibindo que ocupe qualquer cargo civil ou militar em governos federais ou estaduais quem tiver se envolvido em uma insurreição ou rebelião contra o governo.

Está aí a brecha para que Trump, já em pré-campanha, seja impedido de concorrer no ano que vem, afirmam Graber e parte dos constitucionalistas americanos. O comitê da Câmara dos EUA que investigou o ataque ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021 recomendou, em dezembro no ano passado, que o Departamento de Justiça indiciasse Trump, entre outras coisas, por "incitar, assustar ou auxiliar uma insurreição" e recomendou que ele seja proibido de ocupar cargos públicos com base na 14ª Emenda. O comitê, porém, não tem poder para indiciar ou condenar o ex-presidente.

Não há sinais até agora de que o conselheiro especial Jack Smith, responsável por supervisionar os casos envolvendo Trump no Departamento de Justiça, vá indiciar o ex-presidente por insurreição, avalia Josh Blackman, professor de direito constitucional do South Texas College of Law Houston e pesquisador do Cato Institute.

"Mesmo os membros da milícia de extrema direita Proud Boys não foram indiciados por insurreição, mas por conspiração sediciosa, um grau abaixo. Portanto é improvável que algum tribunal federal condene Trump por isso", diz Blackman.

Caso isso aconteça, porém, a previsão do especialista é de um cenar de caos jurídico porque os Estados Unidos não têm um órgão equivalente ao brasileiro Tribunal Superior Eleitoral, que supervisiona as eleições em âmbito federal. Ou seja, seriam os funcionários de órgãos estaduais os responsáveis por decidir se Trump deveria ou não estar nas cédulas de votação.

"Teríamos cédulas diferentes pelo país, algumas com o nome de Trump e outras não, um caos completo. Nesse caso, [o imbróglis] deveria subir rapidamente para a Suprema Corte, que resolveria o litígio", diz.

A decisão sobre o indiciamento de Trump no episódio que envolveu a compra do silêncio da atriz pornô Stormy Daniels já foi revelada nesta quinta-feira (30) pela imprensa americana e deve ser anunciada nos próximos dias. Na eleição de 2020, ela recebeu um cheque do advogado de Trump de US\$ 130 mil para não levar a público a afirmação de que teve um relacionamento com o então candidato anos antes. Já na Casa Branca Trump reembolsou o advogado e registrou o pagamento nas contas de sua empresa como despesa jurídica.

O episódio já havia sido analisado por procuradores federais em 2018, quando o escândalo veio à tona. Os investigadores consideraram o caso uma violação das regras de financiamento de campanha, e o advogado Michael Cohen se declarou culpado. Procuradores chegaram a escrever que Cohen "agiu em coordenação e sob direção" do então presidente, mas Trump nunca foi processado na esfera federal. Agora, o promotor de Manhattan Alvin L. Bragg retomou as investigações.

Em comício no Texas no sábado (30), o republicano afirmou que é investigado "por algo que não é crime, não é contra a lei, não é um afundar".

“Você pode estar preso por homicídio e ainda concorrer [nos EUA]. Já tivemos candidato na prisão que recebeu 1 milhão de votos”

Mark A. Graber, professor de direito da Universidade de Maryland

TODA MÍDIA

Visto dos EUA, Bolsonaro retorna para 'futuro incerto'

A cobertura americana voltou a dar atenção ao país com a saída do ex-presidente dos EUA. No título do New York Times, "Bolsonaro retorna ao Brasil, encerrando exílio auto-imposto", mas o subtítulo "Ex-presidente volta para um cenário político tenso no qual está sendo investigado por espalhar desinformação eleitoral e por inspirar o ataque de 8 de janeiro na capital".

No Washington Post, "Bolsonaro chega em casa — e encontra um futuro incerto" mais "Ex-presidente enfrenta uma longa lista de investigações relacionadas ao seu mandato".

No Wall Street Journal "Bolsonaro retorna do exílio na Flórida", a resenista diz que o "político popular" está voltando "para muitos dos de apoiadores em adoração e para dezenas de investidores de 'criminosos'".

A CNN não viu multidões, salientando que "Bolsonaro não é recebido por pequeno grupo de apoiadores no retorno ao Brasil pela primeira vez desde os tumultos de 8 de janeiro, com a invasão do Palácio do Planalto, do Congresso e do Supremo". Nos Estados Unidos, a saída de Bolsonaro do país coincide com a cobertura desalentada da nova cúpula pela Democracia de Joe Biden. No relato do NYT, o evento "começa em meio a crises em vários países aliados" americanos.

What Lula Sees



Sob o título "O que Lula vê", quadro de Di Cavalcanti de 1928. Arquivos Quântica

Por exemplo, com foto de 8 de janeiro, "o Brasil, onde a derrota do autocrático Bolsonaro foi seguida por uma rebelião orquestrada por seus apoiadores contra prédios

de governo em Brasília". Biden condenou então "o assalto à democracia".

Vice da organização Americas Society/Council of the Americas, mantida por empresas americanas com interesse na região, Brian Winter reportou, vis-à-vis o Palácio do Planalto, contando que Lula e seus aliados estão agindo como se vissem ameaças existenciais em toda parte. Eles não estão errados.

Pode haver pouco risco de golpe de direita, mas acredita-se que a página foi virada magicamente com Bolsonaro fora do cargo parece ingênuo.

Lula está certo em se preocupar com o que está por vir em todo o mundo, vemos países onde a democracia está sob ataque. O crescimento é difícil e sociedades polarizadas querem mais do que seus líderes podem entregar.

Lula está certo em se preocupar com o que está por vir em todo o mundo, vemos países onde a democracia está sob ataque. O crescimento é difícil e sociedades polarizadas querem mais do que seus líderes podem entregar.

Brasil deixa de assinar declaração contra Rússia

Lula não participou de Cúpula da Democracia organizada por Biden, mas enviou carta com menções ao 8 de Janeiro

GUERRA DA UCRAÍNIA

Thiago Amâncio

WASHINGTON O Brasil não assinou a declaração final da segunda edição da Cúpula da Democracia, evento por movido pelo governo Joe Biden e organizado em conjunto com Costa Rica, Holanda, Coreia do Sul e Zâmbia.

O texto traz uma série de críticas à invasão da Ucrânia pela Rússia, que já dura mais de 10 meses. "Lamentamos as terríveis consequências humanitárias e de direitos humanos da agressão da Federação Russa contra a Ucrânia, incluindo os ataques contínuos contra a infraestrutura crítica em toda a Ucrânia com

consequências devastadoras para os civis, e expressamos nossa grande preocupação com o alto número de vítimas civis, incluindo mulheres e crianças, o número de deslocados internos e refúgio dos que precisamos de assistência humanitária, e violações e abusos cometidos contra crianças", diz o documento.

A declaração levanta ainda preocupações com o impacto da guerra em áreas como segurança alimentar e energética, proteção nuclear e meio ambiente. "Exigimos que a Rússia retire imediatamente e incondicionalmente todas as suas forças militares do território da Ucrânia e pedimos o fim das hostilidades", continua o texto, pedindo respon-

sabilização por crimes que violam o direito internacional.

Ao todo, 76 países assinaram o comunicado, 16 deles apontando desordens. Três países signatários, por exemplo, não concordam integralmente com o parágrafo que cita a Rússia: Índia (membro do Brics, ao lado de Moscou, Brasil, China e África do Sul), Armênia e México. A avaliação do governo brasileiro, segundo diplomatas nublados pela Folha, foi de que o fórum adequado para discutir o tema seria a ONU, não a Cúpula da Democracia.

O evento, que começou na terça-feira (28) e se encerra nesta quinta-feira (30), serviu como uma espécie de fórum online com discursos feitos

por líderes via videoconferência. O governo americano convidou 120 países para participar, mas apenas 80 lideranças enviaram discursos, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não estava entre eles. O país não foi convidado para a cúpula e iria enviar um vídeo gravado, o que não foi possível por questões de saúde depois que ele recebeu diagnóstico de pneumonia, segundo fontes do governo brasileiro.

Lula, porém, enviou uma carta aos organizadores em que lembrou do ataque aos Três Poderes em 8 de janeiro e ressaltou a importância de fortalecer a democracia. "As instituições democráticas precisam ser capazes de

resistir a atentados violentos, a campanhas de desinformação e a discursos de ódio, que frequentemente se valiam das redes sociais. Estamos diante de um desafio civilizatório, da mesma forma que a superação das guerras, da crise climática, da fome e da desigualdade de no planeta", escreveu ele.

Lula defendeu a importância de "instituições sólidas, lidações determinadas e cooperação internacional para combater 'inimigos da democracia' para além das fronteiras nacionais. "Na América Latina e no Caribe, apostamos na integração regional e no diálogo como plataformas para o enfrentamento coletivo desses desafios e fortalecimento da democracia."

Questionado sobre as ausências de assinaturas na declaração da cúpula, uma autoridade sênior do governo americano afirmou que "em qualquer de caráter conjunta as negociações podem ser intensas" e que as assinaturas são preliminares, uma vez que mais países podem aderir ao documento.

A declaração da cúpula não é centrada na Guerra da Ucrânia, mas é uma espécie de compromisso dos signatários com a promoção da democracia e com o fortalecimento de instituições. O texto, porém, foi assinado por líderes criticados por ações consideradas antidemocráticas como Narendra Modi, da Índia, Binyamin Netanyahu, de Israel, e Andrzej Duda, da Polónia.

Repórter americano do WSJ é preso por Moscou sob acusação de espionagem

GUERRA DA UCRAÍNIA

Igor Gielow

SÃO PAULO O FSB (Serviço Federal de Segurança) da Rússia anunciou nesta quinta-feira (30) a prisão de um repórter do jornal americano The Wall Street Journal sob a acusação de espionar segredos militares para Washington.

Evan Gershkovich, um cidadão americano de origem russa de 31 anos, foi detido pelo FSB em Iekaterinburgo, cidade na divisa entre as porções europeia e asiática do país. O órgão disse que ele estava

"coilando informações classificadas como segredo de Estado sobre uma fábrica militar".

Não foram apresentadas provas. O WSJ "nega veementemente as alegações do FSB e busca a imediata libertação de nosso colunista, e dedicado repórter", disse o jornal em nota.

Uma corte moscovita determinou que ele fique preso pelo menos até 20 de maio, quando haverá audiência sobre o caso. Seu advogado, Danil Beriman, disse que não teve acesso ao tribunal, que alegou já haver um representante da defesa indicado pelo Estado.

O secretário de Estado ame-

ricano, Antony Blinken, criticou Moscou. "Nos mais duras termos possíveis, nós condenamos as contínuas tentativas do Kremlin de intimidar, reprimir e punir jornalistas e vozes da sociedade civil", afirmou ele, dizendo que está tentando resolver o caso.

Segundo a agência Reuters, o cientista político Jaroslav Chirchukov, de Iekaterinburgo, disse que foi entrevistado por Gershkovich há 10 dias as semanas acerca de ataques locais ante o grupo mercenário Wagner, que luta pela Rússia na Ucrânia. Pelo relato, ele iria visitar a cidade vi-



Evan Gershkovich, repórter do Wall Street Journal/Reuters

zinha de Nijni Tagil, onde há uma fábrica de tanques, mas para falar com moradores sobre o Wagner. "Ele não era um inimigo da Rússia", afirmou.

É o mais grave caso do gênero envolvendo um jornalista estrangeiro desde que a Rússia invadiu a Ucrânia, em fevereiro do ano passado. Houve assédio a alguns repórteres e um grande contingente deixou o país, com suas funções sendo assumidas por russos, que já conviviam com uma crescente repressão interna à liberdade de imprensa.

O governo de Vladimir Putin fez pouco do caso. "É um assunto do FSB", disse o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, ressaltando que tudo indicava que o jornalista havia sido "pego em flagrante". Já Maria Zakharova, porta-voz do Mi-

nistério das Relações Exteriores, afirmou que a apuração de Gershkovich "não era relacionada a jornalismo" e que é usual o emprego de disfarce de repórter para espionagem.

Gershkovich trabalha na Rússia desde 2017, tendo sido empregado pelo jornal virtu. O The Moscow Times e pela agência de notícias francesa AFP. Foi contratado pelo WSJ em janeiro do ano passado.

O problema para o repórter é a legislação russa, que foi endurecida brutalmente depois do início do conflito. As autoridades ganharam mandado para processar qualquer um que considerem difamar o esforço de guerra. Nesses casos, a pena pode chegar a 15 anos de cadeia. Se a acusação for de espionagem, caso do repórter, até 20 anos.



Escritório de Gestão de Riscos da cidade de Manila, AFP

INCÊNDIO EM BALSA NAS FILIPINAS PRELIMINARMENTE AO MENOS 31 MORTOS

Ao menos 31 pessoas morreram, incluindo duas crianças e um bebê de seis meses, depois de um incêndio em uma balsa no sul das Filipinas na noite de quarta-feira (29). A informação é das autoridades locais, que acrescentaram que é possível que a cifra de mortes cresça, uma vez que o número de passageiros superava os 205 registrados na lista de embarque da balsa. O Lady Mary Joy 3 viajava da cidade de Zamboanga para a ilha de Jolo, na província de Sulu. A embarcação estava próxima da ilha de Baluk Baluk, na província de Basilan, quando o fogo começou a se espalhar, por volta das 23h do horário local (12h no horário de Brasília). Vários passageiros então se jogaram no mar — alguns se afogaram, inclusive as três crianças, e outros morreram no incêndio.

MUNDO OUVIU

livros, filmes, séries, podcasts e o que mais houver para tentar entender o mundo

Podcast discute papel de águas fluviais em guerras e crise climática

João Batista Natali

SÃO PAULO Vejamos dois exemplos sobre o uso internacional das águas fluviais. No oeste da África, o rio Senegal é dividido fraternalmente entre Mauritânia, Senegal, Guiné e Mali. São países bem dispare que até entram em guerra por política. Mas não pela água, bem arbitrada por uma entidade regional.

Do outro lado da África, a Etiópia começou há 12 anos a construir uma barragem no rio Nilo. O Egito e o Sudão puse-ram o punhal entre os dentes

Até o Conselho de Segurança da ONU entrou como árbitro. Mas não há no horizonte a divisão pacífica das águas do rio.

Esses são dois dos casos tratados neste mês em conferência da ONU, em Nova York, sobre águas doces. E foram também tema de podcast com quatro especialistas reunidos em Paris pela emissora pública France Culture.

Os rios passaram a ter um novo estatuto com as mudanças climáticas. Tendem a armazenar uma água mais rara e mais poluída para irrigar

territórios com maior densidade demográfica. "O arsênico usado nos agrotóxicos está contaminando os lençóis freáticos em muitos pontos do planeta", diz Christophe Jefferlot, chefe de um centro de pesquisas franco-alemão. E há também a maldição da guerra, diz Marie Laure Vercambre, coordenadora de ONGs francesas de usuários de bacias hidrográficas. Ela acusa a Rússia de estar destruindo com mísseis as estações de tratamento de água na Ucrânia, o que é um crime previsto pela Convenção de Genebra de 1949.

Esse conjunto de exemplos já demonstra que os rios não são mais locais pacíficos e bucolicos. São também um instrumento de dominação para os chamados "povos hidro-minantes", como a Turquia. Ela vem reduzindo em no mínimo 30% o curso das águas do Eufrates, antes que elas entrem no território da Síria, diz o escritor Erik Orsenna. O regime turco usa a água como instrumento de pressão contra a vizinha, envolvida em interminável guerra civil.

Tais abusos poderiam ser arbitrados por uma espécie de ombudsman das águas doces, cargo que a União Europeia e os EUA querem instituir na estrutura da ONU. Mas tem gente contra. Como a China, que rejeita qualquer controle bina-

teral sobre os rios que penetram em seu território. Ou a Índia, que construiu uma barragem no Ganges pertinho da fronteira com Bangladesh. Até o Brasil era contra e não assinou petição pela oficialização desse árbitro. "Mas foi quando o Bolsonaro ainda era o presidente", ressaltava Vercambre.

Os participantes do podcast pouco disseram da Ásia e da América Latina, onde tais problemas se repetem. Foi talvez por uma ligação privilegiada com ex-territórios coloniais, que também estão envolvidos no complexo político de culpa dos europeus.

A última vez que a comunidade internacional discutiu seriamente a água doce foi numa conferência de 1977, lembra Gailand. Desde então, foram

gastos 15 anos para se chegar a um tratado sobre as águas salgadas do mar. Com os rios e lagos, é preciso descer de negociações (já agora para evitar que divergências deixem os países de mãos vazias com a nova realidade do clima).

Uma realidade que chega aos poucos com duas caras: a seca, ou as inundações provocadas por chuvas cada vez mais intensas. Que o diga Bangladesh, cujas províncias mais ao sul ficaram com água até a cintura a partir de junho do ano passado. Mas o menos como no município paulista de São Sebastião, com desabamentos e muitas mortes.

Les Guerres de l'eau

Podcast da Rádio France (59 min.) Disponível em bit.ly/32k/WVn

SONHAR É BOM,
MAS SONHAR JUNTO
É MARAVILHOSO.
ESSA É A NOSSA
HISTÓRIA.

Projetos, concepções e obras de qualidade para nossos clientes, colaboradores e investidores.

Hoje, com orgulho, 100% do ano, entregamos mais de 2.200 unidades em 39 empreendimentos e construímos 252.000 metros quadrados.

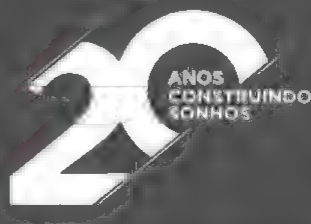
Resumo de nossos valores: honestidade e o nosso compromisso. Fazemos o que gostamos e transformamos sonhos em conquistas.

Essa é a nossa história. Nossa história é o motivo dos nossos sorrisos.



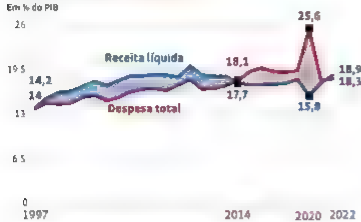
FRATTA
CONSTRUTORA

WWW.FRATTA.COM.BR



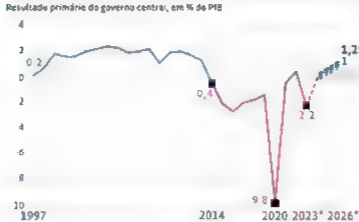
Resultado primário do governo central

Nível de receitas e despesas

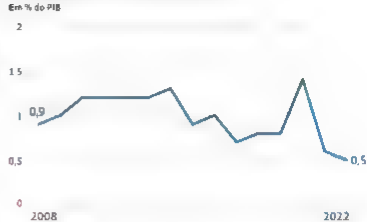


* Previsão do Orçamento de 2023 ** Previsão do governo a partir da nova regra fiscal. Fonte: Ministério da Fazenda

Projeção do governo considerando a regra fiscal proposta



Investimentos do governo federal



Nova regra fiscal prevê aumento real de gastos e piso para investimentos

Se resultado primário ficar acima do teto da meta, o excedente poderá ser usado para investir

Idiana Tomazelli, Thiago Resende e Alexa Salomão

BRASÍLIA O novo arcabouço fiscal proposto pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assegura um crescimento real das despesas (acima da inflação) em todos os anos, cria um piso para investimentos públicos e conta com o êxito de uma série de medidas do lado da arrecadação para conseguir entregar a prometida melhoria nas contas públicas. O desenho mantém o princípio de um limite para gastos, mas em formato mais flexível. O ritmo de alta das despesas em cada ano estará ligado à variação das receitas, com a condição de que se situe no intervalo de 0,6% e 2,5%. Esses serão o piso e o limite máximo de alta real dos gastos sob a nova regra.

Os investimentos, por sua vez, ganham uma blindagem contra cortes e podem ser ampliados de forma extraordinária, fora do limite de despesas, caso o ingresso de receitas supere as melhores expectativas do governo. A previsão de um patamar mínimo para aplicação em investimentos atende a uma preocupação política do PT de que esses gastos não sejam comprimidos no longo do tempo.

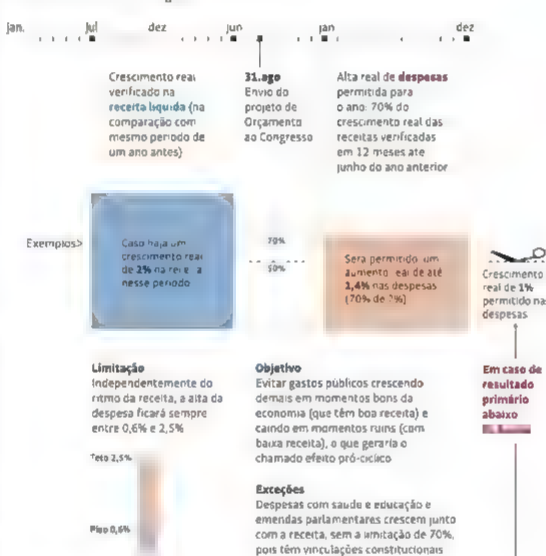
O desenho foi anunciado em entrevista coletiva nesta quinta-feira (30) pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) e por técnicos do Ministério da Fazenda. Logo na abertura, Haddad afirmou que a fórmula proposta pelo governo não é uma "bala de prata" para resolver a situação das contas públicas e admitiu que haverá um novo pacote com medidas para ampliar a arrecadação do governo em até R\$ 15 bilhões. "Isso aqui [regra fiscal] não é uma bala de prata que resolve tudo. É o começo de uma longa jornada. Mas esse é o plano de voo", disse o ministro da Fazenda.

A sinalização de que boa parte do ajuste se dará pelo lado das receitas frustrou a expectativa de analistas que ainda esperavam uma regra fiscal mais dura pelo lado das despesas. Haddad, porém, vinha sendo pressionado por aliados do próprio PT a propor um arcabouço com patível com uma trajetória mais gradual de ajuste nas contas públicas.

Na entrevista, o ministro afirmou que o governo atuará para recompor a base tributária, que garante a arrecadação do governo, mas negou que isso vá representar um aumento da carga sobre os contribuintes. Ele defende a maior transparência sobre aqueles que hoje quase não pagam imposto. "Essa regra não vai ser impedimento para que se cumpra aquilo que convencionado pela sociedade. Apenas o que foi convencionado tem que ter a contrapartida dos seto-

Ponto a ponto da proposta da nova regra fiscal

1. Crescimento anual do gasto



2. Resultado primário



3. Piso de investimentos

Próximo a R\$ 75 bilhões, a ser corrigido pela inflação a cada ano

Fonte: Ministério da Fazenda

res mais abastados", disse. Segundo ele, é preciso reverter a "tendência patrimonialista de apropriação do Estado". "Se quem não paga imposto passar a pagar, todos nós vamos pagar menos juros".

Tebet reconheceu que o foco principal da nova regra não é diminuir despesas, mas sim ampliar a qualidade dos gastos. "Estamos tranquilos e convictos de que conseguiremos atingir a meta, diminuir

as despesas dentro do possível, mas esse não é o foco principal, o foco principal é gastar com qualidade", disse. Como antecipou a Folha, o governo propõe uma regra fiscal em que o crescimento

Entenda a mudança nas regras fiscais

O QUE É O NOVO ARCABOUÇO FISCAL?

É o conjunto de regras de controle para as contas públicas. A proposta do governo busca substituir o atual teto de gastos, criado no governo de Michel Temer (MDB).

POR QUE A SUBSTITUIÇÃO DO TETO?

Na avaliação do governo, o teto de gastos limitou a capacidade do Estado de promover políticas públicas. Apesar disso, reconhece que não é possível ficar sem uma regra de controle para as despesas.

O QUE É NECESSÁRIO PARA O TETO SER SUBSTITUÍDO?

Emenda constitucional promulgada no fim de 2022 estabelece que o governo deve apresentar, até 31 de agosto, uma nova proposta de regra fiscal. Uma vez aprovada a proposta pelo Congresso, ela substituirá o teto de gastos — que será automaticamente revogado.

COMO É HOJE

Teto de gastos Regra inscrita na Constituição e que está em vigor desde 2017. Ela impede que as despesas federais cresçam mais do que a inflação na passagem de um ano para o outro.

Meta de resultado primário

É estipulada em valor numérico a cada ano. O resultado é obtido a partir da diferença entre receitas e despesas no ano. Hoje, é uma meta única.

COMO É A PROPOSTA DO GOVERNO

Trava para gastos Em vez do teto, a despesa poderá crescer o equivalente a 70% da alta nas receitas (por exemplo, se a arrecadação subir 2%, a despesa poderá subir até 1,4%). Haverá, porém, limites mínimos e máximos para essas variações nos gastos. O percentual mínimo evita que uma queda brusca ou temporária na arrecadação obrigue o governo a comprimir despesas. Já o limite máximo afasta o risco de o Executivo expandir gastos de forma exagerada quando não há um pico nas receitas.

Meta de resultado primário

Em vez da meta única de resultado a ser perseguida, haverá um intervalo projetado para o exercício e o Executivo precisará encerrar o exercício dentro dessa banda.

real das despesas federais seja limitado a 70% do avanço da receita primária líquida observado nos 12 meses até junho do ano anterior — dado disponível no momento da elaboração do Orçamento, apresentado em agosto de cada ano.

O princípio central da regra é permitir o aumento das despesas, mas em ritmo menor do que a alta da arrecadação. Essa combinação é considerada crucial para zerar o déficit público, melhorar a situação das contas públicas e estabelecer a trajetória da dívida pública nos próximos anos.

Além disso, o arcabouço estipula uma meta de resultado primário anual, mas com um intervalo de tolerância para cima e para baixo — a exemplo do sistema de metas para inflação. O resultado primário é obtido a partir das receitas menos as despesas. Hoje, há uma meta única, definida anualmente.

A ideia da banda de flutuação e dar maior flexibilidade ao gestor caso as previsões de receita sejam frustradas, evitando cortes repentinos que poderiam paralisar a máquina pública.

A previsão do governo é que o déficit, projetado em 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano, seja zerado já em 2024, conforme mostrou a Folha. Em 2025, a estimativa indica superávit (arrecadação maior do que gastos) equivalente a 0,5% do PIB. No ano seguinte, 2026, o saldo positivo seria de 1% do PIB.

Caso o resultado das contas venha melhor do que a banda superior da meta anual, o excedente poderá ser usado para financiar os investimentos.

Por outro lado, se o governo não conseguir atingir sequer o piso da meta de primário, será acionado um gatilho no ano seguinte, o crescimento das despesas ficará limitado a 50% da alta das receitas.

A redução dessa proporção, porém, é a única sanção prevista no desenho até o momento. O governo ainda estuda se vai incluir no projeto de lei medidas específicas de ajuste que deverão ser adotadas pelo governo para ajudar na contenção de gastos.

Hoje, o teto de gastos prevê congelamento de concursos e de reajustes acima da inflação. O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirma que o rigor da regra não é determinado por essa lista de medidas e que a redução do percentual já é suficiente para induzir o ajuste, dando flexibilidade para que o gestor faça as escolhas políticas de qual política será preservada ou reduzida.

De acordo com ele, o desenho evita a repetição do processo de desgaste sofrido pelo teto de gastos — que foi mudado diversas vezes pelo Congresso. "O país viveu muito tempo de blefe, em que você promete aquilo que não vai ser cumprido e cria regras que parecem que vão resolver alguma coisa de uma forma absurda, [mas é] completamente inexecutable. E depois o país não atende, você faz PECs [propostas de emenda à Constituição] em cima de PECs para poder alterar isso", disse o secretário do Tesouro.

Continua no pag. A18

mercado

PAINEL S.A.

Bom humor

A nova regra fiscal proposta pelo governo Lula nesta quinta-feira (30) levantou reações positivas no empresariado. O arcabouço veio "melhor do que o esperado", na avaliação de Ricardo Lacerda, fundador do banco de investimentos BR Partners. "As metas estabelecidas pelo governo de déficit zero em 2024 e superávit em 2025 são muito acertadas e surpreenderam positivamente. Agora é importante mostrar credibilidade no cumprimento delas", afirma o banqueiro.

HORIZONTE Luiz Carlos Trabuco, do Bradesco, diz que a proposta é robusta e traz previsibilidade para o orientar o governo para uma boa gestão das contas públicas. Ele avalia que os parâmetros são saudáveis para a trajetória da dívida, determinando expectativas positivas aos investidores.

DESCOMPRESSÃO "Ao ser criada, flexível e simples, a nova regra fiscal representa avanço. E mantém os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal e do teto de gastos. Seu conceito é a redução de restrição de despesas e geração de superávits, o que aumenta a perspectiva de menos pressão fiscal, abrindo espaço para a queda dos juros", diz Trabuco.

BALANÇA Para Luiz Ferman do Figueiredo, da Jive Investments, o mercado já vinha respondendo bem às informações que vazaram nos últimos dias e a avaliação está mais para o lado positivo.

VICE-VERSA "É uma regra que demora alguns anos, mas nos leva para essa sustentabilidade a partir de 2026. Ela é calculada mais no lado da receita do que no da despesa. O ideal seria o contrário, mas eliminando a despesa, o que é razoável", afirma Figueiredo.

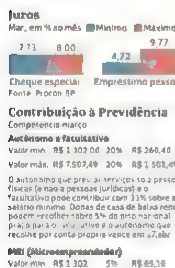
ALÔ João Camargo, do grupo Fiskler, diz que Haddad fez trabalho excepcional. "Todos com quem eu conversei no mercado gostaram e estão alinhados. Foi muito bom falar que o aumento de impostos não está no horizonte", diz.

LENTE Para o empresário Frank Geyer Abubakar, controlador da Unipar, o primeiro ponto positivo do arcabouço é gerar visibilidade e encerrar expectativas negativas. "Destaco também a indicação de voltar a ter superávit primário e a previsão de redução de despesa no caso de não atingimento de níveis de receita".

VEJA BEM Flávio Rocha, dono da Rachuelo, diz que lhe pareceu "bastante razoável" a trava que limita o crescimento das despesas federais a 70% do avanço da receita primária líquida, mas faz ressalvas. "O risco é uma voracidade tributária. Para elevar as despesas tem de haver um aumento de arrecadação", afirma.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES



O principal indicador econômico do Brasil, o PIB, cresceu em 1,02% no primeiro trimestre de 2023. A inflação, por sua vez, ficou em 7,31% no mesmo período. A despesa pública, que representa o total de gastos do governo, foi de 2,71% do PIB, enquanto a receita, que representa o total de arrecadações, foi de 8,00% do PIB. O resultado líquido foi um superávit de 4,29% do PIB. O déficit, que representa a diferença entre as despesas e as receitas, foi de 9,77% do PIB.

Joana Cunha
joana@folha.com.br

Nova regra fiscal prevê aumento real de gastos e piso para investimentos

Continuação de pág. A17
O mecanismo de ajuste prevê que o governo só retome a proporção de 70% se voltar a cumprir suas metas de primário. Além disso, segundo Ceron, uma vez fixada a meta de primário, ela não poderá ser alterada ao longo do exercício. Justamente para evitar que um gestor, na intenção de descumprir a meta e ser obrigado a frear a alta de gastos, modifique a meta para fugir da punição. As projeções do governo de atingir superávit de 1% do PIB até 2026, disse, são realistas, pois o compromisso firmado pela atual equipe para a trajetória das contas. No entanto, o alcance delas depende do pacote de medidas do lado da arrecadação, isto é, o arcabouço não é suficiente por si só para assegurar seu cumprimento. Entre técnicos da área fiscal

e analistas do mercado, a avaliação é que uma análise mais profunda da regra vai depender do texto legal do projeto de lei complementar, que ainda não está pronto. Na entrevista, Haddad disse que a minuta começa a ser redigida agora que Lula validou a proposta, e a previsão é ter o documento fechado na Fazenda ao longo do fim de semana. A expectativa é apresentar o texto oficialmente ao Congresso na semana que vem. Com o texto protocolado, o governo poderá incorporar as novas regras à proposta de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024, a ser enviada até 15 de abril. O projeto da nova regra, por sua vez, iniciará a tramitação pela Câmara, onde deve ser analisado nas comissões e depois pelo plenário. Se aprovado, o texto seguirá para o Senado.

Isso aqui [regra fiscal] não é uma bola de praia que resolve tudo. É o começo de uma longa jornada. Mas esse é o plano de voo

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

No projeto, o percentual de vinculação entre despesas e receitas será fixo, mas a cada ano sua aplicação sobre as novas estimativas levará a números diferentes de espaço no Orçamento. Segundo Ceron, a regra permite um "espaço fiscal crescente" para dar um horizonte de estabilidade às políticas públicas. No cenário em que a alta da arrecadação nos 12 meses até junho seja de 2% em termos reais, por exemplo, a elevação na despesa total poderia ser de até 1,4%. Algumas despesas, porém, não seguirão essa variação de forma direta. Com o fim do teto de gastos, serão retomados os mínimos constitucionais de saúde e educação como eram até 2016: 15% da RCL (receita corrente líquida) para a saúde e 18% da receita líquida de impostos no caso da educação.

Fazenda promete déficit menor em 2023, mas dívida sobe até o fim do governo

Rombo deve ser de 0,5% do PIB neste ano; antes, projeção da equipe econômica era resultado negativo de até 1%

Idiana Tomazelli, Thiago Resende e Alexia Salomão

BRASÍLIA Otto dias após estimar um déficit de R\$ 107,6 bilhões para este ano, a equipe econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu reduzir esse rombo à metade, para algo próximo de R\$ 53,8 bilhões — o equivalente a 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto) —, mas ainda não detalhou como isso será feito. A sinalização foi dada pela Fazenda ao apresentar a proposta de nova regra fiscal que permitirá a alta real de gastos e conta com um impulso na arrecadação para conseguir melhorar a trajetória das contas públicas. O dado indica que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, almeja um ajuste mais ambicioso do que vinha sendo sinalizado até então, que era um rombo de até 1% do PIB neste ano. Os detalhes, porém, tendem a ser analisados com lupa pelos economistas, que já questionavam a capacidade do governo de reduzir o déficit a 1% do PIB.

Como mostrou a Folha, a estimativa divulgada na semana passada foi obtida graças a uma manobra para excluir do Orçamento a previsão de alta de R\$ 4,5 bilhões nos gastos devido ao novo ajuste do salário mínimo, de R\$ 1.302 para R\$ 1.340. Além disso, o Banco Central, órgão responsável pelas estatísticas oficiais de finanças públicas (incluindo o resultado primário), discorda do governo e não considera como receita primária os R\$ 26 bilhões resgatados de contas abandonadas do Fundo FIP/Passo. Ou seja, o rombo oficial já é pelo menos R\$ 25 bilhões maior do que o estimado pela equipe de Haddad.

Nesta quinta (30), o ministro disse que anuncia na próxima semana um novo pacote de medidas para elevar a arrecadação do governo de R\$ 100 bilhões a R\$ 150 bilhões. Sem dar muitos detalhes, ele disse que a ideia é e passar a cobrar impostos de setores e empresas que, por falta de regras, hoje não pagam, como o segmento de apostas eletrônicas.

No novo arcabouço fiscal proposto pelo governo, a meta fiscal terá bandas de flutuação: a nova meta de 0,5% do

Projeções da dívida bruta do governo geral



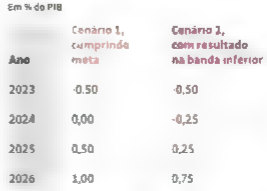
Projeção para dívida com redução de 1pp na curva de juros



Projeção para dívida com redução de 2 pp na curva de juros



Projeção de resultado primário do governo central que baliza projeções da dívida



*Fonte: Tesouro Nacional a partir da grade SFE

PIB para este ano teria um intervalo de 0,25 ponto percentual para mais ou menos. O resultado efetivo poderia ficar entre déficit de 0,25% e 0,75% do PIB. A mesma lógica valerá para os próximos anos.

Em 2024, a meta melhora para um déficit zero, mas o intervalo permite oscilar de resultado negativo de 0,25% a um positivo de 0,25% do PIB. Em 2025, o intervalo vai de 0,25% a 0,75% do PIB, tendo como centro a meta de 0,5%. Em 2026, a expectativa é chegar a um superávit de 1% do PIB, oscilando entre 0,75% e 1,25%. Essas bandas ainda servem de gatilho para disparar sanções ou bônus.

O governo também apresentou estimativas de como pode se comportar a dívida pública, caso a equipe econômica consiga entregar os esforços fiscais prometidos a cada ano. O diagnóstico central, porém, é de que o governo Lula entregará uma dívida bruta maior do que encontrou no fim de 2022 (72,87% do PIB).

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse não ver isso como um problema. "É um processo de recuperação da saúde, de prudência, gradualidade", disse. "Mesmo nos piores cenários, [a regra] coloca o país numa trajetória sustentável de dívida".

Ceron também negou que o governo atual ampliaria gastos, jogando no colo do próximo governo a tarefa de reduzir a dívida pública a um patamar mais condizente com a média dos países emergentes, em torno de 60% do PIB.

Em suas projeções, a Fazenda traçou dois cenários. Um deles prevê o alcance do centro da meta de primário nos quatro anos de governo Lula. Nesse contexto, a DBGC (divida bruta do governo central, hoje em 73,1% do PIB) termina este ano em 75,1% do PIB, subindo até 76,54% em 2026.

Em outro cenário, em que os resultados primários efetivos seguem na banda inferior da meta entre 2024 e 2026, a divida sobe de maneira mais significativa. Neste ano, a DBGC ficaria em 75,03% (pois o governo considerou o déficit de 0,5% do PIB), mas subiria a 76,43% em 2024 e 77,34% em 2026.

A equipe econômica, porém, conta com uma redução dos juros de médio e longo prazo com a nova regra fiscal.

Novo Volkswagen Meteor Euro 6

Surpreenda-se com o novo gigante Volkswagen, agora mais econômico, confortável, seguro e tecnológico. Garantindo mais lucratividade para o seu negócio.



Volkswagen do Brasil

mercado

Campos Neto diz ver 'boa vontade muito grande' da Fazenda

Para presidente do BC, que ainda não viu versão final, proposta mostra preocupação com trajetória da dívida

Nathalia Garcia

BRASÍLIA O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta quinta-feira (30) que, embora não tenha visto a proposta final da regra fiscal, há uma "boa vontade muito grande" do Ministério da Fazenda em fazer um arcabouço "robusto".

Os detalhes da nova regra fiscal foram anunciados no mesmo horário em que Campos Neto participava da apresentação do relatório trimestral de inflação, na sede da autoridade monetária, em Brasília. "Não entendemos que existe uma boa vontade muito grande do Ministério da Fazenda de fazer um arcabouço robusto", disse o presidente do BC, que viu uma exposição prévia do marco fiscal quando o de senão ainda estava em elaboração pelo governo.

"A gente ainda não olhou os detalhes, [o arcabouço] está sendo desenvolvido agora. A gente teve uma exposição ao arcabouço entendendo que havia ainda calibragem nos parâmetros, a gente vai olhar e analisar o que está sendo anunciado".

Segundo o chefe da autarquia, a regra parece "bastante razoável" antes da defini-

ção da calibragem dos parâmetros e mostrava uma preocupação com a trajetória da dívida pública.

"Quando nós olhamos o arcabouço sem a calibragem dos parâmetros, parecia bastante razoável. Mas faz algum tempo, de lá para cá, não tive nenhuma atualização, não que não fazer um comentário sem saber exatamente como é o arcabouço", afirmou.

"Quero dizer que a gente reconhece o esforço que está sendo feito pela Fazenda. É um projeto que é duro em um governo que tem bastante divisões, acho que denota claramente uma preocupação com a trajetória da dívida".

Na ata divulgada na terça (28), o Copom disse que uma regra fiscal "solida e crível" pode ajudar no processo de desinflação ao produzir efeitos nas expectativas, embora a apresentação do novo marco não tenha relação direta e imediata com a política de juros.

"Não existe relação mecânica entre o arcabouço e uma desinflação. Na ata, a gente trouxe essa visão de que o canal expectacional [de expectativas] é o que tem maior impacto para a desinflação", afirmou Diogo Guillen, diretor de

Política Econômica do BC.

Campos Neto reiterou ainda que política fiscal não é um trabalho do BC, mas que esse é um elemento que contribui para a decisão da autoridade monetária sobre os juros. "A gente precisa avaliar como vai ser a nova trajetória depois de anunciada [a regra]", disse.

Lira fala em aprovar arcabouço em abril, mas cita ajustes

Victoria Azevedo, Danielle Brant e João Gabriel

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que vai trabalhar para aprovar a nova regra fiscal ainda em abril, mas citou a necessidade de ajustes.

"É um bom começo, faz parte daquilo que ele vinha já tratando. Lógico que com mais alguns detalhes do que pretende fazer, das metas, todos os efeitos. O arcabouço vai ser um diretriz, mas flexível do que o teto de hoje. Mas o 'X' vai ser as nossas negociações para ver que projetos e que vo-

tações nós vamos ter que fazer após para ajustar o arcabouço", afirmou.

"Por exemplo, na tese que o governo defende de não aumentar impostos e fazer com que hoje quem não paga impostos passe a pagar".

Lira afirmou, no entanto, que não poderia se posicionar sobre o arcabouço antes de o texto ser enviado ao Congresso. "Tem que esperar que [o texto] venha, não posso falar nada. Ele [ministro da Fazenda, Fernando Haddad] explicou ontem [quarta], explicou para o Senado, ficou de fazer uns ajustes no texto e mandar para o Congresso. Quando ele mandar, a gente se posiciona".

Lira participou de reunião com Haddad e líderes da Câmara na noite de quarta (29). Ele disse que no encontro não foi discutido quem seria o relator da regra fiscal, mas afirmou que seria alguém do seu partido, o Progressistas. "Mas ainda não está acertado o nome".

Nos bastidores, deputados citam quatro nomes do PP como candidatos para a tarefa: André Fufuca (MA), Fernando Monteiro (PE), Julio Lopes (RJ) e Claudio Cayado (BA). Alguns parlamentares, no entanto, lembram que isso centralizaria relatorias importantes nas mãos de um único partido - o relator da reforma tributária é o deputado Aginaldo Ribeiro (PP-PB).

Mais cedo, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu a necessidade de esperar o debate no Legislativo e também citou mudanças no texto.

"Senti de todos os líderes do Senado, inclusive da oposição, compromisso absoluto com uma pauta que é fundamental para o Brasil, que é a disciplina e o equilíbrio fiscal em substituição ao teto de gastos".

Passos para aprovar a nova regra fiscal no Congresso

Onde começará a tramitação?

Por se tratar de projeto de lei complementar, o texto será enviado ao Senado primeiro. Depois, o texto seguirá para a Câmara. A Câmara terá a palavra final sobre o conteúdo, caso o Senado promova alterações durante a apreciação.

Por onde a proposta de regra fiscal pode passar na Câmara?

Um projeto de lei complementar normalmente é encaminhado para análise das comissões especializadas em temas contemplados pela proposta - chamadas comissões de mento. Há ainda as comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça, que podem analisar a matéria. A admissibilidade dos projetos de lei complementar, isto é, se eles estão de acordo com regras constitucionais e preceitos constitucionais. Todos devem passar também pelo plenário.

O que é preciso para a proposta ser aprovada no Congresso?

Para ser aprovada, a proposta precisa ser aprovada por maioria absoluta de votos. Isso é, isto é, mais da metade dos integrantes de cada Casa - 350 votos no Senado e 257 votos na Câmara e 41 votos no Senado.

Regra prevê mais recursos para saúde, educação e emendas

BRASÍLIA A nova regra fiscal fará com que algumas despesas cresçam acima de outras, como recursos para saúde, educação e emendas.

Como a Constituição exige que esses gastos sejam atrelados à receita, a nova regra (a ser criada por projeto de lei) não pode limitá-las. A proposta não pode modificar a Constituição, então o governo terá que cumprir os valores mínimos dessas destinações.

Hoje, os pesos de saúde e educação são corrigidos por um percentual da receita. Na saúde, 15% da RCL (receita corrente líquida, que é a arrecadação federal, menos as transferências constitucionais e legais a estados e municípios, além de algumas contribuições). Na educação, o peso é de 12% da receita líquida de impostos.

No caso das emendas, a Constituição prevê que, no máximo, 2% da RCL irão para emendas individuais - a que todo deputado e senador tem direito e o Executivo é obrigado a liberar.

Ficarão fora do novo teto os repasses do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e a ajuda para estados e municípios com o custo da enfermagem.

O reajuste individualizado desse grupo poderá pressionar o aumento dos demais gastos, porque a proposta de Haddad prevê um percentual de expansão geral das despesas públicas. Se a ampliação das despesas de saúde, educação e emendas ficar acima das médias, outros gastos precisarão ter reajuste menor para cumprir a nova regra.

"Se ele continuar vinculado à receita, que é uma escolha da sociedade e política, significa que as outras áreas, que não são saúde e educação, precisam crescer menos", disse o secretário do Tesouro, Rogério Ceron.

Proposta estabelece R\$ 75 bi para obras e possível bônus

Alvos preferenciais dos cortes de despesas nos últimos anos, investimentos públicos terão blindagem no Orçamento na nova regra.

A proposta prevê um piso para esses gastos, que ficará perto dos R\$ 75 bilhões programados para 2023, de R\$ 70 bilhões a R\$ 75 bilhões, já considerando o Minha Casa, Minha Vida.

O dispositivo atende à preocupação política do PT de que esses gastos não sejam cortados. Mas engessa a gestão ao impedir que essas despesas sejam revisadas se for preciso cortar gastos.

Haverá ainda o bônus para investimentos extras. O governo terá direito ao adicional se o resultado primário superar a banda superior da meta do ano.

Mas a falta do excedente que ira para investimentos ainda é ponto aberto e deve ser definido no projeto de lei a ser enviado ao Congresso. Idiana Tomazelli, Thiago Resende e Alexandre Salgado



Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) e Fernando Haddad (Fazenda) durante entrevista para explicar a nova regra fiscal

Diogo Zaccaria/Ministério da Fazenda

Governos petistas aumentaram benefícios que agora Haddad quer cortar

ANÁLISE

Fernando Canzian

Repórter especial, foi secretário de Redação, editor de política, do Painel do programa Tv. Folha, da TV Cultura, e correspondente em NY e Washington vencedor de quatro prêmios Esso.

O Brasil deixa de arrecadar mais de R\$ 350 bilhões ao ano com a concessão de benefícios tributários a empresas e setores, além de incentivos creditícios.

Na apresentação da nova regra fiscal, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) deixou claro que o governo buscará diminuir os para "colocar o pobre no Orçamento", como costuma dizer o presidente

Luz Inácio Lula da Silva (PT). Ironicamente, esses benefícios tributários, financeiros e creditícios chegaram a dobrar nos governos Lula e Dilma Rousseff (2001-2016) atualmente, equivalentes a cerca de 3,5% do PIB. Embora o governo Jair Bolsonaro (2019-2022) tenha prometido reduzi-los, não houve alteração significativa.

Análise do Banco Mundial sobre políticas de incentivos em Brasil, Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Holanda e México concluiu que só o caso brasileiro resultou na combinação de aumento dos gastos tributários e queda na arrecadação - sugerin-

do que eles não aceleraram o crescimento.

Os benefícios tributários no Brasil representam quase um quarto das receitas administradas pela Receita Federal e, do ponto de vista regional, também são fontes de desigualdades.

Estudo do Ministério da Economia (na gestão Paulo Guedes) mostrou que estão dos mais pobres, como Maranhão, Piauí, Acre, Alagoas e Pará, receberam menos de um terço da média nacional dos benefícios tributários per capita em 2018.

As Amazonas (por causa da Zona Franca de Manaus), Santa Catarina e São Paulo se be-

neficiaram mais de renúncias tributárias do que contribuíram, proporcionalmente, para o crescimento do PIB.

De acordo com relatório de avaliação do TCU (Tribunal de Contas da União), "os benefícios fiscais, em geral, representam distorções ao livre mercado e resultam, de forma indireta, em sobrecarga fiscal maior para os setores não beneficiados".

"Em um contexto de restrição orçamentária, como o enfrentado pela União, os valores associados a esses benefícios devem ser considerados com maior atenção, em virtude do impacto nos custos públicos", diz o TCU.

Para o economista Alexandre Manoel, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, embora um eventual corte dos benefícios tributários possa resultar em aumento

da carga tributária, isso se na positivo, pois deixaria de haver tratamento privilegiado a alguns setores.

Manoel suspeita que boa parte da diminuição da capacidade do governo nos últimos anos de produzir superávits primários (economia para reduzir a dívida pública) tenha relação com o aumento dos benefícios tributários, que diminuíram a receita federal.

A maior parte dos benefícios tributários é dirigida ao Simples (cerca de 25%), e Haddad afirmou que esse mecanismo de simplificação tributária não será alterado.

No passado, várias tentativas de diminuir os incentivos tributários foram seguidas de forte lobby de seus beneficiários. Mexer com esses grupos não será tarefa política fácil do governo no Congresso.

DOS MEDICOS

12 356 mil são tituladas mensalmente pelo Seli, e os bancos recebem 10 por cento do valor de 830 mil de 2007, em 2008, o valor chegou a 1,2 milhão de reais, segundo o gerente de negócios do Banco Itaú, Roberto de Almeida. Segundo o gerente de negócios do Banco Itaú, Roberto de Almeida, os bancos recebem 10 por cento do valor de 830 mil de 2007, em 2008, o valor chegou a 1,2 milhão de reais, segundo o gerente de negócios do Banco Itaú, Roberto de Almeida.

[illegible]

Circulante		Circulante		Circulante		Circulante	
para Análise e revisados		e 4 A3/ (4 437)		11° D (1 076)			
anos, por tipo de operação e classificação de nível de risco							
Totais em	Provisões	Totais em	Provisões	Totais em	Provisões	Totais em	Provisões
31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
839	264	353	186	186	186	186	186
714	357	182	182	182	182	182	182

520	354	101	1.3
2.902	1.851	1.01	767
3.966	(4.537)	1.062	(1.078)
3.966	(4.537)	1.062	(1.078)
(4.537)		(1.078)	
1.128		306	

...suares pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e
...os recursos utilizados para a compra pelo valor nominal
...de 100 unidades, em 31/12/2022 e 31/12/2021, estavam
...de 100 unidades, em 31/12/2022 e 31/12/2021, estavam
...de 100 unidades, em 31/12/2022 e 31/12/2021, estavam
...de 100 unidades, em 31/12/2022 e 31/12/2021, estavam

[illegible]

Ativo	2012	2011	2010
Ativo Circulante	1.058.138	1.053.063	410.140
Ativo Não Circulante	1.058.138	1.053.063	1.410.140
Ativo Total	2.116.276	2.106.126	1.820.280
Passivo	2012	2011	2010
Passivo Circulante	1.058.138	1.053.063	410.140
Passivo Não Circulante	1.058.138	1.053.063	1.410.140
Passivo Total	2.116.276	2.106.126	1.820.280

14	0,725	0,03
15 (ex. Aquilão)		
16 (ex. Aveia)	3,64	5,6
17 (ex. Aveia)		
18	2,836	1,35
19 (ex. Aveia)	8,713	3,318

[illegible]

	30/12/2022	31/12/2022
	Mês	Mês
	Circulante	Circulante
Para Gerentes		
(a Prestadoras a)	5 626	24
Para		
Assalados	5 636	15 908
		19 209
		4 097
		14 661
		14 521

31/03/2012 31/03/2012
279.620 232.600
279.620 232.600

39/12/2022 31/12/2022

	Dentadas Judiciais	Depositos Judiciais	Onerados Judiciais	Quedados Judiciais
IA	2.704	2.294	1.169	2
IIA	1.656	1.558	1.089	1.557
III	10.610	10.610	10.200	9.200
IV	904	77	304	7
Indeterminadas	426	63	524	236
Total	15.900	14.779	14.000	13.802

...compreendendo inclusive com o "oligarquia da tecnologia".
...depois na "tubeta Depoitos" em Barro Preto conforme visto
...o item 4
...com o "Tupia" interligados R\$ 3,44 por unidade de
...R\$ 4,44 por unidade de interligamento. Acrescenta 8% (oito por cento)
...e equivalente de 10% (dez por cento) da grande de processo
...de 10% (dez por cento) de R\$ 90 mil. Resultado: R\$ 4,44 por
...de 10% (dez por cento) de R\$ 90 mil. Resultado: R\$ 4,44 por
...de 10% (dez por cento) de R\$ 90 mil. Resultado: R\$ 4,44 por

[illegible]

Passagem	2020	2021
Passagem	176	1.877
Passagem	2.356	1.877
Passagem	4.456	1.31
Passagem	8.916	2.366

Passagens

de dezembro de 2022 e 2021 o saldo de outras passagens estava:

de 33/12/2022 3/12/2021

Circulante 360

Circulante 360

Circulante 360

Circulante 360

Faltantes 360

3.412 3.209

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	5.342	4.488
Circulante	13.556	2.378
Circulante	2.541	3.304
Total	21.439	10.170

Despesa	4.000	1.800
Capital	1.590	9.980
Capital de Terceiros	17.417	13.014
Capital próprio	33.412	28.288

doi: 10.1016/j.jad.2010.02.007

mercado

O plano Lula-Haddad

Plano exige alta de impostos e pode conter crise sob Lula 3, mas é flexível demais

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. E esteve em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

A pré-estrela do plano fiscal Lula-Haddad teve um relativo sucesso de público. Mas difícil é saber do sucesso de crítica ou de fazer uma análise.

Não passaram o filme inteiro ou faltam pedaços na sinopse. Imaginem um filme em que o vilão é um Arnold Schwarzenegger, que tenta acabar com a vida da Marjorie Robbie. Não é preciso dar "spoiler" mas fica estranho se o Schwarzenegger não aparecer pelo menos no trailer. A falta de detalhes do plano é esquisitante, para ser ameno.

Ainda não dá para saber se o novo limitador de despesas, o "arcbouço fiscal" relaxado, faz sentido a curto prazo (até fins de Lula 3). Pode haver problemas ruins mais adiante. Vou engor muito aumento de imposto pelo menos até 2025, por aí esse é o Schwarzenegger.

Isto posto, o primeiro impacto do plano Lula-Haddad é positivo. Permite ao menos projetar o que Lula 3 em tese pretende fazer de despesa e di-

vida. Mesmo com imprecisões ou flexibilidades excessivas, é melhor do que não haver previsibilidade de alguma a não ser a de que a dívida passaria fúcil de 90% do PIB.

Quanto ao plano propriamente dito, faltam dados para saber como vai fazer sentido, mesmo durante Lula 3. Isto é, dadas as regras de aumento de despesa, as metas de resultado primário (receita menos despesa) e algumas projeções mais ou menos realistas (otimismo) para a economia, será preciso que o aumento de arrecadação seja maior do que o crescimento do PIB.

O ajuste proposto (transformação de déficit em superávit) é muito agressivo nos primeiros anos.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) disse logo nesta quinta-feira (30) que vai dar um jeito de arrumar uns R\$ 100 bilhões ou R\$ 150 bilhões extras (além de 1% a 1,5% do PIB, em dinheiro de hoje). Se arrumar,

parece possível chegar ao superávit primário projetado pelo governo, dadas algumas projeções adicionais não muito boas. Isto é, economia crescendo a 2% e demais receitas crescendo no ritmo do PIB.

Dados esse superávit primário de 1% do PIB e outros projetos, a dívida pública pouco ou nada cairá ao longo da próxima década (superávit recruta maior que despesa, desconsiderados gastos com juros).

O que é "projeção realista (otimista)"? Economia crescendo a 2,5% ao ano. Taxa de juro real média da dívida pública ("taxa implícita") de 3,5% (ora está em 4,9%).

É realista dizer que a receita vai crescer tanto quanto o PIB? Na média dos últimos 20 anos, deu mais ou menos isso. De um ano para outro, a variação é enorme.

É realista achar que a taxa real de juros será de 3,5% (se é o custo de financiar a dívida pública)? Difícil, ainda

mais se a relação dívida/PIB continuar em uns 76% do PIB por uma década.

Qual o problema de a dívida não cair? Um problema, por exemplo, é que, em caso de nova alta de juros, a dívida aumentará ainda mais. Isto é, a não ser que sobrevenha um esforço radical de corte de despesas ou aumento de receita, que é justamente o nosso problema de agora.

O plano Lula-Haddad tem uma inclinação para o aumento de gasto. Sim, a despesa só pode aumentar, por ano, o equivalente a 70% do aumento da receita anual. De resto, a despesa pode aumentar no máximo 4,5% ao ano. Isto é, mesmo que a receita aumente 3,6% ou mais, há um "teto" de variação de gasto. Mas, mesmo que a receita não cresça nada, a despesa pode aumentar em 0,6%.

Esses limites atenuam o caráter "pró-cíclico" da despesa, mas ainda permitem que tenhamos um efeito Dilema Cu-

bral, aumento excessivo de gastos em tempos bons, vários deles gastos permanentes, e algum aumento de gasto mesmo em anos ruins (sem aumento de receita). Esses aumentos excepcionais de receita ocorrem durante grandes altas de preços de commodities e crescimento mundial forte, por exemplo. Quando a maré baixa, já camos pelados. Logo, é possível que tenhamos déficits ruins em anos ruins.

O resultado primário fica um critério do governo. Não há regra para fixar o plano Lula-Haddad (ou não se viu tal regra). Um governo mais consciencioso pode vir a fazer o que é preciso (superávit) a fim de evitar aumentos perturbados da dívida pública. Mas fica a seu critério. Hum.

De qualquer modo, pelo plano Lula-Haddad, o governo pode descumprir a meta de superávit que ficou e deixar o problema para o ano seguinte. Se assim for, a autorização para o aumento de despesa cala a 70% para 50% do aumento da receita. Mas ainda é uma norma solta demais.

Outro problema, mais sutil, é o que o "teto" de mais ou menos flexível, tem problemas similares ao do velho e falecido teto de Michel Temer. Algumas despesas vão crescer tanto ou mais do que o PIB (benefícios

do INSS, previdenciários e assistências). Outras vão crescer no ritmo da receita: despesas obrigatórias em saúde e educação. Outras devem ficar estáveis em relação ao PIB (gastos com servidores).

Dado o limite de aumento de gastos de Lula-Haddad, em que flexível, haverá alguma compressão de despesas não obrigatórias, a não ser que se façam revisões profundas do gasto público.

Imagine-se agora que a despesa obrigatória cresça e que a economia passe por um período fraco, assim como a arrecadação do governo: que o governo não cumpra o meta de resultado primário do ano anterior, que a dívida pública ainda é grande. Vai fazer o quê? Cortes profundos de gastos, em geral de boa qualidade, se feitos de hora para outra?

É um dos problemas que temos agora.

Enfim, o plano e o "arcbouço" Lula-Haddad dependem, pelo menos de início, de um aumento de impostos, seja aumento de alíquotas, seja criação de tributos, seja fim de isenções tributárias etc. Vai passar pelo Congresso? Isso não vai complicar a reforma tributária?

O governo ainda tem muito o que explicar.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

Proposta parece ser pouco factível, avaliam economistas

Dependência de alta forte nas receitas dificulta cumprir metas, dizem analistas

Thiago Bethônico e Douglas Gavras

SÃO PAULO A nova regra fiscal está longe de ser uma unanimidade entre economistas.

Um ponto, no entanto, aproxima os especialistas: a avaliação de que o governo conta com aumento de arrecadação expressivo para equilibrar as contas no prazo almejado.

Nelson Marconi, professor da FGV Easp e coordenador do Centro de Estudos do Novo Desenvolvimentismo na FGV, diz que a proposta dá uma sinalização importante para o mercado. "Agora, se ela é crível e se realmente vai ser apoiada pela sociedade, vai depender muito das outras medidas que o governo anunciar", afirma.

Em texto publicado na Folha em dezembro de 2022, Marconi e outros especialistas defenderam um novo regime fiscal no Brasil, dizendo que o teto de gastos em vigor era uma obra de ficção.

Segundo o economista, o desenho proposto é melhor e mais flexível, mas alguns pontos ainda precisam ser esclarecidos. O principal é como aumentar a arrecadação.

"Se pensarmos num cenário de inflação a 4%, para que a despesa cresça na mesma magnitude, a receita precisaria subir 5,7% acima da inflação. Então, o que o governo não está apostando no fundo é que vai [conseguir] aumentar a receita", diz.

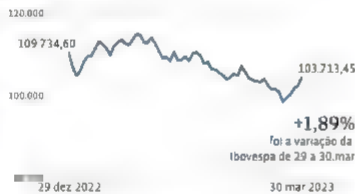
Ele lembra que Lula e seus ministros têm prometido uma atenção maior em questões sociais. Por isso, embora as despesas com saúde e educação estejam fora do limite de gastos, há maior expectativa de desembolso para políticas públicas.

O problema, ele diz, é que a única forma de entregar as promessas, considerando o modelo apresentado, é cortar investimentos ou aumentando o caixa. Como é improvável que o governo adote o primeiro caminho, resta saber qual estratégia será usada para captar mais recursos.

Reação do mercado às novas regras fiscais

Ibovespa em 2023

Em pontos



Dólar comercial em 2023

Em R\$



Fonte: CMA

Nesta quinta, Haddad disse que vai apresentar um pacote de medidas para elevar a arrecadação federal entre R\$ 100 bilhões e R\$ 150 bilhões por ano. A ideia é rever benefícios tributários e passar a cobrar impostos de setores que hoje não pagam, como o de apostas eletrônicas.

A regra fiscal foi pensada para que as despesas tenham um aumento real, mas em ritmo mais moderado do que o avanço das receitas com base considerada crucial para obter uma redução gradual do déficit e estabilizar a dívida pública.

A previsão do governo é que o déficit, projetado em 1% do PIB neste ano, seja zerado já em 2024. Em 2025, a estimativa indica superávit (arrecada-



As primeiras simulações indicam que, com as regras de correção de despesa propostas, não se chega ao superávit primário que o governo sinalizou como desejável, e que já são baixos

Marcos Mendes economista, pesquisador associado do Inspir e colunista da Folha

ção maior do que os gastos) equivalente a 0,5% do PIB. No ano seguinte, 2026, o saldo positivo seria de 1% do PIB.

Segundo Marconi, essas metas também são factíveis se a arrecadação for consideravelmente crescente.

"Combiniando o que o governo pretende fazer com o objetivo de superávit, a única forma de alcançar isso é através de crescimento de receita. A não ser que vá cortar recursos para saúde, educação, segurança e fiscalização. Aí chega ao superávit", diz.

Para Felipe Neto, economista chefe da corretora Warren Renascença e ex-secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, a trajetória para redução do déficit apresentada é muito ambiciosa. "Isso dependeria de um volume de receita que hoje não existe", afirma.

O cenário que ele simulou não bate com as projeções do governo. Com o controle de gastos proposto, a expectativa é chegar a um déficit menor do que o está sendo projetado atualmente.

Nesse sentido, Salto diz que a regra é positiva, pois, ainda que não seja suficiente para atingir as metas, ela produzirá resultados melhores, o que ajuda a estabilizar a dívida antes do previsto. Segundo ele, o marco traz ganhos em relação às regras que o Brasil teve anteriormente.

O economista elogia a forma como os gastos serão controlados. De acordo com a proposta, mesmo que haja uma arrecadação extraordinária, as despesas só poderão avançar até um teto de 2,5% ao ano.

"Para mim, já estava claro que o modelo fiscal deste governo seria baseado mais em medidas pelo lado da receita. O lado positivo é que [a regra] não deixa de contemplar a limitação do gasto", afirma.

Para o economista Marcos Mendes, pesquisador associado do Inspir e colunista da Folha, a avaliação inicial é que o marco fiscal não deve conseguir cumprir o que propõe.

"As primeiras simulações in-

dicam que, com as regras de correção de despesa propostas, não se chega ao superávit primário que o governo sinalizou como desejável, e que já são baixos. Boa parte da apresentação foi para dizer que se os juros baixarem o problema estará resolvido", diz Mendes, um dos pais do teto de gastos.

BC vê 83% de chance de inflação estourar meta pelo 3º ano

Nathalia Garcia

BRASÍLIA O Banco Central calcula que a probabilidade de a inflação ficar acima do teto da meta neste ano é de 83%. O dado consta no relatório trimestral, divulgado nesta quinta (30). Em dezembro de 2022, era de 57%.

A projeção de inflação do BC para este ano, em seu cenário de referência, é de 5,8%. Pelos sistemas de metas, o alvo do CMN (Conselho Monetário Nacional), para 2023 é 3,25%, com 1,5 ponto percentual de tolerância para cima e para baixo.

Em cenário alternativo, com a taxa básica de juros (Selic) constante ao longo do horizonte relevante (que inclui 2023 e, em grau maior, 2024), a estimativa de inflação é de 5,7% para este ano.

Se confirmado o estouro, será o terceiro ano consecutivo em que o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) fica acima do limite perseguido pelo BC.

Quando a inflação anual fica fora do intervalo de tolerância, o presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto, precisa explicar ao ministro da Fazenda as razões para o descumprimento do objetivo.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o índice oficial de inflação do Brasil acelerou em fevereiro a 0,84%, com os reajustes na área de educação. Em 12 meses, o IPCA acumula alta de 5,56%.

Na prévia de março a inflação desacelerou, mas a pressão do preço dos combustíveis compensou o aumento menor dos alimentos.

Segundo o BC, no trimestre encerrado em fevereiro, o IPCA variou 0,4 ponto percentual abaixo do relatório anterior. "Foi determinante para a surpresa que a reatuação dos impostos federais sobre combustíveis, então prevista para ocorrer no início de janeiro, só viesse a ocorrer em março, parcialmente", afirma.

Bolsa sobe 1,89% e dólar fecha abaixo de R\$ 5,10 após anúncio

Renato Carvalho

SÃO PAULO A Bolsa subiu 1,89%, para 103.713 pontos, e o dólar encerrou esta quinta-feira (30) abaixo de R\$ 5,10, após a apresentação das novas regras fiscais. As cotizações aceleraram bastante, com a Bolsa chegando a superar os 104 mil pontos na máxima e o dólar atingindo os R\$ 5,07 na mínima.

De modo geral, os agentes de mercado elogiaram o novo arcabouço. Termos como "previsibilidade" e até mesmo "criatividade" foram utilizados pelos na classificação da proposta do governo.

O Ibovespa teve a quinta sequência que não alcança desde o início de janeiro. O dólar recuou 0,74%, a R\$ 5,097.

Nos mercados futuros, os juros apresentam quedas mais acentuadas nos vencimentos mais longos. No vencimento em janeiro de 2024, a taxa saiu de 13,22% do fechamento de quarta-feira (29) para 13,18%. Nos contratos para janeiro de 2025, os juros caíram de 12,16% para 11,99%. Para janeiro de 2027, a taxa recuou de 12,29% para 12,08%.

Luiz Carlos Trabuco Cappi, presidente do Conselho de Administração do Bradesco, afirmou que a proposta apresentada pelo governo é "robusta".

"Ao ser criativa, flexível e simples, a nova regra fiscal representa um avanço. E mantém os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal e do teto",

Petra Fabricio Gonçalves, presidente da BOX Asset Management, afirma que o projeto traz mais estabilidade e previsibilidade para os agentes de mercado.

"Os investidores terão maior clareza sobre os gastos e possíveis investimentos, o que permitirá que eles ajustem seus investimentos de acordo com as novas regras",

Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									
Carneta R-5									

MetLife Planos Odontológicos Ltda

MetLife

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício financeiro de 2022 (31 de dezembro de 2022) (Valores expressos em milhões de reais - R\$)

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no método de custo de aquisição, com o objetivo de apresentar uma visão verdadeira e confiável da situação financeira da Companhia e de suas subsidiárias. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no método de custo de aquisição, com o objetivo de apresentar uma visão verdadeira e confiável da situação financeira da Companhia e de suas subsidiárias. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no método de custo de aquisição, com o objetivo de apresentar uma visão verdadeira e confiável da situação financeira da Companhia e de suas subsidiárias.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativos		
Ativo não classificado	1.491	2.481
Ativo classificado	3.485	3.193
Passivos		
Passivo não classificado	24.814	21.873
Passivo classificado	18.375	18.373
Patrimônio líquido	16.852	16.892

5. CREDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE (CLIENTES)

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo não classificado	1.491	2.481
Ativo classificado	3.485	3.193
Passivos		
Passivo não classificado	24.814	21.873
Passivo classificado	18.375	18.373
Patrimônio líquido	16.852	16.892

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no método de custo de aquisição, com o objetivo de apresentar uma visão verdadeira e confiável da situação financeira da Companhia e de suas subsidiárias. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no método de custo de aquisição, com o objetivo de apresentar uma visão verdadeira e confiável da situação financeira da Companhia e de suas subsidiárias.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo não classificado	1.491	2.481
Ativo classificado	3.485	3.193
Passivos		
Passivo não classificado	24.814	21.873
Passivo classificado	18.375	18.373
Patrimônio líquido	16.852	16.892

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no método de custo de aquisição, com o objetivo de apresentar uma visão verdadeira e confiável da situação financeira da Companhia e de suas subsidiárias. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no método de custo de aquisição, com o objetivo de apresentar uma visão verdadeira e confiável da situação financeira da Companhia e de suas subsidiárias.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo não classificado	1.491	2.481
Ativo classificado	3.485	3.193
Passivos		
Passivo não classificado	24.814	21.873
Passivo classificado	18.375	18.373
Patrimônio líquido	16.852	16.892

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no método de custo de aquisição, com o objetivo de apresentar uma visão verdadeira e confiável da situação financeira da Companhia e de suas subsidiárias. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no método de custo de aquisição, com o objetivo de apresentar uma visão verdadeira e confiável da situação financeira da Companhia e de suas subsidiárias.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo não classificado	1.491	2.481
Ativo classificado	3.485	3.193
Passivos		
Passivo não classificado	24.814	21.873
Passivo classificado	18.375	18.373
Patrimônio líquido	16.852	16.892

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no método de custo de aquisição, com o objetivo de apresentar uma visão verdadeira e confiável da situação financeira da Companhia e de suas subsidiárias. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no método de custo de aquisição, com o objetivo de apresentar uma visão verdadeira e confiável da situação financeira da Companhia e de suas subsidiárias.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo não classificado	1.491	2.481
Ativo classificado	3.485	3.193
Passivos		
Passivo não classificado	24.814	21.873
Passivo classificado	18.375	18.373
Patrimônio líquido	16.852	16.892

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no método de custo de aquisição, com o objetivo de apresentar uma visão verdadeira e confiável da situação financeira da Companhia e de suas subsidiárias. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no método de custo de aquisição, com o objetivo de apresentar uma visão verdadeira e confiável da situação financeira da Companhia e de suas subsidiárias.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo não classificado	1.491	2.481
Ativo classificado	3.485	3.193
Passivos		
Passivo não classificado	24.814	21.873
Passivo classificado	18.375	18.373
Patrimônio líquido	16.852	16.892

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no método de custo de aquisição, com o objetivo de apresentar uma visão verdadeira e confiável da situação financeira da Companhia e de suas subsidiárias. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no método de custo de aquisição, com o objetivo de apresentar uma visão verdadeira e confiável da situação financeira da Companhia e de suas subsidiárias.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo não classificado	1.491	2.481
Ativo classificado	3.485	3.193
Passivos		
Passivo não classificado	24.814	21.873
Passivo classificado	18.375	18.373
Patrimônio líquido	16.852	16.892

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no método de custo de aquisição, com o objetivo de apresentar uma visão verdadeira e confiável da situação financeira da Companhia e de suas subsidiárias. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no método de custo de aquisição, com o objetivo de apresentar uma visão verdadeira e confiável da situação financeira da Companhia e de suas subsidiárias.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo não classificado	1.491	2.481
Ativo classificado	3.485	3.193
Passivos		
Passivo não classificado	24.814	21.873
Passivo classificado	18.375	18.373
Patrimônio líquido	16.852	16.892

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no método de custo de aquisição, com o objetivo de apresentar uma visão verdadeira e confiável da situação financeira da Companhia e de suas subsidiárias. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no método de custo de aquisição, com o objetivo de apresentar uma visão verdadeira e confiável da situação financeira da Companhia e de suas subsidiárias.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo não classificado	1.491	2.481
Ativo classificado	3.485	3.193
Passivos		
Passivo não classificado	24.814	21.873
Passivo classificado	18.375	18.373
Patrimônio líquido	16.852	16.892

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no método de custo de aquisição, com o objetivo de apresentar uma visão verdadeira e confiável da situação financeira da Companhia e de suas subsidiárias. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no método de custo de aquisição, com o objetivo de apresentar uma visão verdadeira e confiável da situação financeira da Companhia e de suas subsidiárias.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo não classificado	1.491	2.481
Ativo classificado	3.485	3.193
Passivos		
Passivo não classificado	24.814	21.873
Passivo classificado	18.375	18.373
Patrimônio líquido	16.852	16.892

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no método de custo de aquisição, com o objetivo de apresentar uma visão verdadeira e confiável da situação financeira da Companhia e de suas subsidiárias. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no método de custo de aquisição, com o objetivo de apresentar uma visão verdadeira e confiável da situação financeira da Companhia e de suas subsidiárias.

Navigating life together

12. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO

As despesas de comercialização representam o custo de distribuição e venda dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia e suas subsidiárias. As despesas de comercialização representam o custo de distribuição e venda dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia e suas subsidiárias.

	2022	2021
Despesas com publicidade	2.993	3.111
Despesas com distribuição	2.993	3.111
Total	(5.986)	(6.222)

Referente ao exercício financeiro de 2022, a Companhia não possui despesas de comercialização.

14. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas representam o custo de manutenção e funcionamento da estrutura operacional da Companhia e suas subsidiárias. As despesas administrativas representam o custo de manutenção e funcionamento da estrutura operacional da Companhia e suas subsidiárias.

	2022	2021
Despesas com administração	2.993	3.111
Despesas com distribuição	2.993	3.111
Total	(5.986)	(6.222)

Referente ao exercício financeiro de 2022, a Companhia não possui despesas administrativas.

16. RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO

O resultado financeiro líquido representa o resultado das operações financeiras realizadas pela Companhia e suas subsidiárias. O resultado financeiro líquido representa o resultado das operações financeiras realizadas pela Companhia e suas subsidiárias.

	2022	2021
Resultado financeiro líquido	2.993	3.111
Despesas financeiras	2.993	3.111
Total	(5.986)	(6.222)

Referente ao exercício financeiro de 2022, a Companhia não possui resultado financeiro líquido.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social representam o custo de distribuição e venda dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia e suas subsidiárias. O imposto de renda e a contribuição social representam o custo de distribuição e venda dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia e suas subsidiárias.

	2022	2021
Imposto de renda	2.993	3.111
Contribuição social	2.993	3.111
Total	(5.986)	(6.222)

Referente ao exercício financeiro de 2022, a Companhia não possui imposto de renda e contribuição social.

21. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas representam o custo de distribuição e venda dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia e suas subsidiárias. As partes relacionadas representam o custo de distribuição e venda dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia e suas subsidiárias.

	2022	2021
Partes relacionadas	2.993	3.111
Despesas financeiras	2.993	3.111
Total	(5.986)	(6.222)

Referente ao exercício financeiro de 2022, a Companhia não possui partes relacionadas.

22. COBERTURA DE SEGUROS

A cobertura de seguros representa o custo de distribuição e venda dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia e suas subsidiárias. A cobertura de seguros representa o custo de distribuição e venda dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia e suas subsidiárias.

	2022	2021
Cobertura de seguros	2.993	3.111
Despesas financeiras	2.993	3.111
Total	(5.986)	(6.222)

Referente ao exercício financeiro de 2022, a Companhia não possui cobertura de seguros.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes representam o custo de distribuição e venda dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia e suas subsidiárias. Os eventos subsequentes representam o custo de distribuição e venda dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia e suas subsidiárias.

	2022	2021
Eventos subsequentes	2.993	3.111
Despesas financeiras	2.993	3.111
Total	(5.986)	(6.222)

Referente ao exercício financeiro de 2022, a Companhia não possui eventos subsequentes.

26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A aprovação das demonstrações financeiras representa o custo de distribuição e venda dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia e suas subsidiárias. A aprovação das demonstrações financeiras representa o custo de distribuição e venda dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia e suas subsidiárias.

	2022	2021
Aprovação das demonstrações financeiras	2.993	3.111
Despesas financeiras	2.993	3.111
Total	(5.986)	(6.222)

Referente ao exercício financeiro de 2022, a Companhia não possui aprovação das demonstrações financeiras.

Deloitte

semináriosfolha

Acesse o site folha.com/seminariosfolha

FOLHA

mercado

Copom age politicamente e ameaça a credibilidade do BC

Autonomia operacional tem limites; a autoridade monetária precisa respeitá-los

André Roncaglia

Professor de economia da Unifesp e doutor em economia do desenvolvimento pela FEA-USP

A cabine de comando dos aviões é um cofre blindado. Ela impede que intrusos tomem controle da aeronave, mas também protege um piloto que sequestra o avião para derrubá-lo.

Essa parece ser a situação do comando do Banco Central. Protegidos pelo estatuto da autonomia operacional, os integrantes do Comitê de Política Monetária (Copom) vêm abusando do seu poder insinuando que podem derrubar o avião com base em medo infundado de os motores ficarem superaquecidos.

Essa postura intransigentemente restritiva (hawkish, no jargão) está comprometendo a credibilidade do BC. Após a mais recente reunião do Copom, as curvas de juros já não citavam quedas da Selic. Nem o mercado acredita mais no "argumento técnico" do BC.

A divulgação da ata mostra divisão interna no Copom, acobertada pela unanimidade de favor de manter a Selic em 13,75%. O documento traz contradições, falácias e ameaças veladas ao governo, mostrando que o BC age politicamente. Vejamos.

A ata menciona que, para alguns membros, o aperto de crédito está "em linha com o esperado", para outros, estaria mais "acentuado do que o esperado" e localizado em segmentos específicos. Dados divulgados na quarta-feira (29) pelo BC mostram uma queda, em fevereiro, de 9,5% na concessão de novos empréstimos (3,8% no trimestre). O spread bancário cresce com as taxas maiores cobradas pelos empréstimos.

O sistema bancário pode estar com estabilidade financeira garantida, mas o elo fraco

da corrente de transmissão está no setor não financeiro, em que mais de 70% das empresas de capital aberto têm nível pre-ocupante de alavancagem. Se as grandes empresas não geram caixa suficiente para cobrir suas despesas financeiras, imagine as micro, pequenas e médias empresas que não têm acesso a crédito barato.

Manter o arrocho monetário até o fim de 2024 certamente produzirá uma recessão. A grande falácia da ata é atribuir a inflação a um excesso de demanda agregada. O fato de o setor de serviços ter preços

elevados não implica aquecimento excessivo.

Como mostrou minha colega Julia Braga (UFF), esse setor está apenas recompondo as perdas enfrentadas durante a pandemia. Em termos agregados, o hábito do produto revela que a ociosidade na economia voltou a crescer. O próprio BC reconhece em seu Relatório Trimestral de Inflação, que esse indicador vem se tornando um desafio.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego de janeiro de 2023 (8,4%) acelerou com relação a dezembro de 2022 (7,9%). Segundo estudo da LCA Consultores, o número sobre para 10,4% se contarmos as pessoas fora da força de trabalho. Incluindo as pessoas na inatividade (mas dispostas a trabalhar), temos a taxa composta de subutilização, que, no mesmo período, ficou em 18,7%. Ou seja, 1 em cada 5 trabalhadores não consegue ou já desistiu de encontrar emprego. Onde está o excesso de demanda?

Ao reconhecer o esforço fiscal da Fazenda, o Copom ressaltava que não há "relação mecânica entre a convergência de inflação e a apresentação do arcabouço fiscal". Em tom de ameaça, o conselho avisa que tal resultado é "condicional à reação das expectativas de inflação, às projeções da vida pública e aos preços de ativos". Traduzindo, a Selic cai se o Copom aceitar a proposta.

Por fim, a ata enfatiza que "a possível adoção de políticas parafiscais expansionistas" —leia-se, atuação do BNDES— pode "diminuir a potência da política monetária". O alarismo de fato o Copom não entender a proposta e errar feio. Uma injeção de crédito de 1% do PIB, até 2026, focada no investimento, não comprometerá os objetivos da política monetária.

Ao se pronunciar sobre (e atuar contra) propostas do governo, o Copom atua como um partido político clandestino. A autonomia operacional tem limites. O Copom precisa respeitá-los.

BOA: Samuel Pessoa | SPB: Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER: Michael França, Cecília Machado | QUA: Bernardo Guimarães | QUI: Cida Bento, Solange Srouf | SEX: André Roncaglia | SÁB: Marcos Mendes | RODRIGO ZALDAN

Europa aprova lei para combater desigualdade salarial por gênero

Legislação limita diferença na remuneração em 5%; prazo de adaptação é de 3 anos



Passeata em comemoração do Dia da Mulher, em Paris, na UE, homens ganham, em média, 12,7% a mais

Michelle Oliveira

MILÃO Após dois anos em tramitação, o Parlamento Europeu aprovou, nesta quinta-feira (30), uma nova legislação para combater a desigualdade de salários entre mulheres, homens e pessoas não biná-

rias em todos os 27 membros da União Europeia.

Considerado um passo histórico, o pacote impõe medidas de transparência a empresas dos setores privado e público, com previsão de aplicação de multas. Os países têm até três anos para adotar as regras.

Chamada de Diretiva de Transparência Salarial, a lei, de iniciativa da Comissão Europeia, exige que empresas com mais de cem funcionários divulguem relatórios periódicos sobre a disparidade salarial detalhada por gênero.

Os países podem, por meio de leis nacionais, estender a regra a empresas menores.

Se diferenças salariais de no mínimo 5% forem detectadas entre os gêneros dentro das mesmas categorias, sem justificativas objetivas, os empregadores precisarão reali-

zar uma revisão com representantes dos funcionários.

O texto foi aprovado em Bruxelas por 427 votos a favor, 79 contra e 6 abstenções.

"Com essa diretiva, garantimos o direito à informação aos cidadãos e finalmente teremos a legislação de que necessitamos para combater a discriminação salarial", afirmou a eurodeputada holandesa Samira Rafaela, uma das relatorias do projeto.

"Com esse voto, abolimos o sigilo sobre pagamentos. Fortalecemos os direitos dos trabalhadores e pedimos aos empregadores que relatem e corrijam suas diferenças salariais", disse a dinamarquesa Kirste Petersen Hansen, também relatora.

Segundo dados de 2021, os homens ganham, em média, 12,7% a mais do que as mulheres na União Europeia. A maior disparidade é encontrada na Estônia, com 20,5%, e a menor, em Luxemburgo, onde as mulheres recebem um pouquinho a mais que os homens (0,2%).

Diversos países, como França, Portugal e Espanha, já tinham ações em vigor para combater a disparidade de gênero, mas, a partir de agora, os 27 do bloco deverão aplicar e cumprir as mesmas normas.

Caberá a cada governo nacional, na fase de implementação da diretiva europeia, definir as sanções para as empresas que não respeitarem a legislação.

O texto da UE não indica valores, mas prevê multas entre as medidas "eficazes, proporcionadas e dissuasivas". Se um funcionário se sentir prejudicado por discriminação salarial, poderá pedir indenização. Cada país deve estabelecer qual órgão nacional vai exercer o controle da aplicação da lei.

Outro tópico faz referência às disputas salariais trava-

das judicialmente. Se o funcionário alegar que o princípio da igualdade não foi respeitado, o ônus da prova caberá à empresa.

Além dos relatórios periódicos das companhias, funcionários têm o direito de solicitar e receber informações sobre salários pagos dentro da sua própria categoria, de acordo com sexo. Os relatórios também deverão indicar a proporção de trabalhadores femininos e masculinos em cada faixa salarial.

No debate que precedeu a votação em Bruxelas, na manhã desta quinta, o tom de celebração foi quebrado por eurodeputados que se opuseram à legislação, com a espanhola Margarita de la Peña Carrión, do partido ultradireitista Vox, que classificou a diretiva uma "demagogia de esquerda" que vai resultar em um ambiente de trabalho negativo. "É uma diretiva-slogan que não pretende ajudar a mulher, mas sim introduzir ideologia de gênero em nossas leis".

A Comissão Europeia intensificou o combate à desigualdade salarial a partir de 2021, com recomendação de transparência dentro das empresas, considerada mais tarde insuficiente.

Ao assumir o cargo, em dezembro de 2019, Ursula von der Leyen incluiu o tema entre suas prioridades e, dois anos mais tarde, apresentou a proposta de lei aprovada agora.

No Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou, na celebração do Dia da Mulher, o projeto de lei 1.085/2023, que determina a publicação de relatórios de transparência salarial por empresas com 20 ou mais funcionários, com previsão de fiscalização e multa com valor equivalente a dez vezes o maior salário da empresa. O texto está em tramitação no Congresso Nacional.

Homem trabalhava em troca de lavagem dada a porcos, diz polícia

Alécia Sousa

RIO DE JANEIRO A guarda ambiental de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, afirma ter encontrado um homem de 51 anos em situação análoga à escravidão em um criadouro de porcos na segunda-feira (27).

Ele afirmou que cuidava dos animais em troca de moradia, sem receber remuneração. Ele vivia em um ambiente insalubre havia quase dois anos, sendo obrigado a comer a mesma lavagem que dava aos porcos, segundo seu relato.

O caso aconteceu em Carlos Sampaio. Segundo a Poli-

cia Civil, o dono do terreno foi preso em flagrante por suspeita de crime de redução a condição análoga à de escravo. A corporação não divulgou o nome do suspeito nem se foi constituída defesa.

O homem foi localizado pela guarda ambiental após uma denúncia anônima. Os guardas o encontraram dormindo em cima de um colchão velho que estava armado sobre três engarrafados plásticos, numa espécie de cama improvisada, afirma a polícia.

Aos agentes ele disse que era pedreiro, mas passou por um problema de saúde e fi-



Restos de comida em criadouro de porcos do qual homem foi resgatado em Nova Iguaçu (RJ)

cou sem trabalhar e por isso tornou-se morador de rua. Ele tem hipertensão, sinusite e uma ferida na perna que não consegue curar, disse a polícia. Por isso, teria aceito o cuidar dos porcos em troca de abrigo.

O homem disse não saber que estava sendo explorado e que o dono da propriedade não havia lhe prometido nada.

Segundo seu relato, ele vivia em condições precárias de higiene, sem banheiro nem espaço adequado para dormir.

O homem também afirmou que não tinha acesso à água potável e precisava se alimen-

tar da mesma lavagem servida aos porcos.

O terreno foi interditado após ser constatada uma série de irregularidades. Entre as infrações observadas, segundo a polícia, estão: poluição do solo, contaminação de rio e mau trato a animais. Há indícios ainda de abate ilegal de animais no local.

A Prefeitura de Nova Iguaçu informou que o homem resgatado está em um abrigo. Uma equipe de assistência social tenta localizar sua família. Natural de Minas Gerais, o homem disse ter parentes no Rio.



Rodrigo, 22, foi abordado pela polícia no bairro do Butantã, em São Paulo, e teve uma arma apontada para seu rosto

Eduardo Anselmi/Pelágus

Justiça mantém validade de abordagem policial preconceituosa, afirma estudo

Análise de núcleo da FGV mostra uso de testemunhos caracterizados por falta de objetividade

Bruno Lucca

SÃO PAULO Na falta de provas concretas, prevalece na justiça a percepção individual de policiais a respeito dos acusados de tráfico de drogas. E essa percepção se caracteriza por noções vagas e muitas vezes preconceituosas sobre a imagem e o comportamento dos réus.

A conclusão consta de estudo do Núcleo de Justiça Racial e Direito da FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Grupo analisou 1.837 decisões em segunda instância em que as defesas questionavam a validade das provas por, segundo elas, terem sido agraçadas em razão de preconceitos raciais expressos pelo policial. Foram consideradas prisões em flagrante por tráfico de drogas ocorridas em residências.

Em 98% dos casos aos quais o núcleo de estudo teve acesso ao inteiro teor do processo e a um testemunho policial (1.509), os juízes rejeitaram as argumentações dos advogados, levando à manutenção

da condenação, e em apenas 2% (29) as nulidades são acolhidas, absolvendo os acusados. Outros 299 processos não apresentavam nulidades ou não apresentavam nulidades referentes a categorias analisadas no estudo.

Nos acordãos analisados 69% das testemunhas são policiais e só 31% são civis, com firmando a tendência de sobrerrepresentação dos testemunhos policiais durante o processo. Em todo o país, episódios como os analisados pelos estudiosos, motivados pela cor da pessoa, não são raros, e a eles se dá o nome de perfilamento racial.

"Temos policiais que operam sob lógica de combate ao inimigo. Este, geralmente, tem a cara de um homem negro. E, para os agentes, a identificação, pedu para os colegas soltarem o abordado. A suspeita sobre o jovem foi justificada pelos policiais por ele estar de trouca e mascarado. O dia era frio, relata Rodrigo, e a pandemia de Covid que se iniciava demandava o uso da proteção facial.

Um julgamento em anda

negro, então com 19 anos, ca minhuva por uma rua do Butantã, bairro da zona oeste de São Paulo, quando foi abordado por três agentes da Polícia Militar. Ele, que preferia não ser identificado pelo nome completo, voltava da casa de uma amiga.

Segundo conta, os agentes o deixaram de joelhos. A primeira arma foi apontada para sua nuca, a segunda para a lateral de seu corpo e a última para sua testa. Não havia es capatória, pensou, e ele morreria e seria jogado em qual quer vala pela cidade.

Mas Rodrigo carregava uma cartelinha da USP (Universidade de São Paulo), onde estudava audiovisual. Após longos minutos, um dos agentes de segurança, ao observar a identificação, pediu para os colegas soltarem o abordado.

A suspeita sobre o jovem foi justificada pelos policiais por ele estar de trouca e mascarado. O dia era frio, relata Rodrigo, e a pandemia de Covid que se iniciava demandava o uso da proteção facial.

Um julgamento em anda

Temos policiais que operam sob lógica de combate ao inimigo. Este, geralmente, tem a cara de um homem negro. E, para os agentes, a cara da criminalidade. O perfilamento racial é a lógica de justificar, corroborar e agravar uma suspeição pela cor da pele

Amanda Pimentel
pesquisadora do Núcleo de
Justiça Racial e Direito da FGV

mento no STF (Supremo Tribunal Federal) sobre o perfilamento racial pode criar legislação sobre o tema. O caso envolve um habeas corpus proposto pela Defensoria Pública de São Paulo em que se examina possível nulidade de prova decorrente de abordagem contra um homem negro.

No inquérito, os agentes de segurança afirmam ter avisado "ao longe um indivíduo de cor negra, que estava em cena típica de tráfico de drogas, uma vez que ele estava em pé junto ao meio fio da via pública e um veículo estava parado junto a ele como se estivesse vendendo algo".

Com apreensão de 1,53 grama de cocaína, o homem alegou ser usuário, mas foi de nunciado por tráfico e, com base no relato dos agentes, condenado a reclusão de sete anos, 11 meses e oito dias.

Antes de chegar ao Supremo, a discussão sobre a ilicitude da prova começou no STF (Superior Tribunal de Justiça). Lá, o ministro Sebastião Reis se posicionou pela invalidez do relato policial em ra

ção de a suspeita ter sido baseada na cor da pele. Reis foi vencido, mas a pena reduziu da para dois anos e 11 meses.

Quando, por insistência da defesa, o caso chegou à mais alta corte do país, no início deste mês, o ministro relator Edson Fachin votou, favoravelmente ao habeas corpus, anulando a medida. Segundo ele, não há dúvidas da motivação por estereótipos raciais.

Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Nunes Marques e André Mendonça não acompanharam a relatoria. No entanto, os ministros deixaram brecha para o debate sobre abordagem discriminatória. Sendo assim, jurisprudência sobre o tema pode ser criada sem aplicação no caso concreto. Após os votos dos colegas, Luiz Fux pediu vista, suspendendo o julgamento. Não há previsão de retomada.

Para Amanda Pimentel do Núcleo de Justiça Racial e Direito da FGV, a discussão no Supremo pode, além de fixar tese a regular a postura dos policiais durante a abordagem, aprimorar os relatos a serem utilizados como prova.

"Com a fundamentação de uma jurisprudência, o tribunal está dizendo 'olha, vocês policiais precisam apresentar para a gente elementos objetivos e concretos. Nada de hipóteses preconceituosas, que serão anuladas'", opina.

Na discussão, há ainda outro lado, o do argumento jurídico existente que protege os policiais durante suas abordagens. É a chamada fundação da suspeita (art. 246 do Código de Processo Penal), que, com poucas ressalvas, permite buscas quando possível ilicitude é observada.

Pimentel afirma que a lei brasileira nunca definiu com exatidão o que é o preceito de suspeita. Na ausência de objetividade legal, os policiais podem, em tese, decidir o que é uma atitude ou comportamento duvidoso a partir de suas convicções.

Esse julgamento traz justamente a possibilidade da invalidação desses atos com base de elementos raciais, vagos e imprecisos, de acordo claro quando o policial está amparado de elementos legais para a abordagem ou não", afirma a pesquisadora.

Apesar da importância de se consolidar uma tese isso não basta para mudar a conduta dos policiais, afirma Leonardo Augusto.

"Essa mudança precisa vir do direito público da Universidade de Presbiteriana Mackenzie."

"Para mudar essa realidade, uma decisão do Supremo de vir acompanhada de outras tantas ações e circunstâncias a desconstruir algo estrutural, o racismo", declara.

O especialista sugere a possibilidade de indenização do Estado após comprovada má-fé do sistema público de segurança. Para ele, isso unifica ações policiais precipitadas pela discriminação racial.

Ainda não há previsão para retorno do caso ao plenário do STF. Faltam os votos dos ministros Fux, solicitante de vista, Rosa Weber, Luis Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Cármen Lucia.

Promotor de Minas é condenado a 22 anos por feminicídio, mas mantém salário de R\$ 33,6 mil

Leonardo Augusto

BELO HORIZONTE O promotor de Justiça do MP-MG (Ministério Público de Minas Gerais) André Luis Garcia de Pinho foi condenado na noite de quarta-feira (29) a 22 anos de prisão pelo assassinato da mulher, Lorenza Maria de Pinho. Apesar da decisão, o promotor, que já está preso, permanece ao menos por enquanto com o cargo e com salário bruto de R\$ 33,6 mil.

O julgamento ocorreu ao longo do dia em sessão extraordinária do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Mi

nas Gerais, em Belo Horizonte. O promotor tem foro privilegiado por pertencer ao MP. A decisão foi por unanimidade de (20 votos a 0). A defesa do promotor afirmou que vai recorrer da decisão.

Pinho está preso desde 4 de abril de 2021, dois dias depois da morte da mulher, no apartamento da família, no bairro Buritis, região oeste da capital. O casal tem cinco filhos.

A denúncia apresentada pelo MP-MG, com base em laudo do IML (Instituto Médico Legal) de Minas Gerais, aponta que a morte de Lorenza ocorreu por intoxicação cau

sada pela mistura de medicamentos e álcool e esganadura.

A condenação foi por homicídio qualificado por meio cruel, com emprego de recurso de que dificultou a defesa da vítima e em contexto de violência doméstica (feminicídio). O cumprimento da pena será em regime fechado e sem possibilidade de recurso em liberdade.

A sentença estabeleceu ainda que o promotor só perderá o cargo após decisão de ação civil pública ajuizada para este fim. O MP-MG disse que essa ação só poderia ser aberta depois da condenação — e que

Esperávamos um resultado diferente. Apresentamos laudos de especialistas que mostravam não ter havido nenhuma esganadura

Rodolfo Correa Reis
advogado do promotor

isso será feito agora.

O procurador André Este vai Ubaldino durante sua tentativa oral no julgamento do caso, afirmou não haver dúvidas de que o promotor é o assassino da mulher.

"Gostaria de encontrar nesse caso oportunidade e meios para pedir absolvição do acusado, no entanto, quando examinamos as provas, percebemos que a absoluta impossibilidade", afirmou o procurador.

"Percebemos sinais indubitáveis muito claros registrados pela vítima de que ela havia um relacionamento bastante desgastado. O normal seria uma separação, mas viveu um tempo muito estranho, em que as pessoas têm sido reduzidas a objetos descartáveis", afirmou o procurador, na sustentação.

O procurador apontou, ainda, ter havido tentativa por parte do promotor de que o corpo de Lorenza não fosse levado para o IML, e, sim, diretu para a cremação.

O advogado de Pinho, Rodolfo Correa Reis, afirmou que irá buscar a absolvição do cliente no STF (Superior Tribunal de Justiça).

"Esperávamos um resultado diferente. Apresentamos laudos de especialistas que mostravam não ter havido nenhuma esganadura. Ela morreu de asfúria, mas esganada pelo próprio vômito", disse Reis.

O promotor Pinho faz parte dos quadros do MP-MG desde 1992 e integrou a 11ª Promotoria de Combate ao Crime Organizado e Investigação Criminal de Belo Horizonte de 2008 a 2015.

cotidiano

Ministro não precisa de polícia para ir à favela, diz presidente de ONG

Elana Sousa critica o que chamou de criminalização das comunidades após visita de Flávio Dino ao complexo do Rio

Bruna Fantini

RIO DE JANEIRO A fundadora e presidente da ONG Redes da Maré, Elana Sousa, diz que a sociedade naturalizou a ausência do Estado nas favelas. A visita ao Complexo da Maré de Flávio Dino, titular do Ministério da Justiça e Segurança Pública e primeiro ministro a visitar a ONG criada há 16 anos no Rio de Janeiro, teria exposto esse pensamento.

"A segurança pública está entre os direitos humanos, assim como a saúde, a educação. Mas é um direito que ainda não está estabelecido para o morador de favela e periferia. Acho que toda a polêmica que a gente tem hoje em torno da presença de um ministro em uma favela está justamente nisso", afirmou Elana à Folha.

A entrevista foi concedida em uma das sedes da ONG, no Galpão Rima, localizado na zona norte da cidade. Ela afirmou que a principal da Nova Holanda, uma das 16 favelas que integram o Complexo da Maré, na zona norte do Rio. Para entrar, a reportagem andou cerca de cinco metros a partir da avenida Brasil, uma das principais vias expressas da cidade do Rio de Janeiro.

O mesmo trajeto foi feito por Flávio Dino no último dia 13. O fato de a visita do ministro não mobilizar um aparato robusto de policiais — o esquema de segurança adotado foi o de praxe — fez com que deputados bolsonaristas insinuassem uma possível ligação de Dino com o crime organizado. Esse foi um dos motivos por que o ministro foi convocado à CCI (Comissão de Constituição de Justiça), na terça-feira (28).

"É absurdo naturalizar essa fala de que a polícia só pode entrar [na favela] com carro blindado, com armamento muito forte. Assim você está dizendo que todo mundo, os 140 mil moradores, são perigosos. Não é um grupo específico de talvez 300 pessoas, que fica em determinados locais, envolvido com atividades ilícitas, com armas", afirma.

Elana ressalta que no Complexo da Maré há 30 escolas, nove Clínicas da Família e 400 empreendimentos econômicos e centro de ar-

tes. "Beira a ignorância pensar que na favela existe um domínio [do crime] a esse ponto, que não permite que as pessoas entrem aqui quando queiram", avalia.

Indagada se chegou a avisar o crime organizado sobre a visita do ministro, Elana respondeu que não. "Não avisei ninguém, não existe esse contato. Também

não avisei ninguém que você viria aqui. É óbvio que, se gente começar a entrar [para o interior da favela], vamos passar por determinados pontos de venda de drogas no varejo. E que as pessoas podem estar armadas. Por isso o lançamento do boletim [7º boletim Direto à Segurança Pública] foi aqui neste espaço, ao lado da avenida Brasil", explicou.

Elana conta que mudou-se para a Maré com seis anos de idade. Em 1984, aos 23, cursando faculdade de Letras na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), tornou-se a mais jovem presidente de uma associação de moradores do complexo e passou a negociar melhorias nas favelas junto ao governo e a entidades privadas.

Formou-se doutora em serviço social e mestre em educação pela PUC-Rio, e obteve o título de doutora honoris causa pela Queen Mary University de Londres. Professora aposentada da UFRJ, ela também lecionou por três anos no Instituto de Estudos Avançados da USP (Universidade de São Paulo), engajada na Cátedra Olavo Sébald de Arte, Cultura e Ciência. Atualmente é professora do Insper (Instituto de Ensino e Pesquisa).

A passagem de presidente de associação para criadora da ONG Redes da Maré ocorreu após a fundação de um curso pré-universitário. "Quando a gente fala da Maré a gente está falando de 16 favelas diferentes, sempre falo em Marés. Quando citamos as Redes, tinha essa ideia de justamente ativar diferentes redes, peculiaridades. Por exemplo, cada uma das favelas tem um presidente de sua associação. A ideia é respeitar essa diversidade", disse.

A Redes da Maré hoje auxilia 6.007 alunos em cinco eixos: produção de conhecimento, com o curso pré-vestibular, por exemplo; arte, com uma escola de dança e o Centro de Artes da Maré; direitos urbanos e socioambientais, voltado para políticas que promovam a qualidade de vida, com o pavimento, saúde; e acesso à justiça.

Elana destaca que o com-

Complexo da Maré



16 favelas

- 1 Praia de Ramos
- 2 Parque Roquete Pinto
- 3 Parque União
- 4 Parque Rubens Vaz
- 5 Nova Holanda
- 6 Parque Maré
- 7 Baixa de Sapateiro
- 8 Conjunto Nova Maré
- 9 Morro do Timbó
- 10 Sento Ribeiro Oantás
- 11 Via dos Pinheiros
- 12 Conjunto Pinheiros
- 13 Vila do João
- 14 Salta e Mereque
- 15 Conjunto Esperança
- 16 Maricão Dias

47 mil casas

9º bairro mais populoso do Rio

140 mil pessoas moram em comunidade visitada por ministro Flávio Dino, equivalente aos habitantes do bairro de Copacabana

426,88 é o território do Complexo, e equivalente a 2,7 bairros paulistas

Origem

Surge na década de 1940, quando sobretudo emigrantes chegavam ao Rio de Janeiro em busca de oportunidades. Na época, a região era ocupada por manguezais. Em 1980, as casas de palafitas são extintas. Na mesma década, Paralamas do Sucesso lança a música 'Alagados', que faz referência à população da Baía de Guanabara que margem o complexo e as casas que ficavam alagadas.

9 postos de saúde

1 UPA (Unidade de Pronto Atendimento)

43 escolas

Fontes: Redes da Maré, secretarias estaduais e municipais de educação; Prefeitura do Rio. Dados cartográficos: Google Maps.

pleio de favelas está localizada entre as Linhas Amarela e Vermelha e próximo da avenida Brasil. "Muito gás carbônico é jogado aqui, faz com que a gente esteja respirando o pior ar da cidade do Rio. E não temos uma arborização adequada", disse.

Na área da saúde, foi através do trabalho da ONG em parceria com a Fiocruz que os moradores da Maré foram vacinados contra a Covid-19. "Em quatro dias vacinamos 34 mil pessoas".

A visita do ministro ocorreu por ocasião do lançamento do 7º boletim Direto à Segurança Pública, com dados de 2022. No documento, a Redes da Maré relata que no período foram registradas 39 mortes por causa de fogo no complexo, 27 delas em contexto de operações policiais.

Além disso, 62% das operações, segundo o boletim, ocorreram perto de escolas e creches, e 67% foram realizadas nas proximidades de unidades de saúde. Foram, ao todo, 15 dias de aulas e 19 dias de atendimentos em saúde suspensos por causa das operações policiais.

O morador da ONG nunca teve essa experiência de ter um profissional da polícia que se dirigia a ele de uma maneira respeitosa, como a gente vê em outros bairros da cidade. A experiência de quem é morador é a de que a polícia está presente somente a partir dos momentos em que há operações policiais, que são catastróficas, disse. "O boletim entregue ao ministro mostra uma letalidade muito alta, com presença esporádica da polícia", acrescentou.

Na visita, Flávio Dino também pode conhecer obras de artistas da Maré, como uma exposição de quadros sobre ações policiais na favela.

As atividades da ONG têm apoio financeiro da Ford Foundation e Open Society Foundations, do filantropo George Soros. Nas redes sociais, alguns criticaram os financiamentos.

"Mais uma vez a gente vê criminalização a nossa honestidade, de [questionar] remi" por que essas instituições estariam apoiando projetos dentro da favela da Maré. Acho que a mesma lógica de criminalização dos moradores de favela existe em relação a essas organizações: uma criminalização sobre a gente, uma criminalização que não seja apoiar projetos que possam materializar direitos para essa população", disse.

Elana afirma que durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) não houve melhorias no complexo. Indagada sobre em quais tipos de políticas o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve investir, ela disse: "No enfrentamento das violências das favelas. Sem isso não iremos evoluir como uma democracia plena".

'Ele estava com raiva do mundo', diz professora ferida por aluno

Tullio Kruse

SÃO PAULO A professora Ana Célia Rosa, 58, gravemente ferida pelo adolescente de 13 anos autor do ataque na escola estadual Thomaz Monteiro, na Vila Sônia, zona oeste de São Paulo, atribui a violência do episódio a um sentimento de "raiva do mundo" que o aluno nutria.

O ataque realizado na segunda-feira (27) terminou com a morte da professora Elisabeth Tenreiro, 71. Para Ana Célia, o adolescente agressor e também uma vítima.

"Ele estava com raiva do mundo, não era de mim", disse a professora nesta quinta-feira (30), após prestar depoimento no 34º DP (Vila Sônia), que investiga o caso. "Ele é só uma criança, ele é uma vítima do sistema", completou.

Antes do crime, o adolescente deu uma carta para

a família na qual pede desculpas. No bilhete, endereçado à mãe, ao irmão, à tia e à avó, o jovem indica que bullying, tristeza e ódio o levaram a fazer "uma besteira".

Ana Célia dá aulas de história para duas turmas do nono ano da escola Thomaz Monteiro e não era professora do agressor, que cursa o oitavo ano. Ela disse que não se sentiu um alvo preferencial. Para

ela, qualquer um que estivesse ali em seu lugar seria atacado. "Acho que foi aleatório, mesmo. Quem ele pegasse, ele machucaria".

A docente contou que, assistida com a corrente de alunos durante o ataque e com a intenção de socorrer a colega caída no chão, não percebeu que o jovem usava uma máscara de caveira em que ele se aproximava para golpeá-la.

No chão e atingida na perna, ela viu quando a professora de educação física Cinthia Barbosa entrou na sala e imobilizou o agressor. "Eu só reconheci o rosto dele, o rostoinho dele, na hora que a coordenadora tirou a máscara".

Questionada sobre o que sente em relação ao garoto que a esfaqueou, a professora respondeu que sente "dó". Sobre o retorno às aulas, ela disse que pretende voltar a trabalhar no dia 10 de abril.

Ana Célia foi a última professora ferida a falar com a polícia. No total, cerca de 40 pessoas já prestaram depoimento na investigação.

Por fim, a professora criticou a exibição de imagens do ataque. Segundo ela, a divulgação de cenas como essas pode motivar outros jovens a praticarem ataques e atos de violência, visão que é compartilhada por especialistas.

Justiça determina quebra sigilo de estudante agressor

A Justiça autorizou a quebra de sigilo telemático e telefônico do adolescente de 13 anos que matou uma professora a facadas e deixou cinco feridos na escola (27). A decisão foi confirmada na

manhã desta quinta (30) pelo delegado Marcus Vinícius Reis, titular do 34º DP (Vila Sônia). Agora será iniciada uma nova frente de investigação, vasculhando as mensagens no celular do agressor e sua atividade nas redes sociais.

A Polícia Civil terá acesso aos dados do aparelho celular do adolescente e de um HD externo e do videogame Xbox apreendidos na casa da família.

Em outra frente, os investigadores têm mapeado perfis na internet que interagiram com o conta do agressor. Segundo Reis, um colega de sala do adolescente publicou mensagens incentivando o ataque. Ele pode responder na Justiça por apologia ao crime.

Outro aluno da escola é suspeto de ter auxiliado o ataque. Ele foi filmado por câmeras de segurança encontrando-se com o autor do crime

minutos antes de ele invadir uma sala de aula e golpear e matar a professora Elisabeth Tenreiro, 71. Ela estava em uma investigação realizada nas redes sociais, de acordo com o delegado, e que parte dos perfis que se comunicaram com o jovem já foram deletados.

O 34º DP recebeu, por exemplo, um boletim de ocorrência registrado no Interior de São Paulo narrando que uma estudante que ficou amiga do agressor na internet também publicava mensagens de apoio a massacres nas redes sociais. Essa adolescente foi alvo de um procedimento investigatório e responde por ato infracional.

O delegado Reis não confirmou a data nem a cidade onde o boletim foi registrado. A polícia também recebeu, em uma informação de que uma aluna da Thomaz Monteiro foi convidada pelo autor do ataque a participar do crime.

Minha filha, tenha ambição

Vendo a série 'Succession' relembro um pouco como eram as Redações

Tati Bernardi

Escritora e roteirista de cinema e televisão, autora de "Depois a Louca Sou Eu"

Fui forçada no finalzinho da puberdade da década de 1990 e no começo do jornalismo dos anos 2000. A gente trabalhava até muito tarde e quando a vida me recumbava, voltava para a mesa e criava mais duzentas páginas. E, caso eu visse alguém como ofensa pessoal (e fôssemos chegar no banheiro), outra pessoa faria antes e melhor do que eu e perderíamos o emprego.

Eu me acostumei com um ambiente de piadas sem fim e ironia afiadíssima. Assistindo

à série "Succession" em que os irmãos o tempo todo cospem bulinhas e comentários ácidos uns nos outros, relembro um pouco como eram as Redações. Por esse motivo acompanhar os episódios me faz sentir uma espécie de "unhe, mlk!" — termo freudiano para descrever o "estranho familiar" algo que já conhecemos e, por isso mesmo, nos dá inquietude.

Já entendendo que a geração que viveu tempos de mim é conhecida como a geração de virem viradas e totalmente diferentes já aceito que eles estão certos

e eu errada. É já admitir que não sou melhor para a minha saúde mental se aquela época já existisse o tal compliance nas empresas e que metade da minha vida profissional — que horror! — foi corroborar com aqueles morais e sexuais.

Dito isso tudo, fico sempre maravilhada com o que nos pais e mães obscuros par apartamentos próprios, carros espaçosos e planos de saúde com Flexim para toda a família. Eramos filhos que caíram baldes para nossos brinquedinhos conquistados com

doenças autoimunes. E filhos que não queriam 10% das críticas que eu, quando as perversas e escritas, nos fizeram crescer.

Um tempo atrás, contratei um assistente de roteiro para me ajudar com um projeto. Comecei a seguir as redes sociais e, em meio a uma dezena de vídeos sobre a importância do cinema para o Brasil, vi que ele também estava tentando mobilizar tudo o apartamento fazendo publi para eletrodomésticos. Deu um toque: "Amiga, ou você e comarista ou quarto propaganda da Brastemp." Era para

a gente ter medo. Ele me zorra de volta. Brindários com um bucha. Mas não. O rapaz pediu demissão. Aumentou a análise. Passou a me odiar. Deve espulhar por aí que sou tova, espedadora moral. Não sei mais lidar com as pessoas.

Os filhos privilegiados de alguns dos meus amigos são os que parecem mais felizes em não ver, com o vício ou mais com o que eles nem conhecem de certo, burburinhos musicais com chuveiro elétrico capenga. E peço que entenda: essa parece ser uma meta de vida (para todo o sempre).

Outro dia ouvi de uma mulher de 30 anos que ela não paga, convênio médico para os pais idosos porque prolongar a vida de velhos, como fazem os bons hospitais, e uma coisa muito neoliberal e eles têm o direito de morrer. Exatamente aquela que o curso é uma coisa absolutamente do

mal (mas vejo pouca crítica à ubertização de trabalhadores) e que, se der para viajar para algum lugar com bastante falta de conforto, toda a humidade vivida ali só ajuda a meditar.

Grças a Deus fui mãe velha. Rita ainda é praticamente um bebê. Talvez ela faça parte de uma geração "meio do caminho", que saiba não ser explorada e não levar desafio para casa, mas ao mesmo tempo tenha alguma ambição. Ambição, essa coisa maravilhosa que acorda e dorme comigo desde os meus sete anos de vida. Que me faz acreditar que às cinco o dia de vida da (tempo de empregar mais meus ideais em vez de largar a caneta para saudar o pôr do sol).

Não tem nada a ver com só pensar em dinheiro, mas tem muito a ver com não torrar tudo o que a geração anterior ganhou e ainda vir no papinho de quem não pensa em dinheiro.

DOI, Antonio Prata | SEG, Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER, Vera Iaconelli | QUA, Ilona Szabo de Carvalho, Jairo Marques | QUA, Sérgio Rodrigues | SEX, Tati Bernardi | SÁB, Oscar Vilhena Vieira, Luis Francisco Carvalho Filho

STF tem maioria para derrubar prisão especial para diplomados

Maior parte dos ministros votou contra medida que segrega detidos que se formaram no ensino superior

José Marques

BRASÍLIA O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria nesta quinta (30) para derrubar a previsão de prisão especial para as pessoas que têm diploma de ensino superior.

O julgamento aconteceu até o fim desta sexta-feira (31), no plenário virtual, onde os votos são depositados pelos ministros no sistema da corte. O Supremo foi acionado sobre o tema em 2015, pelo então procurador-geral da República Rodrigo Janot. Ele afirmava que o benefício, previsto no Código de Processo Penal, "viola a conformação constitucional e os objetivos fundamentais da República, o princípio da dignidade humana e o da isonomia".

O relator do caso e o ministro Alexandre de Moraes, que votou contra o privilégio. Se guio o "a ordem constitucional atualmente vigente não mais permite a perpetuação dessa legislação discriminatória e desigual".

"Conceder benefício carcerário a aqueles que dispõem de diploma de ensino superior não satisfaz nenhuma finalidade constitucional tampouco o impli, a maior proteção a bem jurídico que já não seja protegido por outras normas", afirmou em seu voto.

A prisão especial não protege uma categoria de pessoas fragilizadas e merecedoras de tutela, pelo contrário, ela favorece aqueles que já são favorecidos por sua posição socioeconômica", acrescentou.

"Embora a atual realidade brasileira já desautorize a associação entre bacharelado e prestígio político, fato é que a obtenção de título acadêmico, ou ainda é algo inacessível para a maioria da população brasileira. A extensão da prisão especial a essas pessoas caracteriza verdadeira privilégio que, em última análise, materializa a desigualdade de social e o viés seletivo do direito penal".

Seguiram o voto de Moraes seis dos 11 ministros: Dias Toffi, Luis Roberto Barroso, Edson Fachin, Carmen Lúcia

e Rosa Weber. Não votaram, até então, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, André Mendonça e Kassio Nunes Marques.

Fachin fez uma ressalva de que devem ser segregados os portadores de diploma de curso superior no caso de "proteção de sua integridade física, moral ou psicológica". Ele foi seguido por Dias Toffi.

"Assim, se constatado, pelas autoridades responsáveis pela execução penal, que determinado preso, possuidor ou não de diploma de curso superior, tem tido sua integridade física, moral ou psicológica ameaçada pela convivência com os demais presos, esse preso ficará segregado em local próprio separado dos demais, como prevê a Lei de Execução Penal em seu art. 84 § 4º", disse Fachin.

Em seu voto, ele também destacou que a Constituição estabelece cumprimento de pena em estabelecimentos distintos "de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado".

"Entretanto, ao analisar a norma legal impugnada, não verifico correlação lógica entre a segregação e a separação de presos. Não há nada que informe que presos com grau de instrução menor são mais perigosos ou violentos que presos com grau de escolaridade maior ou vice-versa".

A prisão especial foi instituída em 1937, no governo provisório de Getúlio Vargas, segundo a PGR. Ela é válida para portadores de ensino superior que não foram condenados definitivamente. Esse tipo de prisão, segundo o relatório do próprio Moraes no STF, consiste em manter os detidos em "diploma" em recintos diferentes daqueles destinados aos presos em geral.

"Não se trata de uma nova modalidade de prisão cautelar, mas apenas uma forma diferenciada de recolhimento da pessoa presa provisoriamente, em quartéis ou estabelecimentos prisionais destacados, até a superveniência do trânsito em julgado da condenação penal".



Trem da linha 8-diamante que descarrilou perto da estação Júlio Prestes, em São Paulo. Wilson Moreira/Futura Press/Polhagress

Após novo acidente na linha 8, Promotoria rechaça diálogo com ViaMobilidade em SP

Bruno Lucca

SÃO PAULO O promotor Silvio Marques, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de São Paulo, disse não haver mais possibilidade de diálogo com a ViaMobilidade e que medidas judiciais serão tomadas em até 15 dias para rompimento do contrato de concessão das linhas 8-diamante e 9-esmeralda.

A falha ocorreu em entrevista coletiva na sede do Ministério Público de São Paulo, na região central da capital, nesta quinta-feira (30), horas após novo descarrilamento de trem com passageiros na linha 8.

"Não vamos esperar que pessoas morram em razão da falta de competência da empresa para romper o contrato de concessão", disse Marques. "Há total desconfinça na possibilidade de a empresa continuar. Eles já prometeram muito e não resolveram os problemas".

Promotora, a ViaMobilidade diz preferir não se manifestar sobre a declaração. O promotor e que, acionada, prestará esclarecimentos junto aos órgãos competentes, incluindo o Ministério Público.

Em 2022, o Ministério Público afirmou que a ViaMobilidade "contra um parecer técnico

publicado no último dia 22 de março listando problemas nas vias administradas há mais de um ano pela concessionária.

No documento os técnicos dizem que a concessionária deve urgentemente aceitar ações e melhorias nas linhas, ampliar as manutenções, promover as modernizações do sistema para mitigar os riscos, "notadamente aqueles cujas consequências e danos são de grande magnitude dos quais podemos citar, sem se restringir: descarrilamentos, colisões, incêndios e descargas elétricas".

Em razão da sequência de falhas apresentadas desde o início da atual administração, o Ministério Público passou a investigar a administração das linhas 8-diamante e 9-esmeralda em meados de 2022. No último mês, Marques já afirmava que pediria a concessão e o fim da concessão.

Só em 2022, os trechos registraram 15 ocorrências, divididas entre equipamentos, trens, trilhos, sistema de alimentação elétrica, rede aérea e sinalização, gerando várias paradas e atrasos. O Ministério Público afirmou que os problemas se devem a falta de manutenção preventiva nos trilhos.

Uma testemunha ouvida pela Promotoria, por exemplo, diz que uma falha poderia levar até a colisões entre

vagões e acidentes com mortes. A falha mais grave citada ocorre em um equipamento responsável por direcionar os trens ao trilho correto, mudando de posição conforme o acionamento de operadores do sistema ferroviário.

Pressionado pela situação, o governador paulista, Tarcísio de Freitas (Republicanos) detendeu a ViaMobilidade em evento de inauguração de um novo trem na linha 9, e disse que estava morrendo se deixasse "o Ministério Público governar".

Questionado sobre a declaração do governador, Silvio Marques disse ser a concessão competência do estado, mas que o Ministério Público exerce papel de defesa.

No mesmo evento em que Tarcísio falou sobre a concessão, Marcio Hannas, presidente da CCR Mobilidade, controladora da ViaMobilidade, disse que problemas acontecem porque a empresa não sabia qual era o estado de conservação das linhas antes administradas pela CPTM.

Hannas afirmou que o investimento necessário nas linhas foi subestimado quando a empresa as assumiu. "Que a gente não conhecia era a condição dos trens, porque eles estavam em operação. Não tenho como parar um trem para falar 'deixar eu ver como está', disse.

saúde

Brasil corre risco de apagão de insulina para diabetes

TCU alerta sobre falta de estoque a partir de maio; Saúde faz compra emergencial

SAÚDE PÚBLICA

Constança Rezende e Raquel Lopes

BRASÍLIA O TCU (Tribunal de Contas da União) alerta que pode faltar insulina para diabéticos nos estados porque o estoque do Ministério da Saúde acabará em abril. A informação consta de processo votado pelo órgão na quarta-feira (29), de relatório do ministro Vital do Rêgo.

Já risco de desabastecimento porque não houve propostas nos pregões abertos em agosto de 2022 e em janeiro deste ano. Assim, dados do Ministério da Saúde encaminhados para a corte de contas apontam para a existência de estoque de insulina análoga de ação rápida somente até o próximo mês.

O Ministério da Saúde disse ao TCU que, diante do insucesso das licitações realizadas na gestão do governo Bolsonaro, optou por realizar a compra direta emergencial, do produto, em janeiro deste ano, para impedir o desabastecimento.

O chamamento público consta do Diário Oficial do último dia 8 de março.

A aquisição por dispensa de licitação visa obter 1,3 milhão de tubetes de insulina de 3 ml para atender o SUS (Sistema Único de Saúde) por cerca de 180 dias. Outra medida adotada foi a solicitação de cotação preliminar junto à Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), em fevereiro, acerca da possibilidade de fornecimento de 1,3 milhão de tubetes de 3 ml de insulina, com a primeira parcela com entrega

prevista para 30 de março e a segunda para 30 de setembro.

"Estamos avizinhando um quadro de insuficiência de medicamentos para essa doença tão séria e que, pelo que o ministro Vital conseguiu extrair, a partir das nossas diligências, esse estoque durará só até o mês de maio", afirmou o presidente do tribunal, ministro Bruno Dantas, embora os dados do Ministério da Saúde indiquem o risco de desabastecimento já a partir de maio.

O relator do caso, ministro Vital do Rêgo, disse que ficou muito preocupado com a situação porque, como médico, sabe das necessidades diárias dos pacientes.

"Houve 2 fracassos de pregões e o processo de compra direta vai trazer o abastecimento até maio. A ministra da

Saúde (Nísia Trindade) esteve hoje (quarta-feira) em meu gabinete e disse que já está em trabalho para receber esses medicamentos de países da Ásia que têm certificação da Anvisa de lá", declarou.

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, disse à Folha que trabalha para não fazer o medicamento. "Vamos fazer o que for possível a partir dos apontamentos do TCU", disse.

A pasta se comprometeu, segundo o TCU, a informar os estados, municípios e associações sobre a situação em andamento e, também, a analisar a possibilidade de realização de prévio acordo e pactuação entre as esferas de gestão do SUS, com vistas a viabilizar o ressarcimento de insulinas análogas que venham a ser adquiridas.

Nesta quinta (30), o ministério discutiu com o Conass (Conselho Nacional de Secretários de Saúde) a adoção de estratégia de identificar eventuais estoques locais de insulinas análogas, na tentativa de ajustar a distribuição do estoque remanescente do ministério à disponibilidade local e eventual contribuição para suprimento de demanda entre os estados.

Esse tipo de insulina foi incorporada ao SUS em 2017 após aprovação da Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do Sistema Único de Saúde). Sociedades e entidades médicas e representativas de pessoas com diabetes não recomendam a substituição da insulina análoga, que corre o risco de faltar, pela insulina humana regular, que pode aumentar o risco de hipoglicemias graves e noturnas.

Conforme a Folha publicou no último dia 20, o Ministério da Saúde descartou 999,7 mil canetas de insulina de ação rápida na gestão hídrica (PL) Avaliados em quase R\$ 15 milhões, os produtos perderam a validade de setembro de 2022 a junho de 2023. Os lotes em parte de uma compra de 2 milhões de tubetes, feita em 2018.

Associações chegaram a alertar o ministério, antes do fim da validade, que havia excesso de burocracia para ter acesso ao produto.

Vital do Rêgo diz que irá monitorar permanentemente a questão e que teve cuidado, em seu voto, para trazer dados para que não houvesse uma corrida nas farmácias por esses medicamentos.

Asma protege contra casos graves de Covid, sugere estudo

Mônica Tarantino

AGÊNCIA FAPESP Desde o início da pandemia, em 2020, especula-se que a asma poderia contribuir para o agravamento e a letalidade da Covid-19. Divulgados recentemente na revista *Frontiers in Medicine*, os resultados do maior estudo feito até agora com pacientes que foram hospitalizados no SUS (Sistema Único de Saúde) por causa dos sintomas clínicos mais graves da Covid-19 sugerem exatamente o contrário.

Além de não piorar o quadro, a asma pode ter um papel protetor na infecção pelo Sars-Cov-2, vírus causador da Covid-19. Apesar de desenvolverem mais sintomas clínicos, os pacientes com asma foram menos propensos a morrer de Covid-19 em comparação com indivíduos sem asma, afirma um dos autores do trabalho, o biólogo e doutor em ciências da saúde Fernando Augusto Lima Marson, da USP (Universidade São Francisco), em Bragança Paulista (SP).

Para chegar a essa conclusão, o grupo formado por cinco pesquisadores avaliou os registros clínicos e demográficos de 1.129,838 pacientes hospitalizados com Covid-19. Desse total, 43,245 (3,8%) eram pacientes com asma, uma prevalência baixa que já tinha sido apontada por estudos anteriores.

Entre os doentes que precisaram de suporte ventilatório invasivo, por exemplo, 74,7% dos pacientes com asma morreram, enquanto o percentual de mortes entre os pacientes sem asma foi de 78%. No grupo que recebeu suporte ventilatório não invasivo, 20% dos pacientes com asma foram a óbito versus 23,5% entre os pacientes sem asma.



UTI para Covid no Hospital Infantil Cândido Fontoura, em SP

Adriano Vitor - A.B. 22/7/2020

Entre os que não precisaram de suporte ventilatório, 11,2% dos pacientes com asma morreram, já o percentual de baixas dos pacientes sem asma na mesma situação foi de 15,8%. Todas as informações foram obtidas no banco de dados OpenDataSUS.

A hipótese dos pesquisadores é que as especificidades da resposta imune dada pelo organismo à asma criam um cenário desfavorável à escalada inflamatória associada à forma mais grave da Covid-19.

A pessoa com asma apresenta uma baixa produção de ci-

totinas inflamatórias, um grupo de proteínas que aumenta a capacidade do corpo de destruir células tumorais, vírus e bactérias (os interferons, por exemplo). Isso estimula uma resposta imune mediada por células de defesa (linfócitos TCD4+ Th2, em detrimento do subtipo Th1).

"A predominância da resposta Th2 é benéfica porque pode regular e diminuir o impacto da fase tardia da hiperinflamação, que é um ponto crítico em infecções respiratórias graves", explica Marson, que coordena o Labo-

Apesar de desenvolver mais

sintomas clínicos, os pacientes com asma foram menos propensos a morrer de Covid-19 em comparação com indivíduos sem asma

Fernando Augusto Lima Marson biólogo

ratório de Biologia Celular e Molecular da USP. Ele também é responsável pelos trabalhos de conclusão de curso na USP, onde 100% dos alunos de pós-graduação são bolsistas integrais.

De acordo com a pesquisa, que recebeu financiamento da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), a asma causaria ainda outras dificuldades ao Sars-Cov-2. A inflamação crônica dos alvéolos pulmonares das pessoas com asma diminui a quantidade de receptores para o vírus resultando em menor eficiência de reconhecimento de angiotensina 2), uma proteína encontrada na superfície de diversas células do corpo, inclusive nas do epitélio do sistema respiratório. Ela é usada pelo vírus da Covid-19 para penetrar no interior das células, onde se multiplica.

"A menor produção de citocinas inflamatórias e a menor quantidade de receptores para o vírus resultam em menor chance de infecção grave", afirma Marson. Quantidades maiores de eosinófilos (glóbulos brancos) presentes no sangue de pessoas com asma igualmente desfavoreceriam a Covid-19 grave.

Para os pesquisadores, o impacto de todas essas circunstâncias ajuda a entender por que embora a asma afete 10% da população, apenas 3,8% dos pacientes diagnosticados com Covid-19 são tratados pelo SUS, tinham a doença.

Na avaliação de Marson, o tamanho da amostra avaliada faz diferença e pode diluir alguns vieses. "Para se ter ideia, na mesma época em que o nosso estudo foi feito, um trabalho nos Estados Unidos que acompanhou entre 300 e 400 pacientes con-

cluía que a asma era um fator de risco", conta.

Ele afirma ainda que o estudo da USP pode conter alguns dados equivocados por causa da natureza das informações analisadas. "Nosso estudo se baseou em dados coletados por uma agência de governo. Anda que tenhamos nos aproximado do cenário real do Brasil no que concerne à resposta da Covid-19 em relação à asma, com a inclusão de muitos pacientes, o banco de dados ainda possui limitações. Não há, por exemplo, a descrição de testes laboratoriais que poderiam confirmar o diagnóstico de asma", diz Marson.

Nova análise e coleta de dados foram feitas pelo grupo da USP a partir deste mês, provavelmente com um universo de 4 milhões de pessoas hospitalizadas após a infecção pelo Sars-Cov-2. "Vamos trabalhar com um banco mais robusto e focar novamente no desfecho, mas também na influência da vacina contra o vírus", adianta o pesquisador.

O estudo publicado na revista *Frontiers in Medicine* provocou desdobramentos. Um grupo de cientistas de dados pretende verificar as taxas de incidência da Covid-19 em pessoas com asma em nove municípios da região onde está situada a USP, no interior paulista.

De Portugal, veio o convite da Universidade de Lisboa para uma parceria destinada a verificar a incidência da infecção em pessoas com fibrose cística. "Essa doença provoca alterações fisiológicas parecidas com as da asma e muito muco no pulmão, o que poderia dificultar a entrada do vírus na célula", observa Marson.

MORTES

Jornalista nato, foi referência em reportagem policial

SILVAN ALVES (1962 - 2023)

Lucas Lacerda

SÃO PAULO O sucesso de Silvan Alves era atestado pela audiência onde quer que trabalhasse. Fosse nas rádios Mirante e Timbirá, ou na rede Difusora de televisão, no Maranhão, ele cativou o público com um talento nato e lapidado ao longo da carreira.

Conseguiu transitar entre programas de música e a sua

coluna.chiluzario@grupofolha.com.br

marca registrada, o jornalismo policial, sem perder o estilo irreverente.

Mas ele foi descoberto a vera jornalista e a paixão pelo rádio longe de casa, ainda adolescente, no Rio de Janeiro. O amigo e também jornalista Robson Paz, 45, lembra a história que Silvan contava sobre o começo da jornada. "De pois de um castigo dos pais, ele embarcou num canhão

de abastecimento de hortifrut e foi de carona até o Rio de Janeiro", narra.

Em uma entrevista ao Museu da Memória Audiovisual do Maranhão, Silvan também falou sobre a percepção. "Sempre fui muito travesso, e depois dessa briga saí mesmo de casa. Queria chegar a casa de uma tia, mas não sabia o endereço. Morei na rua." Ele foi ajudado por uma senhora que distribuía sopa e conseguiu um quarto para ele em uma favela no Rio.

Com o gosto pelo rádio, se aproximou de uma emissora comunitária que fazia notícias e emitia boletins de utili-

dade pública. Nunca mais largou o microfone.

Nos anos 1980, Silvan trabalhou como repórter em Brasília antes de voltar ao Maranhão no final da década. Passou pela extinta rádio Ribamar e chegou à rádio Mirante, onde começou a conquistar fãs — incluindo o amigo Robson.

"Conheci o Silvan como ouvinte dos programas policiais que ele fazia", conta. "Ele sempre dizia que precisava de uma dose de humor ou de reverência para amenizar as notícias trágicas." Os dois trabalharam juntos no Diário Imparcial e na rádio Timbirá.

O gosto por jornalismo era parte da rotina de Silvan. A filha Silvana Alves Pinheiro, 24, afirma que o pai era jornalista do momento em que saía de casa, às 4h, até o descanso em frente à televisão.

Silvan era cuidado pela família desde jovem, quando sofreu um AVC. Enfrentou muitas complicações. Morreu em 20 de fevereiro, após ser levado ao pronto-socorro por cau-

sa de febre. Deixa a mulher e dois filhos.

7ª DIA

ELIAS ARIS Sábado (1/4) às 11h, Igreja Sinar Ortodoxa Santa Maria, Vila Clementino, São Paulo (SP)

8ª MEMÓRIA

LAÉRCIO BOMBA Sábado (1/4) às 15h, Igreja Catédral Paulista Menor de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, Curitiba (PR)

Preciso do Serviço Funerário Municipal de São Paulo?

Rev. (11) 3396-3100 e central 156, prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario

Anúncio pago na Folha: Tel. (11) 3334-4000. Seg. a Sex. 10h às 20h. Sáb. e Dom. 12h às 19h.

Annua gratuita na seção Folha.com/mortes até às 18h para publicação no dia seguinte (fora de horas para publicação aos domingos, no pelo telefone (11) 3344-3344 das 10h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para chegarem das informações.



Foz do rio Amazonas, na costa do Brasil e da Guiana Francesa. Elsa Palito / Greenpeace Brasil

Petrobras quer aval para buscar petróleo na foz do rio Amazonas

Estatal tenta conseguir licenciamento do Ibama mesmo sem estudo recomendado pelo órgão

João Gabriel

BRASÍLIA A Petrobras tenta conseguir o licenciamento do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis) para iniciar a perfuração da foz do rio Amazonas em busca de petróleo mesmo na ausência de estudo recomendado pelo órgão.

No final de janeiro deste ano, o Insituto emitiu um parecer técnico no qual conclui que "são necessárias informações complementares e providências adicionais para o prosseguimento do processo de licenciamento ambiental".

A conclusão traz uma série de considerações, dentre elas a ausência de uma avaliação ambiental estratégica, ou seja, que faça uma análise dos impactos ambientais da atividade para a região potencialmente afetada.

Em uma manifestação no último dia 22, anexada ao processo de licenciamento, a Petrobras argumenta que a fase de perfuração é apenas preliminar, de curta duração e para averiguar a existência de uma reserva no subsolo.

A empresa defende no do

cumento que, como os impactos ambientais aconteceriam apenas nas fases seguintes da operação — como na instalação de bases e na própria extração do petróleo —, não deveriam ser considerados neste momento do licenciamento.

"As transformações socio-ambientais mais abrangentes podem vir a se tornar realidade na fase de produção e escoamento", diz a empresa.

A manifestação do Ibama chama a atenção especialmente para a ausência de uma avaliação ambiental de área sedimentar, chamada AAAS, que é um estudo feito por meio do solo que analisa se a região, e não só o bloco específico da perfuração, é apta ou não para ser explorada — considerando as características do meio ambiente.

A AAAS — como também o EAAS, estudo ambiental de área sedimentar, instrumento complementar — é de competência conjunta do Ministério de Minas e Energia e o do Meio Ambiente, e não é parte obrigatória do licenciamento ambiental.

No entanto, na visão de ambientalistas e membros do Ibama ouvidos reserva

damente, o ideal era que os estudos estratégicos fossem realizados ainda antes dos leilões. Dessa forma, quem adquire um bloco já o faz consciente das possíveis limitações ambientais para sua exploração.

No parecer técnico de janeiro, o instituto reclama que, mesmo o leilão do bloco 59 tendo ocorrido há dez anos, em 2013, "não se compreende por que não fora realizada uma AAAS" na bacia do Foz do Amazonas "a despeito das complexas questões socioambientais apontadas previamente" e dos "diversos pareceres emitidos neste e em outros processos de licenciamento ambiental que

envolvem a região*

Em seu posicionamento, a Petrobras reitera que não há obrigatoriedade legal para a realização de uma AAAS, mas que foram realizados outros estudos de um pacto para a região que podem ser utilizados.

Estatal argumenta que possui "experiência na utilização de instrumentos aplicáveis para empreendimentos de maior complexidade ou com maior grau de incertezas".

Diz, ainda, que as descobertas feitas durante a etapa de perfuração podem ajudar na "complementação das lacunas de informação"

*Em uma região sensível

como a foz do Amazonas, e de forma mais ampla, toda a margem equatorial do país, é fundamental realizar a avaliação ambiental de área se diminuir. Fere a lógica dizer que a AAAS que define áreas aptas ou não para exploração, possa ser descartada", afirma Suely Araujo, ex-presidente do Ibama e diretora do Observatório do Clima.

No parecer técnico, o insti-
tuto diz que os estudos reali-
zados previamente ao licen-
ciamento "são prioritários e
essenciais para a compreen-
são da adequabilidade" do
empreendimento à região. O
Ibama reconhece que não há
previsão legal para exigência
da AAAS, porém, alerta à pe-
tróleo que a autorização de
perfuração não garante a via-
bilidade das etapas seguintes.

"A ausência de avaliação ambiental estratégica, como a AAAS, e outros instrumentos de gestão ambiental, dificulta expressivamente a tomada de decisão a respeito da viabilidade ambiental da atividade, inserida em uma área de notória sensibilidade socioambiental e de nova fronteira para a indústria do petróleo", conclui o instituto.

Procurado pela reportagem, o Ibama afirmou que a Petrobras apresentou como base da viabilidade do empreendimento um Estudo/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), mas que "a AAAS tem um propósito totalmente distinto. é um instrumento de planejamento estratégico do governo para toda a região em que está situado o empreendimento" e que este "proporcionaria mais segurança à decisão do licenciamento".

A Folha, a Petrobras reafirmou que já apresentou estudos socioambientais para o empreendimento e que a AAAS depende dos ministros. Ainda afirma que, para a exploração da Bacia de Santos, o pré-sal, foram apresentados estudos mais aprofundados apenas após a fase de perfuração.

"À despeito de não ser responsável das empresas, a Petrobras se coloca à disposição dos órgãos de governo para colaborar em uma possível AAAS ou outro estudo de caráter regional que possa suportar a decisão sobre o futuro desenvolvimento da produção na região, caso haja descoberta decorrente do poço a ser perfurado em águas profundas", disse a empresa em nota.

O licenciamento ambiental do bloco 99 da foz do Amazonas está em fase avançada, faltando o Ibama analisar o plano de emergência e uma simulação de resposta a desastres. O processo avançou, sobretudo, durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), que enfraqueceu e aparelhou as instâncias de fiscalização e licenciamento.

Há a preocupação de que a eventual liberação dispare um efeito em cascata para outros blocos ainda não explorados na região, que é considerada ambientalmente delicada.

O bloco 59 fica a cerca de 160 km da costa do Oiapoque (AP) e a 500 km do local exato da foz do rio Amazonas. A área abriga ainda os maiores manguezais do Brasil, na costa do Amapá, e imensos sistemas de recifes de corais, que foram descobertos recentemente e sobre os quais ainda se sabe pouco.

A exploração da foz do Amazonas é tida por ambientalistas como um dos empreendimentos de maior potencial de impacto no país. Atualmente, junto com o asfaltamento da BR 319, rodeia via que corta a Amazônia e a Ferrogrão (projeto de ferrovia que tem como objetivo escoar a produção de grãos do Centro-Oeste por portos da região Norte).

Na última sexta (24), na contramão do discurso ambientalista e de mudança na matriz energética nacional, o Ministério de Minas e Energia anunciou planos para escalar a produção nacional e tornar o Brasil o quarto maior produtor mundial de petróleo — hoje é o oitavo, segundo a Administração de Informação Energética dos EUA.

O projeto Planeta em Transe é apoiado pela Open Society Foundations

classificados

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse
folha.com/classificados

11 3224-4000

FORMAS DE PAGAMENTO: Cartão de crédito, débito em caixa, boleto bancário ou pagamento à vista



PARA ANUNCIAR NA
CLASSIFICADOS FOLHA
11/2234-4000









ADVOCACIA Especializada em
1965 com 38 anos de experiência

Assessoria e Representação
Atuação em todos os setores
do trabalho

Assessoria para labor e distribuição
Prestação por contrato

11- 95081-0143

2362-0162 - 2361-5364
2366-8842 - 2362-3214

ASSINE A FOLHA

folha.com/assine

esporte

Atletas trans sob o olhar da ciência

Falta estudo sobre torneios de elite, mas no esporte amador inclusão é regra

ANÁLISE

Bruno Gualano

Professor da Faculdade de Medicina da USP, especialista em Fisiologia do Exercício

A World Athletics anunciou medidas que endurecem a elegibilidade de mulheres trans no atletismo. As que passam pela puberdade masculina — período no qual há uma explosão na produção de testosterona — ficam proibidas de participar de competições que contam para o ranking mundial. Sebastian Coe, presidente da organização, justifica a decisão “pelo princípio de proteger a categoria feminina”. Atletas trans são uma ameaça ao esporte feminino? Como a transição hormonal afeta o desempenho atlético não é uma dúvida trivial. Ao contrário do que muitos uma ginam. Um artigo recente revisou 24 estudos sobre o tema. Os resultados, em conjun-

to, apontam que após quatro meses de tratamento hormonal mulheres trans reduzem seus níveis de hemoglobina — proteína transportadora de oxigênio essencial em provas longas — e valores vistos em mulheres cisgênero (as que se identificam com o sexo de nascimento).

Por outro lado, mulheres trans apresentam mais força e massa muscular do que seus pares cis, mesmo após 36 meses da transição hormonal. Acredita-se que a exposição crônica à testosterona (antes da sua supressão terapêutica), imprimiu nos músculos uma espécie de “memória” de produção de força e hipertrofia, pronta para ser ativada mediante estímulo, como o do treinamento.

Ainda não sabemos por quanto tempo persistirá a tal memória muscular, em particular quando induzida pela puberdade masculina. E, para além disso, princi-

[...]

Pessoas trans são pouco estudadas, em particular no contexto esportivo. A ciência, infelizmente, reflete e intensifica a marginalização social que aflige essa e outras minorias

palmente, desconhecemos até que ponto adaptações fisiológicas pregressas à transição hormonal confeririam vantagens competitivas nas diferentes modalidades esportivas. A pretensa memória à testosterona é um fator entre uma miríade de outros (fisiológicos, físicos, psicológicos, cognitivos, nutricionais, genéticos etc.) que, em todas as suas combinações possíveis, poderiam influenciar o rendimento de uma atleta de elite.

Pessoas trans são pouco estudadas, em particular no contexto esportivo. A ciência, infelizmente, reflete e intensifica a marginalização social que aflige essa e outras minorias

Diante da aridez de evidências, a competição de mulheres trans e cis em uma mesma categoria restou como um dos maiores dilemas enfrentados pelo esporte de elite. Isso seria possível somente se não fossem violadas a igualdade e a integridade da competição algo que a ciência ainda não foi capaz de apurar.

Quem enxerga “multidão identitária” em tudo está fadado a ignorar as genuínas vidas científicas que permeiam o tema, interligando o que será um legítimo debate. Está criado o terreno para opiniões sem lastro na realidade.

Notem a paleta de que a inclusão de trans dizimaria o esporte feminino — argumento que embasa numerosos pro-

jetos de lei que tramitam nas esferas municipal, estadual e federal. Agora examinemos o caso concreto dos Jogos Olímpicos do Rio, que teve em disputa 460 medalhas por 4.700 atletas femininas. Sendo que as mulheres trans perfazem aproximadamente 0,6% da população, esperar-se ia a participação de cerca de 28 delas, com chances de umearharem ao menos a medalha.

Fato é que nenhuma trans competiu no Rio. (A primeira e única trans olímpica foi a levantadora de peso neozelandesa Laurel Hubbard, que em Tóquio terminou na última colocação geral).

É cabível que a justiça competitiva seja o mote que emaranha a discussão de elegibilidade das trans no esporte de elite. Mas no esporte recreativo é a inclusão que deve ditar o jogo. Esse é o princípio norteador do novo consenso da Associação Atlética Universitária Nacional (EUA), que propõe ações sistêmicas e estruturas focadas em educação, saúde e gestão para combater preconceitos da comunidade esportiva, garantido o lugar bem-estar ao atleta trans.

Em sociedades tomadas pelas violências da transição, a modalidade ingloria na qual o Brasil ocupa o topo do pódio — a disputa das mulheres trans parece ser menos por medalha do que por visibilidade.

Há 60 anos, Bolívia vencia o Sul-Americano e hoje sonha em voltar à Copa

SÃO PAULO Em 31 de março de 1963, dirigida por um caçador, a seleção boliviana derrotou a brasileira por 5 a 4 para chegar ao grande jogo único título de sua história. Em La Paz, conheceu a glória no Campeonato Sul-Americano, hoje chamado de Copa América.

A Bolívia reeditou suas últimas jornadas conseguindo impor seu maior volume de jogu, relatou a Folha. “O conjunto local do ranee todo o transcorrer da partida foi superior”.

Era a rodada final do torneio, disputado por sete times em sistema de pontos corridos. O Brasil, com uma formação alternativa, já não tinha mais chance de levar a taça, mas a lder Bolívia ainda era ameaçada pelo Paraguai e precisava da vitória.

Ao fim do primeiro tempo, o placar no estádio Hernando Siles marcava 2 a 2, gols de Ugarte e Camacho pelos anfitriões, Marco Antonio e Almar pelos visitantes. Ugarte e García colocaram os donos da casa em vantagem mas dois tentos de Flávio igualaram o marcador. Ia aos 41 minutos da etapa final, Alejandro superou o goleiro Siles. A festa é até hoje lembrada como o grande momento do futebol boliviano.

Pouco importava para os bolivianos que a competição não tenha sido disputada em alto nível. Até porque com nível alto dificilmente teriam grandes chances. Nem na altitude. Os mais de 3.600 m de La Paz foram um dos motivos para a realização de um campeonato esvaziado. Uruguai preferiu não encará-la situação. Argentina e Brasil enviaram equipes com jogadores desconhecidos. O Chile, por questões geopolíticas, não jogou.

O sucesso jamais foi replicado. Em 1993, sob comando do espanhol Xavier Azkargorta, a seleção obteve histórica classificação para a Copa do ano seguinte. Era a geração de Baldi, e Echeverry, que também fez barulho na Copa América de 1997. Os donos da casa foram até a final, realizada no mesmo palco do triunfo de 1963, mas na revanche deu Brasil. Com o fim daquela geração o país “nunca mais foi ao Mundial”. Marcos Guedes



MUSEU DA CONMEBOL COLOCA ESTATUA DE MESSI AO LADO DAS DE PELÉ E MARADONA

Entidade escolheu o jogador para homenagear o tricampeonato mundial conquistado pela Argentina; o museu fica em Luque, Paraguai

Casas Unidas/Reuters

Libertadores não é parâmetro

E há um novo clichê a derrubar, ‘Champions League é outro esporte’; não é!

Paulo Vinícius Coelho

Jornalista e autor de “Escola Brasileira de Futebol” Cobriu Copa e oito finais de Champions

Há quase 20 anos uma frase se repete nos debates sobre futebol: “Estadual não é parâmetro”. A tese era reforçada pelas dez primeiras edições do Brasileiro por pontos corridos. Só três campeões de seus estados foram campeões nacionais — Cruzeiro (2003), Flamengo (2009) e Fluminense (2013). Contraste com os últimos dez anos, em que seis vezes o melhor time do Brasil foi também o ganhador em sua terra natal: Cruzeiro (2014), Corinthians (2017), Flamengo (2019/2020), Atlético-MG (2021), Palmeiras (2022).

É sempre melhor ser campeão, razão pela qual Palmeiras, Flamengo, Fluminense, Grêmio e Atlético-MG não têm de se recusar a ganhar os finais, que começam neste fim de semana. Isso não tirará a possibilidade de vencer o Brasileiro depois.

Dos cinco finalistas listados, o Grêmio parece ser o mais distante de ser campeão em dezembro, o Fluminense está em plena evolução e o trio Atletico-MG, Flamengo e Palmeiras é candidato em todos os torneios.

Mudou. Estadual não é parâmetro. E a Copa do Brasil?

O Palmeiras de 2020 e o Flamengo de 2022 ganharam o mata-mata nacional no mesmo ano em que conquistaram a Libertadores, e o Atlético venceu o Brasileiro e a Copa do Brasil na mesma temporada de 2021. Neste caso, a conclusão é que o parâmetro é econômico.

Os times de maior investimento têm sido os mais vencedores, e isso vale para a hegemonia brasileira na América do Sul.

A vantagem é técnica, porém o aspecto financeiro é muito importante. Lembro

me da semifinal contra o Flamengo, em que eles estrearam dois jogadores e nós não podíamos contratar ninguém”, lembra-se o técnico argentino no Fabián Bustos, do Barcelona de Guayaquil.

Refere-se às chegadas de David Luiz e Andreas Pereira, nas semifinais de 2022, contra o Bahia equatoriano. Desde que a Libertadores começou a ser disputada pelo ano inteiro, só brasileiros, argentinos e Barcelona conseguiram ficar entre os quatro melhores.

Engana-se quem pensa que a supremacia do Brasil é técnica

ou tática. O dinheiro permite reparar jogadores especiais, como Everton Cebolinha, ter jogadores de Copa do Mundo, como De Arrascaeta e Weverton, e manter elencos por períodos mais longos do que ocorria no passado.

O Palmeiras perdeu Danilo e Scarpa, o Atlético deixou Saim Natcho e Jair. O Flamengo manteve todos os titulares, menos Rodinei. Era diferente quando o Cruzeiro de Alex sabia que vendia sua estrela no ano seguinte ou o Corinthians perdia seus titulares campeões em 2015 em janeiro do ano seguinte.

É difícil saber se as grandes times do Brasil perdem menos jogadores porque revelam menos gênios ou se isso acontece pela força financeira, pelo menos dos mais estruturados.

Perceber haver uma mistura dos dois fatores.

O dinheiro atual é suficiente para começar a Libertadores

mesmo no meio das finais estaduais, sabendo que o sucesso em uma competição não estaria relacionado ao fracasso em outra. O estadual é indiferente. O planejamento é que faz diferença. Na contramão do oba, o atual soberano das equipes nacionais na América do Sul (desde 2019 o taça não sai do Brasil), o Mundial de Clubes tem mostrado que Libertadores não é parâmetro.

Com seleções não é muito diferente. Em 1957, a Argentina ganhou seu “Campeonato Sul-Americano (a atual Copa América). Era soberana no continente e se julgava favorita para a Copa da Suécia, em 1958. Foi eliminada na fase de grupos na goleada de 6 x 1 ante a Tchecoslováquia.

Projeto agoroso e acabar com outro clichê, mais recente do que aquele que diz: “Estadual não é parâmetro”. O lugar comum a derrubar: “Champions League é outro esporte”. Não é

GELO E GIM

Daniel de Mesquita Benevides
folha.com/geleogim

As aventuras etílicas de Vinicius de Moraes em Londres

Ainda faltavam 20 anos para o surgimento da bossa nova. Vinicius estava na Inglaterra. Havia recebido uma bolsa para estudar língua e literatura britânicas em Oxford. Aos 24, tinha o mundo pela frente. Muito desse mundo se passaria em bares ou entre lençóis, com livros em volta e o violão. Beber, amar, tocar. Precisa mais?

Numa de suas "Crônicas Inéditas" (org. de Eucanaã Ferraz e Eduardo Coelho, Companhia das Letras), ele conjuga os dois primeiros verbos com volúpia pós-adolescente. O contexto não era dos mais sedutores, porém. A Segunda Guerra Mundial ameaçava estourar a qualquer momento "gigantescas máquinas

dentadas se aproximavam..." Na austera Universidade de Oxford, Vinicius vinha penar, para entender o "Beowulf" e a etiqueta britânica. No jantar inaugural, sob o olhar atento de Dumbledores e Snopes, cometeu alguma gafe. Seu castigo foi beber de um caneco gigantesco, com cerveja suficiente para "afogar um recém-nascido". Metade da poção goiela abaixo, achou que botaria "cerveja pelos ouvidos", mas foi até o fim e acabou aplaudido pelos colegas. Hurry!

Experimentaria outra vez a entusiástica torcida daqueles que jogariam nas trincheiras. Foi, como detalha "Pique em Piccadilly", ao exibir-se para uma certa "amiga ves-

tida de verde". Do alto de umas pintas e outro tanto de uísque, sobe pela vertiginosa escada da rolante do underground londrino no sentido contrário. "Come on, old fellow!", incentivam os ingleses.

No fim da escalada decede escorregar, a "uma velocidade de mais rápida que o pensamento", pela "tábua lisa, tão bem envernizada" que cobra o vão entre as escadas. Talvez aí, o uísque tenha de fato escorrido pelas orelhas.

Antes, no quarto em que estava hospedado, Vinicius abre uma das garrafas de sherry (jerez) que tinha comprado no pub ao lado, para satisfazer a sede da amiga. "Minha carne fez-se imaterial ao servir

eu o primeiro cálice de sherry". A gusa de brinde "quis o amor" que o tim-tim viesse na forma de um "longo beijo cheio de renúncia física".

A mistura do tom informal ao elevado serve ao romantismo exagerado, juvenil. Então o poeta observa, com primária de ávido bebedor: "O sherry é uma bebida indigna, porque doce, mas extremamente plástica, assumindo com perfeição a forma do interior da boca". O ca, or da bebida faz nascer "duas rosas na face" da amiga de verde.

A essa altura, ela no sherry, ele no uísque, "a cúpula do Museu Victoria and Albert, visível da janela, desdobrou-se em duas ou três, muito lentamente agitadas pela tensão das múnhas celadas". Flutuando nos fumos alcoó-

licos, decidem ir ao Café Royal, bar-restaurant referência em Londres, onde Oscar Wilde, que hoje nomeia um de seus salões, batia ponto. Virginia Woolf, Muhammad Ali e Bowe são outros de seus visitantes ilustres. Sem libras nos bolsos, Vinicius, apenas um poeta premiado, pediu fiado.

O Dot é uma das receitas do "Café Royal Cocktail Book" de 1937, um ano antes dos episódios dessa crônica. O indigno sherry puxa o carro.

Na mesma Oxford onde Vinicius devorava Keats, escrevia boa parte de seu "Poemas, Sonetos e Baiadas", e apanhava no boxe, Jason Clapham, professor de inglês, adaptou as indicações originais, trocando o Centreau pelo rum. É bom, mas a mistura quase centenária e ainda melhor.

- 4 DOT
- 30 ml de gim
 - 15 ml de jerez fino
 - 75 ml de brandy de damasco
 - 75 ml de licor de taranja
- Mexa os ingredientes com gelo e coe para uma taça coupe gelada



MANIFESTANTES TENTAM ESCALAR A CÉLULA DA PRISÃO ENTRE CAZA E IIRAKI. Desde 1976, palestinos celebram o Dia da Terra em 30 de março, com atos que recordam a luta pela desapropriação de seu território por Israel. Mohammed Abed/AP

ACERVO FOLHA
31.mar.1923

Homem morre em batida entre carro e bondes

Um homem de 20 anos morreu e outras quatro pessoas ficaram gravemente feridas em um acidente na avenida Celso Garcia, no Bras, em São Paulo, na sexta-feira (30).

O carro, que se dirigia para a Penha, chocou-se violentamente com um bonde e foi parar do outro lado da via. Só que por lá passava, justamente naquele momento, outro bonde elétrico. O automóvel ficou comprimido entre os dois veículos da Light.

Os passageiros do automóvel foram retirados dos escombros do carro, que ficou espatifado. Um deles não resistiu aos ferimentos e morreu na Santa Casa, na manhã deste sábado.



LEIA MAIS EM
acervo.folha.com.br

Menina russa faz desenho em apoio à Ucrânia, e seu pai acaba preso

Valerie Hopkins

MOSCÚ | THE NEW YORK TIMES. Aleksei Moskaliov não esperou para ouvir sua sentença por "desacreditar as Forças Armadas russas" na terça-feira (28). Para ele, anos atrás das grades por postagens nas redes sociais pareciam o desafio inevitável. Por isso, tirou sua torçãozeira de rastreamento e fugiu da prisão domiciliar, mas foi detido nesta quinta (30).

Com a tentativa de fuga, Moskaliov, que é pai solo, deixou para trás sua filha Maria, de 13 anos. Conhecida como Macha, a menina passou o último mês em um orfanato público, proibida de se comunicar com o pai.

Moskaliov foi condenado por um tribunal local e sentenciado a dois anos de prisão pelas publicações que fez após as atrocidades russas cometidas em Butcha e em outras partes ocupadas da Ucrânia.

Para defensores dos direitos humanos, a perspectiva de separação de longo prazo entre pai e filha represent

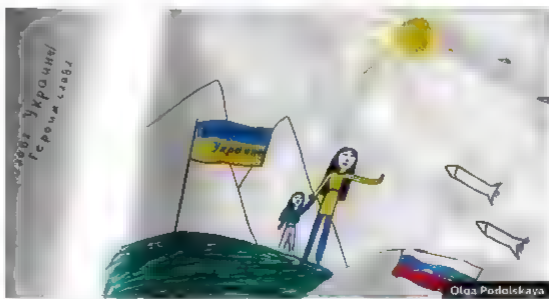
ta um nível assustador de repressão. "O horror está no fato de o Estado, representado pelas autoridades tutelares, a polícia, a promotoria pública e os tribunais conscientemente e com crueldade calculada separarem pai e filha", diz Andrei Kolesnikov, membro sênior do Fundo Carnegie para a Paz Internacional.

Vladimir Bilenko, advogado de Moskaliov, disse que a notícia da partida de seu cliente foi um choque.

Antes da prisão, Moskaliov crava aves ornamentais em seu pequeno sítio, disse ele em entrevista a um observatório russo dos direitos humanos, o OVD Info.

Suas publicações chamam a atenção das autoridades em abril de 2022, quando uma professora de arte da escola de Macha tentou angariar apoio às forças militares russas entre os alunos.

A contribuição da menina, no entanto, foi o desenho de uma mãe e uma filha segurando uma bandeira dizendo "Glória à Ucrânia" que estava no caminho de um fogue



Desenho mostra mãe e filha diante de bandeira com frase de apoio à Ucrânia. Twitter, @WorldWarPru

O horror está no fato de o Estado, representado pelas autoridades tutelares, [...] conscientemente e com crueldade calculada separar pai e filha

Andrei Kolesnikov, membro sênior do Fundo Carnegie para a Paz Internacional

te russo. "Não à guerra", ela acrescentou à imagem.

O diretor da escola nega ter alertado as autoridades, mas no dia seguinte, pai e filha foram levados por policiais e pelo serviço de proteção à infância.

Moskaliov foi informado que investigadores haviam encontrado caricaturas de Putin e que ele estava sendo investiga

do por uma postagem que dizia: "O Exército russo. Os perseguidores estão perto de nós".

Ele foi multado em 32 mil rublos, cerca de R\$ 2.000, e no dia seguinte sua filha foi levada por investigadores do Serviço Federal de Segurança, órgão sucessor da KGB soviética.

As autoridades tentaram pressionar pai e filha a apoiarem a guerra publicamente. "Sugerram que Macha liderasse algum tipo de time juvenil em apoio às tropas russas", disse o pai ao OVD Info, "mas eu recusei educadamente".

Em 30 de dezembro, diz Moskaliov, cerca de 12 investigadores revisaram sua residência e o levaram para ser interrogado.

Desde que a invasão da Ucrânia começou, em fevereiro de 2022, quase 6.000 russos já foram acusados de desacreditar o Exército. A uniformidade é do OVD Info, que também monitora a repressão política. A maioria dos casos foi resolvida com multas, mas a reincidência pode levar a um processo criminal e uma sentença de anos de prisão.

Tradução de Clara Allain

A trovadora

Adriana Calcanhotto lança "Errante", seu 13º álbum, sobre o nomadismo do ofício de cantora, e prepara tributo a Gal Costa

FOLHA DE SP PAULO
SEXTA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 2023

Gustavo Zeisel

SÃO PAULO Tudo é branco. A roupa larga, os lençóis tremulando no varal, a louça inteira, alheia ao vento. Adriana Calcanhotto, de 57 anos, erra pelo jardim até encontrar o interior da casa. No clipe do single "Horário de Verão" que integra "Errante", seu 13º disco, lançado nesta sexta-feira, a cantora e compositora fuma um cigarro e rucamente e passa um café, só, na cozinha vazia. "Pudesse ser assim/ Você gostar de mim/ Houvesse modo de fazer o amor obedecer", diz o poema.

O amor quimérico se arrasta no tempo espaço, encontrando a forma de um samba canção. No som, melinda derramada. No verbo, o modo subjuntivo, indicando fantasia e desejo irrealizado.

Mas não as noites brancas. O dia ensolarado, páldio. Na arte lírica, coube ao balé romântico consagrar a união de todas as luzes como procedimento estético. A linguagem balética denominava ato branco a seção da coreografia, em que silêndes, ninfas e driades dançavam a realidade num ambiente etéreo e idealizado.

Em "Les Sylphides" de 1909, o coreógrafo russo Michel Fokine apropriou-se da tonalidade para elevar a brançura à abstração. Pela visualidade, a interpretação do que se passava em cena tornava-se cada vez mais livre. Do mesmo modo, Adriana opera em "Horário de Verão" uma imagem indeterminada, ocasionada pela pretensa ausência semântica da cor branca.

"É uma ligação com a folha branca ou a tela branca, que transmite as possibilidades de uma linguagem aberta", diz ela, filha de bailarina, em entrevista por videoconferência. "A ópera também tem isso que me fascina — os espetáculos de música como filmes de arte, que é o que faz a Maria Bethânia. A luz conversa com o figurino, assim como a letra, a música e até a marcação". Em comum às três manifestações artísticas está o lirismo, tão caro à poesia. No clipe do single "Pra lhe dizer", o riff matador do violonista Davi Moraes anuncia a canção como um ringtone capaz de tirar o sono dos ouvintes.

Com a mesma estética vaporosa, a roupa larga de Adriana confere um sentimento de lassidão ao eu lírico, consciente de que o deixo é a morada da poesia. Na instância discursiva, a expressão "pra lhe dizer" se filia à poética nordestina, determinada pela oralidade na escrita e no cancionário regional. "Pra lhe dizer que eu vou trocar de sono. Eu vou mudar de você".

A luz da sintaxe, a autora rompe o sentido do segundo verso, propondo uma relação ambígua entre os elementos do complemento verbal. O pronome "você" indetermina o nome do ser amado, onde seria natural a presença de um termo designando lugar.

As onze faixas de "Errante" versam sobre a vida de uma artista que anda pelo mundo em turnês "divertindo gente, chorando ao telefone", como dizem os versos de um de seus maiores sucessos, "Esquadras" do álbum "Senhas", lançado ainda no ano de 1992.

Continue na pág. C4

A cantora e compositora
Adriana Calcanhotto
em entrevista por videoconferência

19ª

SP—ARTE

29 março—
02 abril 2023

Garanta o seu
ingresso online

Pavilhão da Bienal

CULTURA

Itaú

vivo

IGALUMI

Unipar

SP—ARTE

PAVILHÃO DA BIENAL

INTERIORES

@sp.arte
sp-arte.com

ilustrada

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

EFEITO BUMERANGUE

O quadrinista Mauricio de Sousa, 87, não largou como favorito na disputa à cadeira outo da ABL (Academia Brasileira de Letras), mas virou o jogo depois de ter sua candidatura desenhada por outro concorrente

VIRDO O criador da Turma da Mônica é muito bem visto na casa e conta com apoiadores de peso, mas, até dias atrás não tinha votos suficientes para derrotar o filólogo Ricardo Cavaliere, 69, um intelectual com ótimo relacionamento entre os imortais

DE CASA Cavaliere é apadrinhado por Evanildo Bechara, um dos principais filólogos do país e membro da instituição desde 2005. Ele também participou há décadas de palestras, debates e conferências promovidas pela ABL, o que traria ainda mais força ao seu nome

VISTO A Mauricio caberia entrar na disputa "para ganhar experiência" e tentar de novo na próxima eleição. Mas tudo mudou quando o debate sobre até que ponto uma possível vitória do artista seria possível para a ABL ganhou força nas redes, com repercussão nacional e internacional

PANTEÃO Ao ter sua relevância para a literatura nacional posta em xeque, ganhou o afago de antigos fãs e o reconhecimento de nomes fortes da cultura brasileira, como Paulo Coelho. Fernanda Monte-negro e Gilberto Gil. São três "puxadores de voto" relevantes, que explicariam, em parte, o bom desempenho de Sousa nos últimos dias.

CAIU A FICHA Tamanho prestígio surpreendeu integrantes da cúpula da ABL, que demonstraram a perceber a força midiática de Mauricio. Elegante, o cartunista não rebatue seu crítico e continuou movimentando-se nos bastidores.

FILA DE ESPERA Boa parte dos imortais da ABL que votaria no filólogo recalcou sua rota: Mauricio passaria a envergar o fardão já a partir da próxima eleição, e Cavaliere, 69, esperaria mais um pouco até abrir uma próxima vaga.

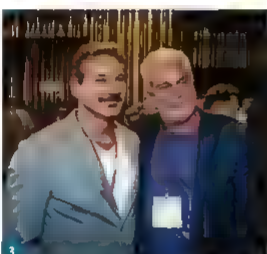
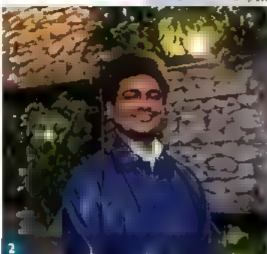
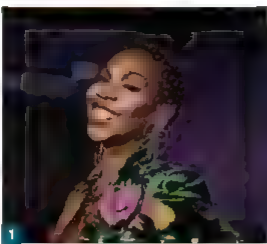
SURPRESA Advogados que representam o humorista Marcus Melhem afirmaram ter recebido com estranhamento o convite para uma reunião feita pela ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, a atriz que acusou o humorista de assédio. De acordo com os defensores, Melhem nem sequer é considerado réu para ter a sua presunção de inocência questionada dessa forma.

SURPRESA 2 Estranha que o Ministério das Mulheres desse governo que sempre clamou pelo devido processo legal e pela presunção de inocência receba mulheres que se dizem vítimas do ator que sequer é réu, afirmam os advogados José Luis Oliveira Lima e Letícia Lins e Silva.

LUPA O Ministério da Saúde cobrou do Conselho Federal de Medicina explicações sobre quais medidas a autarquia vem tomando para reprimir profissionais que projetam informações falsas contra as vacinas disponíveis no país. O órgão afirma que de desinformação tem trazido prêmios à população. Procura do, o CFM não respondeu

com Cleo Guimarães (interina), Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

GRAMOFONE



A rapper Karol Conká **se** compareceu ao evento que apresentou as novidades do Grammy Latino 2023, o "Por Dentro do Latin Grammy", realizado na sede do YouTube, em São Paulo, na terça (28). O rapper Criolo **é** esteve lá. O diretor da distribuidora Altafonte, Alex Schiavo **é**, e o diretor-geral da Sony Music Publishing Brasil, Aloysio Reis, também participaram

AMPLA DEFESA Defensor da teoria de que fumar machuca "só faz bem", o produtor cultural e escritor carioca Bruno Levinson vai lançar o livro "Baseado em Papos Reais", em que sustenta seu ponto de vista com argumentos próprios e depoimentos de 20 pessoas que pensam da mesma forma.

DEFESA 2 Levinson teve a ideia de escrever o livro: exaltação àerva ao se deparar com a declaração do produtor, pesquisador, compositor e jornalista Nelson Motta de que fuma quase diariamente há 55 anos.

DEFESA 3 O livro será lançado em 10 de julho e não se restringe a depoimentos de artistas e ativistas, como Ricardo Petraglia, Fernanda Abreu, MV Bill e Marcelo D2, entre outros. Um médico, um historiador, uma ex-defensora pública e juíza federal aposentada, um promotor de Justiça e um delegado também expõem suas vivências e pensamentos (positivos) sobre a maconha.

DECORATIVO Pouca gente viu os 19 vestidos que o estilista libanês Elie Saab trouxe para expor em um evento com festa e show de Seu Jorge na quarta (29), em São Paulo. E olha que não foi fácil (nem barato) tê-los à disposição nesta noite.

DECORATIVO 2 Para exibi-los, ele precisou desembolsar R\$ 317,526,00 pago para liberar, junto à Receita, os vestidos, uma jaqueta e quatro bolsas de sua grife de luxo rodados no aeroporto de Guarulhos (SP).

CASANOVA Ícone do evento do Rio de Janeiro, o Noites Cariocas ocorrerá pela primeira vez em São Paulo nesta terça (4), a princípio em noite única, fechada para convidados, e com novo nome: Noites Cariocas Pricless. Gilberto Gil é a atração de um pocket show

Livro do autor Jefferson Tenório, 'O Averso da Pele' chega aos palcos

Montagem do Coletivo Ocutá dirigida por Beatriz Barros discute o racismo e a precariedade do ensino público

Diogo Bachea

SÃO PAULO A diretora Beatriz Barros se juntou ao Coletivo Ocutá, grupo recém formado por atores jovens, negros e gays, para levar aos palcos "O Averso da Pele", livro de Jefferson Tenório, com drama, humor e dança.

A peça homônima, em cartaz no Sesc Avenida Paulista, conta a história de Henrique, um professor assassinado, pela perspectiva de Pedro, seu filho, que tenta reconstituir o passado dos pais. A plateia entra na sala de exibição por uma porta que dá acesso ao palco. A meia luz azul e a fumaça que preenchem o ambiente dão ao público a sensação de entrar em uma instalação sensorial.

O espectador atravessa o espaço de performance e tem que desviar de uma pilha de livros que ocupa o centro da sala para chegar às cadeiras. Ao se sentar, mesmo que nas últimas fileiras, fica a apenas alguns poucos passos do palco.

Na faixa dos 40 e poucos anos, os quatro atores do coletivo, Marcos Oli, Bruno Rocha, Alexandre Ammanno e Vitor Britto, que tam-

bém é assistente de direção da peça, se revezam entre os personagens, como fragmentos de um único narrador. Eles já tinham se juntado para atuar quando convidaram Barros para a direção.

Enquanto procuravam a história que iam contar, o livro de Tenório caiu nas mãos dos artistas. Eles conseguiram permissão para adaptar a obra poucos meses depois que ela foi publicada, quando ainda era desconhecida.

O grupo conta que fazia os ensaios no apartamento de Alexandre, ambiente que antecipa a intimidade do teatro do Sesc. Atores e diretores trocavam perspectivas sobre a obra construindo aos poucos a performance.

"Vitor e Bia colocaram a mão na massa para trazer partes do livro para a encenação e eu, Bruno e Marcos e Vitor também, como ator, ficamos mais responsáveis por pegar as palavras e transformar em cena", diz Alexandre.

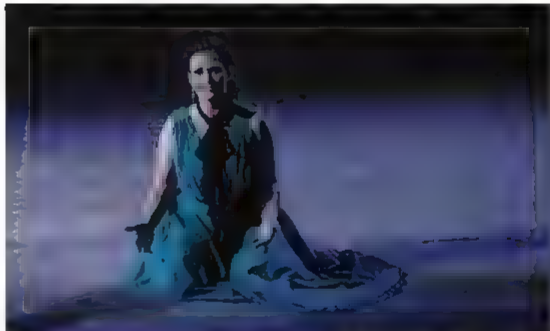
Os conflitos raciais marcam a vida dos personagens da peça. Estão na raiz de todas as perdas da narrativa, especialmente a do pai pelo filho. Henrique dava aulas de por-

tuguês para alunos revoltados com o ambiente escolar que os reduzia à posição de fracassados. Querida acreditar que podia mudar a vida deles, mas tinha que lutar contra o desânimo e a desilusão.

O averso do título é tudo que há por dentro e que define um indivíduo para além da experiência social. Sem dar respostas, a peça reflete sobre como conciliar a individualidade e as dores coletivas. O humor surge para mediar as reflexões.

"A gente está falando de temas muito importantes, mas muito pesados. O humor é um caminho muito inteligente para falar deles. É importante o constrangimento social que o riso traz quando é bem utilizado", afirma Barros.

Barros comprou a disputa pela atenção da plateia ao que fazia quando mais nova, ajudando a família a vender roupas em feiras de Pernambuco. "Na feira, você tem que seduzir muito rápido, porque a todo momento tem outra pessoa vendendo do seu lado", diz a diretora, que tenta levar a mesma sedução ao teatro. "Não posso perder a plateia. Não tenho esse direito."



A soprano Gabriella Pace na ópera 'Così fan tutte', de Mozart. Foto de Lauer/Divulgação

Montagem de 'Così fan tutte', de Mozart, explora dubiedades do texto no Municipal

ÓPERA

Così fan tutte

★★★★

Theatro Municipal, praça Ramos de Azevedo, sem número. Sex, a sáb às 20h; dom, às 17h. Até 1º de abril 12 dom. R\$ 12 a R\$ 158

Sidney Molina

"Será que elas sabiam desde o início quem são eles? Descobrem em algum outro momento? O que estamos dispostos a enxergar ou não?"

As perguntas da diretora técnica Julianna Santos, no programa da ópera "Così fan tutte", de Mozart, ainda ecoam após a estreia da montagem.

A história pode ser resumida assim: soprano, Fiordiligi, e barítono, Guglielmo, formam um casal, assim como mezzo-soprano, Dorabella, e tenor, Ferrando. Instigados pelo velho Don Alfonso, fazem o teste: Mozart compõe uma música variada, que aprofunda e refina ainda mais a trama. A orquestração é críativa, e os cantores solam sobre diferentes combinações instrumentais, com destaque para trompas e madeiras. A escrita vocal é extraordinária.

Para além das árias solo. É na combinação grupal que se dá o virtuosismo. O compositor desfilia duetos, trios, qua-

dras de Mozart com Lorenzo da Ponte, com quem o compositor havia feito anteriormente "As Bodas de Fíguro", de 1786, e "Don Giovanni", de 1787.

Tal como a maior parte das relações amorosas, a história é temperada por ironias e elipses. A piedade pode ser o primeiro estágio do amor, e uma tônica linha separa o crime passivo da positividade que promove aceitação e tolerância.

A montagem trabalha com poucos elementos cênicos: formas geométricas, o pavimento entre lixas e verde, e mesas e cadeiras, que de serventem a ideia da "Escola dos Amantes". Um ritmo udo da luz, a cargo de Wagner Antônio, faz o restante.

Mozart compõe uma música variada, que aprofunda e refina ainda mais a trama. A orquestração é críativa, e os cantores solam sobre diferentes combinações instrumentais, com destaque para trompas e madeiras. A escrita vocal é extraordinária.

Saulo Javan pôs sua voz poderosa a serviço de um Don Alfonso muito divertido, que combina com a versátil Desolina, de Chiara Santoro. Josi Santos dá profundidade psicológica a sua Dorabella, enquanto Michel de Souza do ta Guglielmo de uma extra-ordinária veia cômica. Aníbal Mancini imprime delicadeza a Ferrando, e Laura Pisanu ganhou o público já na primeira ária de Fiordiligi, "Come Scoglio", ou como um rochedo.

Antes que nos valores individuais, a força da montagem está na interação característica dos cantores. É enervável com a projeção das vozes pode ser maximizada pelo espaçamento entre eles no palco. Bastam dois ou três passos adiante, na direção do público, para melhorar o efeito sonoro e o equilíbrio com a orquestra.



Cena da peça 'O Averso da Pele', dirigida por Beatriz Barros e Vítor Britto. Matheus José Mano/Tôno/Gapo

Espectáculo em cartaz no Sesc faz adaptação brilhante do romance

TEATRO

O Averso da Pele

★★★★★

Direção: Beatriz Barros. Com Alexandre Arrimão, Bruno Rocha, Marcos Oti e Vítor Britto. Sesc Avenida Paulista - av. Paulista, 119, São Paulo. 14 anos. Qua. a sáb. às 20h, dom. às 18h. Até 2 de abril. R\$ 10 a R\$ 30.

Paulo Bio de Toledo

"O Averso da Pele" é um espetáculo excepcional porque faz com que as linhas da literatura saiam do papel e realmente ganhem vida no palco. Ao entrarmos no espaço,

chama atenção uma montanha enorme de livros que ocupa todo o palco. Quando o espetáculo começa, é dali que emergem os quatro atores. Eles saem de dentro dos livros. Das palavras escritas, surgem os corpos, os gestos, os sons, isto é, a carne do verbo.

Não por acaso, a dança ocupa papel central na adaptação do espetáculo. O grupo insere uma nova camada de musicalidade, o funk, que traz consigo toda uma explosão de danças, gestualidade e movimentos.

Não é só um detalhe. A alegria provocativa e insubmissa que emana dos ritmos do funk e de suas danças contrasta com o relato melancólico que organiza o romance. Sem deixar de falar da fra-

tura íntima causada pelo racismo, a versão teatral de "O Averso da Pele" também tem um gesto coletivo de resistência, a encarnação de um tipo alegre e urgente de revide social.

Talvez o momento mais decisivo da narrativa no livro seja quando Henrique, o pai do protagonista, da a melhor aula de sua vida em um colégio público da periferia de Porto Alegre, sobre "Crime e Castigo", de Fiódor Dostoiévski.

Ésti momento culminante, que será também trágico na vida do professor, acontece não porque ele consegue ensinar a beleza de um clássico, mas porque, de repente, Henrique diminui a distância entre ele, um professor negro, cheio de feridas íntimas e cic-

trizes, e os alunos periféricos.

O professor faz com que o romance russo desça de seu pedestal e se encontre com o cotidiano daqueles jovens. No espetáculo, o que é narrado no livro torna-se presente no palco. A aula é mesmo realizada em cena. O espaço cênico se transforma em uma ampla sala de aula.

Assistimos à aula irradiar nos corpos dos jovens e criar um espaço de aprendizagem. Os jovens atores representam as personagens do romance, mas também são os meninos e meninas da sala, com todo seu potencial de crítica, invenção artística e raiva que o racismo e a desigualdade sabotam todos os dias no Brasil.

Ivan Lins
A Gente Merece Ser Feliz
com... Gustavo Spinella
02.abr | Dom

Jane Monheit
12.abr | Qua
com... Vitor Britto
De volta ao Brasil

Informações: 11 5095-6100 | vendas online: sympla.com.br
baurbanstreet.com.br | @baurban_street

MINISTÉRIO DA CULTURA, VIVO E PRIO APRESENTAM

Alexandra Richter

Rodrigo Fagundes

GARGALHADA SELVAGEM

Christophe Duval

1 DE ABRIL A 28 DE MAIO
SEX. E SÁB. 20H | DOM. 17H

DIREÇÃO E ADAPTAÇÃO: **Guilherme Weber**

TEATRO **Porto** | VENDAS **Sympla**

APRESENTADO POR **vivo x PRIO**

PRODUÇÃO **WB** ENTERTAINMENT

GOVERNO FEDERAL **BRASIL**

PARTECIPANDO ESPECIAL: **Joel Vieira**
DIREÇÃO DE PRODUÇÃO: **Bruna Dornellas e Wesley Telles**

GOVERNOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO, BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO

GOVERNOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO, BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO

ilustrada

A trovadora

Continuação da pág. C1

Assim, os 38 minutos do disco são o resultado de uma elaboração que acompanhou a compositora desde o início de sua carreira na música.

Além de Moraes, que também toca guitarra, à banda do disco é formada por Domenico Lancillotti na bateria, no piano e na lira, Jorge Continentino, Marlon Sette e Diogo Gomes nos sopros, e Alberto Continentino no contrabaixo, que não se restringe à função harmônica e pontua sua gravidade em todas as melodias.

Adriana reflete assim, sobre o ofício de trovadora. Ela conta que pouco mudou desde a infância. Média, quando os poetas andavam pelas cidades, enquanto seus próprios poemas ao som do alaudê.

A turnê de "Errante" começa em maio, em Coimbra, Portugal, desembarcando no Brasil dois meses depois, em Porto Alegre, onde Adriana nasceu.

Desde 2015, ela é Embaixadora da Universidade de Coimbra, difundindo a língua portuguesa pelo mundo. Em 2018 e 2019, Adriana deu aulas de composição na universidade. Entre os portugueses, talvez seja ainda mais compreendida. Por lá, sente-se livre para interpretar poemas musicados da poeta Flávia Hassel Pais Brandão ou entonar em provençal, "Chanson do Il Mot Son Plan E Prim" ou "Canção de Amor Cantar Eu Vim", na tradução de Augusto de Campos —, do célebre trovador Arnaut Daniel.

"Eles têm uma ligação com a poesia um pouco diferente. A pessoa de Portugal é Camões", diz ela. "Nós consumimos mais poesia pela música, e eu descobri Portugal pelos livros, não os de história, mas

os livros de poesia mesmo."

Se erra pelo mundo fazendo da casa o corpo, como diz em "Nômade", Adriana leva a vida de uma erudita. Gosta de estar em casa, com os gatos e os livros. Ela se divide entre a oitocentista de canções, as ilustrações, a organização de antologias de poemas e até o jornalismo. Em 2014, foi diretora de redação do Público, de Portugal, preparando a edição de aniversário do jornal.

Entre a errância e o ocio, o disco é também um autorretrato da compositora, que usou fotografias 3x4 de antigos passaportes para ilustrar sua nova obra. Sobre tudo, as canções "Prova dos Nove" e "Quem te Disse?" tematizam a recém descoberta de sua ascendência judaica, de origem sefardita, graças ao trabalho de genealogia empreendido por uma amiga da artista.

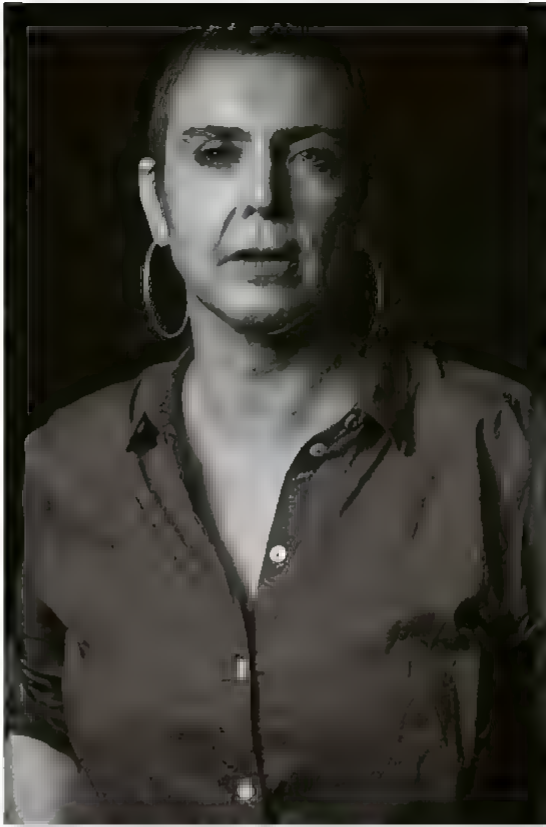
"Era algo que sempre intuí porque me identificava com a comunidade judaica, por esse lado do amor aos livros e por gostar muito de estudar", ela conta. "Em algumas situações, me sentia um pouco fora d'água. Agora, não mais. Tudo faz sentido com a descoberta."

"E em tudo o que faço sou não mais do que impostora (...). Parte do sangue judeu/ Um nome que não é só meu/ E a crença na alegria como prova dos nove."

Ao se assumir como impostora, o eu lírico adere à auto derisão do humor judaico e, depois, à utopia brasileira, a promessa de felicidade cunhada pelo modernismo.

"Prova dos Nove" introduz a identidade sonora do disco. Adriana alia a estridência dos metais às batidas eletrônicas próprias da caixa de ritmos.

Esse trabalho tem traços do



A cantora e compositora Adriana Calcanhotto. Lucas Sentes/Infrações

jazz, o que não tem a ver com a harmonização, mas com a liberdade de tocar sem combinar coisas antes, nos escutamos e vamos gravando" diz.

O humor irônico retoma em "Quem te Disse?", que celebra as possibilidades do amor. "Novinha, quem disse que o amor vê diferenças? / Afrodite, acredite / Reinha, dispa-se das suas penas. Tu me ensina a fazer renda aí ai ai ui"

Depois de emprestar o termo novinha, vocativo que com o péo do léxico do funk, a autora evoca a deusa do amor e da beleza, da mitologia grega. Ela une, deste modo, a cultura popular à erudita, tendo encontrado no rádio o veículo de massa ideal para a transmissão de sua poética.

"O meu ideal é fazer canções em que, a primeira leitura, você a compreende, mas, se você tiver os códigos, pode alcançar uma segunda camada, depois a terceira", afirma. "Eu me orgulho de olhar para a minha plateia e não conseguir dizer 'é tal tipo de gente' e gente, de todas as origens."

Já em "ai ai ai ui", o eu lírico assume um tom ludico, interpretando a expressão popular "tu me ensina a fazer renda" que ele te ensina a narração."

A irreverência, diz a cantora, tem origem na jovem Guarda, sobretudo na admiração que teve por Erasmo Carlos, morto em novembro do ano passado. Com ele, Adriana gravou sucessos como "Imoral, Ilegal ou Engorjado" e "Do Fundo do meu Coração". "Sempre admirei muito o jeito do Erasmo cantar. Ele também tinha o canto sem ornamento, rente à fala para entregar o texto", afirma Adriana. Dias antes, a morte de Gal Costa já mudara a artista de tristeza. Afinal, Adriana e Gal compartilhavam uma admiração mútua.

Continuação na pág. C5

Luedji Luna vai atrás dos afetos carnavais em nova versão de disco

Cantora, que faz show em São Paulo, vê o imaginário do amor negro sem tons místicos e marca espaço na MPB

Lucas Brêda

SÃO PAULO. Luedji Luna foi buscar em sua versão de 17 anos uma inspiração para sua arte. "Pe-le" música lançada na versão do xuxê de seu álbum "Bom Mesmo É Estar Debaixo D'Água", com dez músicas inéditas, foi a primeira composição que escreveu, inspirada pelo seu primeiro beijo.

"Foi muito impactante e potente. Me deu uma outra compreensão do mundo", afirma a cantora. "Achava uma música boba, sempre me recusava a falar de amor, mas esses discos marcaram esta mudança de chave".

Os dois volumes do disco — o primeiro, de 2020, e o segundo, de novembro de 2022 — não só trouxeram afetos à obra de Luna. Foram também os trabalhos que se consolidaram a carreira da baiana, que mostra seu novo show em São Paulo, nesta sexta-feira, depois de despojar em 2017, com "Um Corpo no Mundo", seu primeiro álbum.

O disco de estreia emplacou "Banho de Folhas", sucesso que já faz parte da trilha sonora da Bahia contemporânea e de uma nova música brasileira que pode ser tratada como MPB, mas vai além da sigla. Agora, Luna está mais perto de uma mistura de R&B com newjazz e de sonoridades africanas diversas

"Quando surgi, queria disputar a MPB, achava importante termos uma mulher negra compositora neste espaço", diz. "Mas o som que tenho feito, da pandemia para cá, é mais global. É música preta da diáspora. Há referências às vezes literárias em África como os afro beats, as guitarras do Quênia e do Congo."

Não é bem o tipo de música que domina as listas de mais tocadas no streaming no Brasil, mas Luna tem se sobressaído. Nos últimos anos, ela tem frequentado programas de TV, teve músicas nos trilhas de duas novelas, incluindo "Pantanal" (foi convidada de Anitta em um de seus esquetes de Carnaval, estreou séries de vídeo famosas no exterior, como Tlmy Deske e Colors, é patrocinada por grifes internacionais e tem shows na Europa para os próximos meses, além de ter sido indicada ao Grammy Latino).

No próximo domingo, apresenta uma renovação ao cantar no festival de comemoração do aniversário de Salvador ao lado de Caetano Veloso, Gilberto Gil e Ivete Sangalo, em evento com transmissão da Globo. Em janeiro, ela já tinha dividido o palco com a cantora no último Festival de Verão, na capital baiana.

São conquistas que, se não a chamam ao mainstream, pelo menos a colocam em disputa por um espaço entre a elite e



A cantora baiana Luedji Luna. Henrique Falcão/Infrações

a grande massa de músicos independentes do país. Luna enxerga no racismo um fator limitante e vê o sucesso de mulheres negras na indústria correr em velocidade diferente.

"Cantoras brancas em ascensão conseguem mais projeção, seguidores e dinheiro que qualquer cantora preta", ela diz. "O tempo para nós é mais dilatado para reconhecimento e captação financeira. Fazemos parte de uma geração que conseguiu achar brechas para ter autonomia, mas a indústria segue contemplando os mesmos corpos e vozes."

Se tornar seu som mais comercial não é uma opção, Luna conta com a inserção dos afetos como tema principal de sua obra. Os dois volumes de "Bom Mesmo É Estar Debaixo D'Água" expandem o entendimento do amor sob o ponto de vista da mulher negra.

"Nesses discos, quis construir uma outra experiência. Há o racismo, a solidão, mas também tem desejo, família, paixão, lesbianidade — enfim, muita coisa. Então, ocupar esse espaço de mulher preta que ama e é amada é muito rico."

Seu álbum mais recente é mais carnal e profano, afastando a cantora de um lugar místico intuído pela sonoridade etérea e que evoca a espiritualidade de sua música quanto ao seu ligação com o candomblé. É um peso do qual ela prefere se livrar.

"Uma vez, uma pessoa em Aracaju levou uma vela para um show e queria acender aquilo. Isso me incomodou muito. A gente acende vela é pra santo, pra entidade", diz Luna. "Quando decidi falar de amor e sexo, foi uma decisão de me humanizar."

A cantora ainda não faz tantos planos, mas deve seguir a rota das duas últimas obras. Na capa da primeira, ela aparece submersa. Na do segundo disco, surge com a cabeça para fora do mar. Agora, quer continuar na água "boando, mergulhada ou sobre ela", diz.

Luedji Luna

Áudio: av Francisco Matarazzo, 694 São Paulo, Santa-Feira (11), às 22h. R\$ 50 a R\$ 60 18 anos

Continuação de pág. C4

Ga, gravou duas canções de Adriana, "Esquadrões", no disco "Aquele Frevo Axé", de 1998, e "Livro do Amor", do álbum "A Pele do Futuro", que seria lançado duas décadas depois.

Agora Adriana subirá ao palco em um tributo a Gal intitulado "Causas Sagradas Permanecem", que estreia no Rio de Janeiro e chega a São Paulo em 11 de maio. "Devo muito a Gal e à minha construção do repertório e a paixão pelas muitas canções", diz Adriana.

"Errante" é um disco que sintetiza os procedimentos composicionais da artista. No samba de roda "Larga Tu" ou em "Era Isso o Amor?", ouve-se o som de seu violão, obra inventada por Adriana. O ritmo é o fundamento estruturante de sua música. Por isso, o violão, afina do um tom abaixo do padrão, repete até o paroxismo a batida do hip hop. Seu violão é um código aberto, tal como a indeterminação da cor branca, que domina seus cliques.

"I'm formless", diz "Love It" e não tem forma, em português. Repetindo a mesma batida, Adriana encaixa diferentes gêneros e, sobretudo, o hibridismo próprio da música brasileira. "Com três acordes, as pessoas podem tocar todo o meu repertório", diz ela, influenciada pelo minimalismo de Steve Reich e de Philip Glass.

Adriana faz canções subtraindo sílabas e acordes. Ela é o urves de uma poética econômica, que resulta numa interpretação todas as alcaças da tradição bossanovista.

Em cena, no entanto, a triunfadora encara o espectador com seus olhos de onda azul, ora verdes, senão do errante no tempo sílfide do terceiro milênio.

Disco tem poesia e som coerente, mas peca pela repetição

Errante

★★★★

Artista: Adriana Calcanhotto
Gravadora: BMG. Disponível nas plataformas de streaming

Sidney Molina

O deslocamento da prosódia nos versos iniciais de "Prova dos Nove" faz com que Adriana Calcanhotto abra "Errante", carregando em si um incômodo que percorrerá as faixas do disco.

De "Tenho o Corpo Italiano" segue-se "O Nascimento no Brasil", o que obriga mudar o ritmo da melodia do "funk entre aspas", pontuado desde o início por um ritmo sax barítono. A produção do disco procura manter-se no registro de uma banda que apenas toca junto, sem embarcar na adrenalina do show nem nas minúcias tecnológicas do estúdio.

O jogo entre erro e errância proposto por Adriana passa pela samba de roda "Larga Tu", sobre o amor fugaz, que deixa a vida levar mas atinge versão compositiva madura — no equilíbrio entre texto, melodia e arranjo em "Quem te Disse" ("que o amor vê diferenças?"). A dramaticidade inicial se resolve na segunda parte da faixa, centrada no salto melódico de sexta, sol, e presente em várias composições escritas por Adriana.

Um som compacto, coeso, cheio de variações nas repetições sustenta "Levou para o Samba a Minha Fantasia" ("de ser feliz um dia"). O fim do relacionamento se explica em uma imagem expressa em poucas palavras. "Saiu, foi pro ensaio, voltou de cabelo mo-

lhado". As faixas de "Errante" são curtas, diretas, sem repetições excessivas, tendo como ponto mais forte as letras, cheias de referências, como de habito na obra de Adriana.

Mas a invariável simplicidade de recursos musicais também corre o risco de se esgotar, como na tríade de canções "Era Isso o Amor", "Já Mais Adiantou" e "Resistência". No contexto do álbum, fluem como parte de um ensaio humano e gentil, de carne e osso, sem saudades nem pesares dos tempos da virtualidade imposta. "Errante" pede para ser escutado do início ao fim.

Uma energia extra ressurge no xote "Pra Ina Dizer", com o piano sutil, distante, cantando a decisão de "mudar de voz", de "deixar a minha solidão e caminhar". A bossa nova "Horário de Verão" reintroduz os sopros, com destaque para a flauta em sol.

O tema da ativação do corpo e do tempo como centralidade existencial subjaz no trabalho desde o início, em contraponto culminante em "Nômade", a última faixa. "Nômade é quando a casa é o corpo", canta Adriana em referência à famosa estrutura "não arte" de Lygia Clark.

"A Casa é o Corpo", de 1968. No fim, algo sobre o som do sem voz, entre trompete com surdina, trombone e sax. Poderia ser, então, o finalzinho de uma música de Miles Davis ou de Charles Mingus.

Adriana parece cantar sem certeza, o que matiza bastante a aposta oswaldiana na "alegria como prova dos nove". "Errante" pertence a um tempo em que nem tudo parecia ser tão previsível na música popular brasileira. Este tempo poderia ser hoje

MINISTÉRIO DA CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Ney Matogrosso
Homem com H
O Musical

DEVIDO AO GRANDE SUCESSO
ABRIMOS SESSÕES EXTRAS!

QUINTAS-FEIRAS ÀS 20H30

garanta SEU INGRESSO
na sympia

DOM ENAN MATTOZ
VENCEDOR DO PRÊMIO DIO DE MELHOR ATOR EM 2022

Patrocinadores: Sesc, Itaú, Caixa Cultural, etc.

Sesc

Teatro

- Amazônias - ver a mata que te vê**
(um manifesto político)
de J. J. Veiga
1 a 2/4, Sábado, 20h. Domingo, 18h.
Guarulhos
- Coro dos Amantes**
de J. J. Veiga
1 a 2/4, Quinta, sexta e sábado, 20h.
Piedade
- Banco dos Sonhos**
de J. J. Veiga
1 a 2/4, Quinta e sábado, 21h. Domingo, 18h.
Piedade

Exposições

- Ilha das Silveiras - A Revolução Pelo Afeto**
Projeto artístico e pedagógico de conscientização e transformação social.
1 a 2/4, Quinta, sexta e sábado, 20h.
Piedade
- A Parábola do Progresso**
Projeto artístico e pedagógico de conscientização e transformação social.
1 a 2/4, Quinta, sexta e sábado, 20h.
Piedade
- Corpo consciente: pulsão e ritmo**
Projeto artístico e pedagógico de conscientização e transformação social.
1 a 2/4, Quinta, sexta e sábado, 20h.
Piedade
- Quilômetro Amarelo**
Projeto artístico e pedagógico de conscientização e transformação social.
1 a 2/4, Quinta, sexta e sábado, 20h.
Piedade
- Mercurio**
Projeto artístico e pedagógico de conscientização e transformação social.
1 a 2/4, Quinta, sexta e sábado, 20h.
Piedade
- Do Cor de Cobre**
Projeto artístico e pedagógico de conscientização e transformação social.
1 a 2/4, Quinta, sexta e sábado, 20h.
Piedade
- Um Dia, um rio**
Projeto artístico e pedagógico de conscientização e transformação social.
1 a 2/4, Quinta, sexta e sábado, 20h.
Piedade
- Um Dia, um rio**
Projeto artístico e pedagógico de conscientização e transformação social.
1 a 2/4, Quinta, sexta e sábado, 20h.
Piedade
- Um Dia, um rio**
Projeto artístico e pedagógico de conscientização e transformação social.
1 a 2/4, Quinta, sexta e sábado, 20h.
Piedade

Parques

- Itaquera e Interlagos**
Projeto artístico e pedagógico de conscientização e transformação social.
1 a 2/4, Quinta, sexta e sábado, 20h.
Piedade

Outros

- El Zombi (Argentina)**
31.3 Sexta, 19h30.
Guarulhos
- Xenô Fraga**
Projeto artístico e pedagógico de conscientização e transformação social.
1 a 2/4, Quinta, sexta e sábado, 20h.
Piedade
- Mia Ferreira**
Projeto artístico e pedagógico de conscientização e transformação social.
1 a 2/4, Quinta, sexta e sábado, 20h.
Piedade
- Laci Brandão**
Projeto artístico e pedagógico de conscientização e transformação social.
1 a 2/4, Quinta, sexta e sábado, 20h.
Piedade
- Black Power**
Projeto artístico e pedagógico de conscientização e transformação social.
1 a 2/4, Quinta, sexta e sábado, 20h.
Piedade
- Cois Shows**
Projeto artístico e pedagógico de conscientização e transformação social.
1 a 2/4, Quinta, sexta e sábado, 20h.
Piedade
- Farras dos Bichos**
Projeto artístico e pedagógico de conscientização e transformação social.
1 a 2/4, Quinta, sexta e sábado, 20h.
Piedade
- Cantar e Dançar é Só Começar**
Projeto artístico e pedagógico de conscientização e transformação social.
1 a 2/4, Quinta, sexta e sábado, 20h.
Piedade

Revista E e guia em Cartaz
A edição de abril da Revista E e o guia de programação "Em Cartaz" estão disponíveis. Ambos são entregues gratuitamente nas unidades ou podem ser pedidos online no Portal Sesc SP: sesc.org.br/revista ou sesc.org.br/emcartaz

Consulte a Classificação Indicativa das atividades em
SESCSP.ORG.BR

ilustrada

Keira Knightley vive repórter pioneira atrás de serial killer em filme

Dirigido por Matt Ruskin, 'O Estrangulador de Boston' aborda caso ainda não resolvido que se tornou lenda

Caio Delcolli

SÃO PAULO Loretta McLaughlin, uma jornalista inquisidora, não gosta do que vê diante dela — uma torradeira. Repórter do jornal Boston Record American, ela é incumbida de escrever sobre comportamento enquanto, do lado de fora da redação, havia um assassino estuprando e estrangulando mulheres com meias-calças, uma pauta muito mais emocionante do que avaliar se o pão está sendo torrado adequadamente.

Mas era início dos anos 1960, e não só eram poucos as mulheres jornalistas como era raro vê-las escrevendo nas páginas policiais. A despeito disso, McLaughlin insiste até conseguir.

Matt Ruskin, diretor e roteirista de "O Estrangulador de Boston", encontrou na repórter um canal para dramatizar esse que é um dos casos mais célebres de assassinatos em série nos Estados Unidos, sem resolução até hoje.

"Foi o primeiro serial killer a atuar em uma grande cidade americana na era dos meios de comunicação de massa", diz "Sete jornais estavam cobrindo o caso. Tornou-se

uma lenda urbana. Cresci escutando a respeito dele como se fosse o bicho-papão".

O ineditismo na abordagem difere a produção de uma série de obras inspiradas no caso. Algumas de destaque são "O Homem que Odia as Mulheres" com Tony Curtis e Henry Fonda, e "Uma Pace para Cada Crime", com George Segal, que adapta o romance homônimo de William Goldman. A música "Midnight Rambler", dos Rolling Stones, também é inspirada no caso. Todos foram lançados na mesma década em que os crimes ocorreram.

No longa de Ruskin, um thriller de aura elegante e sinistra, Keira Knightley interpreta McLaughlin, enquanto Carrie Coon faz o papel de Jean Cole, que se une à colega na tarefa, por ser mais experiente em investigações.

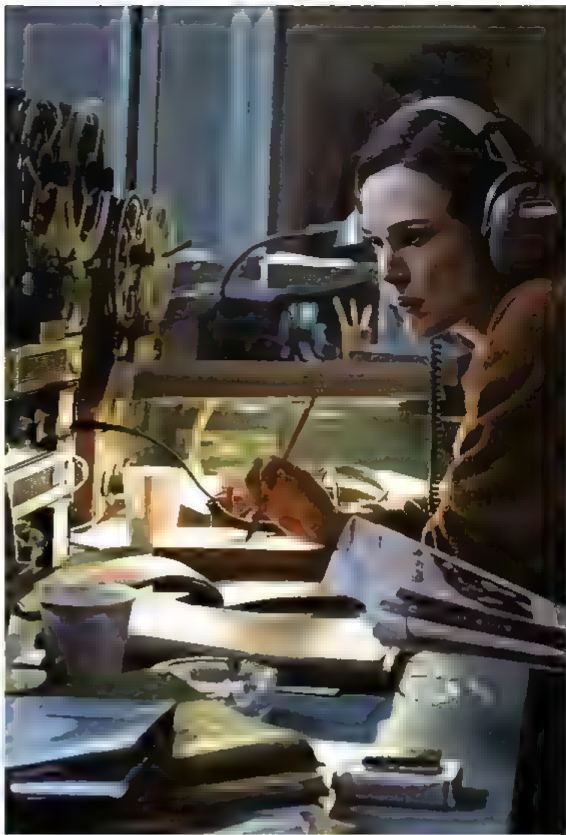
Mesmo em meio ao machismo do jornal, elas se tornaram pioneiras por mostrar similaridades ritualísticas dos 13 assassinatos e a inércia das instituições. No elenco também estão Chris Cooper, vencedor do Oscar, como o editor à frente do jornal, e Alessandro Nivola, como um investigador desiludido

O diretor conta ter pesquisado o caso do estrangulador por um ano e lido todas as reportagens da dupla "Conversei com os filhos delas, o que me permitiu entender as coisas como pessoas", afirma. "Isso me deu uma boa ideia do impacto das reportagens na cidade e como foi ter superado o machismo em uma redação majoritariamente masculina".

Ruskin defende que seu filme é atual por reforçar que a desigualdade de gênero ainda custa muito às mulheres e até hoje permanecer uma enigma a identidade do responsável pelas mortes — ou talvez seja mais de um.

Albert DeSalvo, vivido por David Dastmalchian, confessa ser o autor dos crimes, mas a polícia não encontrou evidências que pudessem corroborar a versão dele. Em 2013, DeSalvo foi ligado, via exame de DNA, a um dos assassinatos. "Ninguém foi condenado, então a história ainda tem várias zonas cinzentas e pontos de interrogação", afirma o diretor.

O Estrangulador de Boston
Estados Unidos, 2013. Direção: Matt Ruskin. Elenco: Keira Knightley, Carrie Coon e Chris Cooper. 16 anos. No Star+.



Keira Knightley em cena de 'O Estrangulador de Boston'. Clive Fajgel/Divulgação

SÃO TANTOS DESCONTOS QUE SUA ASSINATURA PODE SAIR DE GRAÇA

Especial Mês do Consumidor

amazon music UNLIMITED

PROMOÇÃO EXCLUSIVA!

3 MESES GRÁTIS

COMIDADO

ATÉ 70% OFF

extra.com.br

ATÉ 25% OFF

ponto:

até 25% OFF

NETSHOES

ATÉ 70% OFF

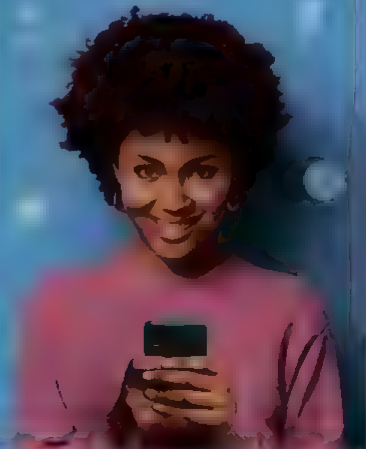
FOLHA
CLUBE

CLUBE FOLHA



Acesse também pela câmera do seu celular.

SUJEITO ÀS REGRAS E CONDIÇÕES DE CADA PARCEIRO. CONSULTE NO SITE DO CLUBE FOLHA IMAGENS DIVULGAÇÃO





Andrea Riseborough em cena do filme 'Please Baby Please', de Amanda Kramer. Divulgação

'Please Baby Please' leva ator de 'Harry Potter' a sonho erótico queer e musical

Filme veste casal hétero com jaquetas de couro e os obriga a explorar novas fronteiras amorosas

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO Um homem vestindo samba-canção e um harpista, que entrelaça seu peito ral com força, estrega a virilha cheio de desejo numa televisão de tubo que dispara tons de azul, vermelho e amarelo para iluminar o resto da sala. Nela, outros rapazes musculosos cobertos de suor e couro dançam como se estivessem num estado de transe, numa espécie de erotismo.

É como se as luzes, em sua efervescência, convidassem o

espectador para dormir e participar do êxtase ao qual os personagens de 'Please Baby Please' se entregam enquanto adoram uma única mulher no meio da tela — mas como diva do que objeto de cobiça, já que a regra é estar no avesso da heteronormatividade.

Premiado no Outfest, um dos principais festivais de cinema queer do mundo, em Los Angeles, o filme de Amanda Kramer é difícil de enquadrar numa sinopse. Talvez a melhor delas seja a lista de influências que a cineasta seguiu.

A essência de 'The Rocky Horror Picture Show' guia a narrativa de um casal padrão que descobre um mundo de tensão e tensão a sua volta, passando a questionar a cartilha de valores que lhe foi imposta.

'Pink Narcissus' oferece as cores saturadas que emparam os protagonistas ruivos ao desço. A arte homorética de 'Tom of Finland', por sua vez, veste a gangue de motoqueiros que provoca a mudança, com suas calças apertadas e os torsos vazando da jaqueta entreaberta.

Contrariando expectativas, Kramer adicionou à receita uma pitada de um de seus filmes favoritos, 'onges da fonte LGBTQIA+' 'Beetlejuice' ou 'Os Fantinhas se Divertem'. Com sua indecisão entre o horror e a diversão, a fantasia de Tim Burton contamovos 'Please Baby Please', com um tom e um humor desaturado.

Ele se mostra em cenas como a que um tipo rebelde apoia o braço na cabine de um banheiro e, quase que em rodópio, chega pensamente perto do rapaz certinho.

As entradas debruçadas do abdome escapam do cropped, convidando o outro para um passeio pelo mau caminho. E ele, sem jeito, só consegue dizer que o clarinete que aparece mais cedo tocando infelizmente está quebrado. Uma pena para alguém com dedos tão ágeis, responde o udo. 'Please Baby Please' também é musical, mas sem os grandes espetáculos do gênero, problemático mas apaixonante, segundo a cineasta.

"A música fala com a nossa alma. Quando você vê isso

num filme, é como se tivesse seu espírito elevado. É um botão de prazer. O filme pode ser qualquer outra coisa se há música, há prazer", diz Kramer. "E os musicais ainda são ótimos objetos antropológicos. Nos ajudam a entender a cultura de uma época".

O longa está posicionado em algum lugar dos anos 1950: seus figurinos sugerem, mas não impõem. Quando a música cresce, e mais para aturdir do que para contar a história, 'Please Baby Please' prefere a experiência à

targica à narrativa clássica. "Quem fez um anjo ou um demônio?", pergunta o protagonista certinho, enfeitado pelo maciço da jaqueta de couro. Mas ele poderia muito bem trocar as palavras por sonho ou pesadelo. Afinal, ainda não decidiu o que representa a saída do casulo monótono em que vivia, em direção a outras possibilidades no sexo.

É curioso que o personagem que traça esse caminho seja vivido por Harry Melling, ator que, onheceu a fama ainda criança, como o primo amado e detestável, de Harry Potter nos filmes sobre o bruxinho. Aquí, ele é o perseguido da vida, por algo que não entende, mas que se mostra cada vez mais delicioso.

Se juntam a ele Andrea Riseborough, recém-saída da disputa pelo Oscar de melhor atriz, como a mulher firme e também abotada pelo desejo, e Karl Glusman, que a mastrou muito mais de seu corpo em outra fantasia erótica, 'Love', catarse sexual de Gaspar Noé. Demi Moore ainda faz uma participação especial, mas não menos espalhafatosa.

Please Baby Please

EUA, 2023. Direção: Amanda Kramer. Com: Harry Melling, Karl Glusman e Demi Moore. 18 anos. Disponível na Mubi.

14 ABR ZAZ O GANQUE TO	15 ABR TIM BERNARDES MIL COISAS INVISÍVEIS	20 ABR ALCEU VALENÇA & FALAMANSA VERSÃO BRASILEIRA	23 ABR ABBA THE SHOW TUDO O QUE É ABBA	28 ABR PERICLES O REI DA MÚSICA
30 ABR ENALDINHO O MISTÉRIO DO CIRCO	03 MAI EDSON & HUDSON GRAVAÇÃO DO DVD FOI DEUS	06 MAI DADO VILLA-LOBOS & MARCELO BONFÁ AS V ESTAÇÕES	07 MAI DIRE STRAITS LEGACY FOR YOUR WORLD TOUR 2021	11 MAI BINATRA & FRIENDS THE DEFINITIVE RATRACE
12 MAI BACO EXU DO BLUES	13, 14 MAI E 16 JUN NEY MATOGROSSO BLOCO NA RUA	19 E 20 MAI DJAVAN TIRANDO O 2023	26 MAI VANESSA DA MATA VEM DANCE	27 MAI ZÉ RAMALHO SHOW DO ZÉ RAMALHO - TEMPORADA 2
03 JUN LULU SANTOS BARÍTONO	Semana dos Namorados compartilhe amor, compartilhe música		07 JUN ANAVITÓRIA O TÊNIS DOS NAMORADOS	10 E 11 JUN DANIEL & ROUPA NOVA A JORNADA DO AMOR
			12 JUN RAÇA NEGRA O RITMO DOS NAMORADOS	

Espaço Unimed

ACESSE [ESPACOUNIMED.COM.BR](https://www.espacounimed.com.br) E CONHEÇA A PROGRAMAÇÃO COMPLETA!

RUA TAGIPURU, 795 - BARRA FUNDA, SÃO PAULO/SP
 ESPACOUNIMED

ilustrada

Seriado faz ode a pênis de 25 cm de Nacho Vidal

Recheada de sexo, produção dedicada ao ator espanhol quer humanizar figuras que fazem parte da indústria pornô

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO Resuscitado o toro reflete as luzes coloridas da boate, num dançar que dispara feixes em direção aos homens e muheres que acompanham a performance de alta voltagem sexual.

Quase nu, Martín Rivas rebola, passeia com as mãos pelo corpo e faz cara de mau, enfeitando boa parte dos personagens ao longo dos oito episódios de "Nacho".

Não é a sua. A nova série do Lionsgate, parte de um esforço colossal do streaming para produzir tramas em língua espanhola, quer escandalizar o público, com a história de um dos nomes mais buscados do submundo da internet, o bem-dotado astro da pornografia espanhola Nacho Vidal.

O ator, de 49 anos, e em seu país de origem uma celebridade, conhecida por aqueles que assistiam aos seus vídeos

e também pelos conservadores. É uma espécie de Alejandro Gato, o espanhol que não enveredou para a política, mas a uniu a um baile de gagueira de poesia com direito a uma acusação de homicídio culposo num ritual envolvendo um sapo venenoso.

"Estou em preparação para este trabalho desde os meus 11 ou 12 anos", diz Rivas, dando a ampla dimensão de Nacho Vidal na Espanha. "Quando criança, via alguns filmes dele, assim como a maioria dos meus amigos. Foi minha introdução ao mundo da pornografia, que muita gente consome apesar da hipocrisia que ele desperta".

É na vida progressista do astro, no entanto, que "Nacho" se concentra. O primeiro episódio começa narrando a infância e a adolescência em balada por drogas e álcool. À noite, ele capava mulheres em boates. De dia, ganhava

dinheiro fazendo o que gostava, transando — no caso, com mulheres mais velhas e ricas. Ele se alista, contra a vontade, e, após a temporada no Exército engata um romance com uma moça que o convence a usar seu talento para enriquecer. O talento é um pênis não apenas longo, mas grosso, que chama atenção dos donos de uma boate de shows eróticos e depois, de figuras da indústria de filmes adultos.

"Este é um sujeito que decidiu viver a vida no limite e que era muito magnético. Sua história é como a de Billy Elliot, só que em vez de contrariar expectativas e a vontade dos pais por querer dançar, ele queria transar", diz a produtora Teresa Fernández Valdés. Sua vontade era investigar as figuras por trás do pornô, uma indústria que movimenta milhões, é consumida em larga escala e ainda é pouco discutida por causa do enorme preconceito que a ronda.

Atual em cenas quentes é como qualquer trabalho, ela afirma, contando ainda que teve dificuldade em ter o projeto aprovado, ao contrário de uma série anterior sobre narcotráfico, este sim ilegal. Apesar do discurso bonito e da busca por temas universalmente humanos, "Nacho" tem uma dose de sexo gigantesca. O episódio inaugural pode até causar ansiedade naquele espectador que só está ali em busca de algo a mais das manjadas seguintes mecânicas de transa do streaming.

Assim, as mais variadas posições do Kama Sutra se alternam com peitos e bundas onipresentes no cinema e na televisão, nunca mostrando o ditado de Nacho Vidal, mencionado a toda hora.

Até que o fuzinho do capituço alcança, a o clímax com um avançado pênis ereto ocupando toda a tela delineado por uma luz branca e etérea que o torna objeto de adoração. E não é de borracha, como costuma acontecer em Hollywood. F. J. proprio astro, consultor criativo da série, que o emprestou para a cena.

Não é nudez gratuita, defende Fernández Valdés, que teve que brigar muito para manter o momento de grande revelação na produção. Além de sentir necessidade de naturalizar o corpo masculino em uma indústria que explora o feminino, ela sabia que os 25 centímetros eram essenciais para compreender o protagonista. "Sua vida e sua fama são baseadas em seu pênis", afirma, lembrando que nenhuma prótese ou dublê de corpo daria a dimensão correta. Isso fica claro em cada frase do roteiro. "Enquanto sua fama ia à frente, ele entrou no mundo do pornô. Onde era venerado como um ser superior", diz um narrador

assim que Nacho Vidal começa a passar a noite transando com a namorada no palco de boate, enlouquecida a cada arrancada de coque.

No mesmo mar de platôfor mas oferecendo assinaturas aos espectadores hoje em dia, é neste tipo de conteúdo mais adulto que o Lionsgate, antigo Starzplay, tem investido. "Nacho" entra entre os em "P Valley", sucesso de crítica sobre o mundo do strip tease, e em outros títulos para maiores do streaming, que vão do crime às drogas.

No que depender da grande capacidade da nova série de criar momentos polemicos, não será problema se desta cara. Sexo vende, como a carreira de Nacho Vidal provou. **Nacho** Espanha, 2022. Criador: Ramon Campos. Teresa Fernández Valdés e Gemma R. Nera. Com: Martín Rivas, María de Natti e Andrés Brenes. 16 anos. Disponível no: Lionsgate.



Martín Rivas como Nacho Vidal em cena de "Nacho" Manuel Fernandez Valdes/Dirección

Filme sobre o Pornhub tem falatório demais e sexo de menos

STREAMING
Pornhub: Sexo Milionário
★★★☆☆
EUA, 2023. Direção: Suzanne Hillinger. Disponível na Netflix.

Teté Ribeiro

Um pouco de honestidade não faz mal para ninguém — com moderação, sempre com moderação. Isso dito, vamos lá: por que a gente está tão obcecada por true crime? O que a gente quer quando decide assistir a um programa que promete — ou ameaça? — mostrar todos os detalhes dos piores crimes praticados por um assassino canibal, dos adjetivos que costumam causar horror e repulsa? É por sede de justiça? Para ver as instituições funcionando? Ou porque lembrar que um ser da mesma espécie que a nossa, um contem porâneo, é capaz de atos que a

gente julga impossíveis de cometer, mas no fundo, no fundo, não tem 100% de certeza? Não tenho a resposta. Mas a dúvida ficou martelando durante os 94 minutos do documentário "Pornhub: Sexo Bilionário", lançado com imensa expectativa e que a Netflix, a pediu que os jornalistas assistissem antes do lançamento.

O documentário é proibido para menores de 18 anos, portanto tanto às crianças da sala que o bicho vai pegar. É esta a promessa e ameaça, não? Mas não é isso que entrega. Há várias entrevistas com atores, atores e influenciadores pornôs, e até uma ou outra cena ilustrando como é o trabalho deles na internet. Mas o grosso do filme — e agora as palavras parecem com duplo sentido — é o laço que se firm. São acusadores, defensores, advogados, culturas de trechos de processos e reproduções de

audiências online que aconteceram durante a pandemia de Covid. Honestamente, e aqui sem nenhuma moderação, não dá mais brochar de que isso. A história é ótima, mas complicada para ser contada em uma hora e meia. Vou tentar em algumas frases: o Pornhub é um site canadense, braço da empresa MindGeek, criado em 2007 para compartilhar vídeos pornográficos, com abordagem pop. Em vez de se ancorar na discrição, como acontece com quase tudo que tem a ver com sexo, o Pornhub comprava anúncios em telões gigantes e iluminados no Times Square, em Nova York. Convidava celebridades para dirigir vídeos, fazia campanhas pela proteção dos pandás, e parecia avoado, ad de extinção. Era o blockbuster da putaria. Em 2020, no entanto, um matéria do jornal New York

Times que relatava inúmeros incidentes envolvendo menores de idade e cenas de sexo gravadas — e feitas — sem consentimento fez com que as principais operadoras de cartões de crédito cortassem seus serviços para o site. O Pornhub removeu quase 10 milhões de vídeos considerados problemáticos. No ano seguinte a casa de um dos três proprietários do site, o empresário Teras Antoon, avaliada em R\$ 86 milhões, que estava quase pronta em um bairro sofisticado de Montreal, no Canadá, foi destruída em um incêndio considerado criminoso. No documentário, os operários da indústria pornô, ou seja, aqueles que ganham a vida atuando em filmes, vídeos ou fotos pornográficas, declaram que essa confusão toda só serviu para tirar o ganho já tão seguro que eles tinham, quando se libertaram da indústria

de filmes adultos e viraram seus próprios empresários, produtores e marqueteiros. E que os criminosos mesmos, pessoas envolvidas em tráfico de menores de idade, facilitadores de prostituição infantil e estupradores, continuam existindo, mas agora estão muito mais difíceis de ser encontrados. Do lado dos acusadores, a crítica mais contundente é que os donos do negócio, e não aqueles que se dar importância para as diversas reclamações que recebiam de pessoas que tiveram a intimidade de, ou crimes cometidos em quanto estavam inconscientes, divulgadas de graça. É complexo mesmo. Enquanto cenas amorosas, e muitas vezes criminosas, eram acessíveis de graça e à revelia de participantes, o trabalho de profissionais do sexo, adultos que sabiam e gos

tavam do que estavam fazendo, era bem remunerado e suas vidas menos inseguras do que quando trabalhavam para produtores de vídeos. Para ir a fundo mesmo no assunto, destrinchar a dependência recíproca e as relações de causa e consequência entre a internet e a sexualidade humana, seria preciso examinar filosoficamente as entranhas da nossa natureza. Ainda que a intenção do documentarista Suzanne Hillinger fosse bem mais singela, para contar a história de um site que dominou o seu ramo no mercado, mas sofreu um baque no meio do caminho, o sexo entra no meio e atrai palha — ou melhora — tudo. Seja como for e uma distração poderosa mesmo para ser tratada apenas como tal. E não é como se o futuro de todas as espécies animais do planeta não dependa disso.

ilustrada



Aline Souza

Regulação das redes sociais

A internet não deve nem pode ser terra de ninguém

Djamila Ribeiro

Mestre em Filosofia política pela Unifesp e coordenadora da coleção de livros Feminismos Plurais

A distância, acompanhei com coração apertado as notícias do ataque por um aluno da Escola Estadual Thomazia Monteiro, que feriu cinco pessoas e matou a professora Elisabeth Tenreiro Moraes Barros.

A professora Elisabeth, conhecida carinhosamente como professora Beth, ou Betinha, era uma educadora querida por seus colegas de trabalho, alunos e alunas que tinham por ela respeito e admiração.

Contava também com o amor da comunidade carnavalesca Tom Maior, que chora a partida de uma das mais velhas.

Prestou concurso e se tornou professora aos 60 anos, deixando a lição eternizada na voz de Milton Nascimento: "Os sonhos não envelhecem".

Era uma missão, disse uma de suas filhas. Deixa saudades em seus três filhos e quatro netos, a quem deixava inúmeras mensagens de carinho em sua

rede social, em meio a outras mensagens de incentivo à vacinação contra a Covid-19.

Minha homenagem e solidariedade à sua família e a pessoas queridas. Ficam as saudades, mas também o legado de Beth da vida em alegria, da defesa da ciência e do amor pela educação.

Segundo noticiou Marie Clercq e Luis Adorno em reportagem publicada no TAR, do UOL, o atentado foi anunciado e estimulando em comunidades

do Twitter, TikTok e Discord.

O adolescente estava em grupos de adoração a ataques violentos a escolas e postou o que furia no dia seguinte. Uma semana antes do ataque, o mesmo jovem proferiu ofensas racistas a um colega, sendo repreendido por uma professora.

São circunstâncias anteriores à tragédia que nos leva à reflexão e a um necessário debate. Quem me acompanha nesta coluna sabe como

são recorrentes textos sobre os perigos da falta de regulação das empresas de redes sociais, que concentram discursos de ódio sem responsabilizar-se sobre as consequências.

O pior é que identificamos como o racismo e a misoginia são discursos lucrativos para essas corporações.

Em 2022, em conjunto com organizações do movimento negro, ingressei com uma representação do Ministério Público Federal, requerendo providências contra a exploração econômica do racismo e misoginia por essas empresas.

Infelizmente, três anos depois, pouco foi feito por aqueles que deveriam representá-los nos tribunais brasileiros, mas vimos, com satisfação, o crescimento do debate pela regulação das atividades.

As crianças e adolescentes da sociedade brasileira precisam de tutela. Se até os dez anos não podem exercer uma série de atividades, como admitir que uma completa negligência para criação de uma conta e seu uso na rede social?

As redes sociais são infestadas de jogos e mecanismos para manter a criança e adolescente online. Um ambiente pretensamente jovem, hipnotizante que ilude os "consumidores", os quais não são avisados sobre os riscos da rede social.

Defendemos que adultos devem ser constantemente alvos de campanhas de conscientização. Agora, em relação a crianças e adolescentes, a desproteção é uma covardia. São seres humanos em desenvolvimento expostos a um ambiente de discurso de

ódio contra populações vulnerabilizadas e expostas, em muitos casos, como alvos desses mesmos discursos. Não podemos mais admitir isso.

Conforme apontam inúmeras pesquisas — e aqui destaco a obra "Discurso de Ódio nas Redes Sociais", do professor Luiz Valério Trindade —, a maioria dos "ataques digitais" são direcionados a mulheres negras. Também são direcionados a pessoas negras e mulheres em geral, pessoas LGBTQI+, entre outras identidades.

As consequências na vida das pessoas transcendem o que seria um mero "tweet" nas mãos de um adolescente desorientado. Há dois anos, pessoas se reuniram para gritar e intimidar funcionários na porta de um hospital em Recife, para intimidar uma menina negra vítima de estupro por um membro de sua família.

Os dados da criança foram divulgados nas redes sociais por dias, inclusive nos mais comentados do Twitter, até ser determinada a retratação das publicações por decisão judicial.

Este é um caso sobre o qual já escrevi neste *Folha* várias vezes, mas a verdade é que poderíamos listar outros casos problemáticos advindos da desregulação da atividade dessas empresas todos os dias.

O que colocamos para reflexão é que a internet não deve nem pode ser terra de ninguém. É preciso que o Estado regule as atividades dessas empresas que lucram bilhões todos os anos e, de forma conveniente, não se responsabilizam pelo uso de ódio que vem sendo fomentado nesses espaços.

seg. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti



Simulação da fachada do pavilhão do Brasil na Bienal de Arquitetura de Veneza | Gabriela de Matos e Paulo Tavares/Divulgação

Bienal de Arquitetura vê Brasil questionar projeto de Brasília

Pavilhão do país em Veneza propõe olhar para estruturas indígenas e negras

João Perassolo

SÃO PAULO Brasília não foi construída no meio do nada. Os sinuosos edifícios brancos de Oscar Niemeyer subiram em território de quilombolas e indígenas, povos que acabaram expulsos pela imposição da cidade modernista.

A tese de que a capital do Brasil é fruto de um processo de colonização territorial é o ponto de partida para o projeto que vai ocupar o pavilhão brasileiro na próxima Bienal de Arquitetura de Veneza, que abre para o público em 20 de maio.

Ao questionarem o projeto da cidade do futuro no cerrado, os arquitetos e curadores do pavilhão, Gabriela de Matos e Paulo Tavares, propõem um olhar para o que chamam de arquiteturas ancestrais, as que são feitas por comunidades afrobrasileiras e indígenas.

Embora ambas tenham presença marcante no panorama

do país, eram até pouco tempo invisibilizadas dentro do que se entende como arquitetura brasileira, afirma Matos.

O pavilhão será dividido em duas salas. A primeira, "Descolonizando o Cãnone", problematiza a história oficial de Brasília com uma seleção de fotos de arquivo organizada pela historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto, um vídeo da cineasta Juliana Vicente e a exposição de dois mapas, um comissionado para a mostra, "Brasília Quilombola", e outro dos anos 1940 usado pelos povos indígenas para a reivindicação de direitos territoriais.

A segunda galeria reflete sobre o papel da terra na arquitetura brasileira. Os curadores defendem que o solo é o elemento comum nos territórios das religiões com matriz africana e estruturas indígenas.

Tanto em uma estrutura quanto em outra, "a natureza é parte, não apartada", diz

Matos. "Isso passa pela organização do espaço, por causar o menor dano possível no entorno e também pelo sistema construtivo que é utilizado".

Nesta galeria serão mostrados terreiros de Salvador e um vídeo do artista Ayron Heráclito sobre edifícios na capital baiana ligados à história da escravidão, construções que dialogam com o tema desta 18ª bienal, que versa sobre desconstrução e descolonização na arquitetura do amanhã.

Os curadores ressaltam estender sua discussão para a própria edificação do pavilhão brasileiro, localizado no Giardini. O piso será todo coberto por terra e a fachada vai receber gradis com o símbolo africano do sankofa — um pássaro que olha para trás antes de projetar o futuro —, ornamento comum em portões de casas brasileiras. A proposta tem caráter de reparação e está conectada com o pos-

Black Lives Matter, de acordo com Tavares, o curador.

A bienal deste ano dá papel central à África. Dos 89 participantes da mostra principal, mais da metade tem origem em países do continente ou vem da diáspora africana.

A exposição, organizada pela acadêmica e arquiteta ganense-escocesa Lesley Lokko, gira em torno da diversidade e da inclusão de vozes marginalizadas na arquitetura e debate o que seria um futuro com cada vez menos carbono.

Segundo Lokko, a ideia é usar exemplos da África para pensar o que acontece no mundo todo. "A África é o continente com a população mais jovem do mundo, a urbanização mais rápida, crescendo a uma taxa de quatro por cento ao ano, muitas vezes às custas dos ecossistemas locais — portanto, também estamos na vanguarda das mudanças climáticas", diz.

Flip 2023 atrasa definição de data e curadoria, e mês de julho já é descartado

Walter Porto

SÃO PAULO A Flip, Festa Literária Internacional de Paraty, ainda não bateu o martelo em relação a quando será sua edição deste ano, ainda que a prefeitura da cidade fluminense onde a festa literária acontece mantenha em seu site há meses que o evento terá lugar em julho.

O festival tradicionalmente ocorria na metade do ano, mas a edição de 2023 não seguirá esta regra, do mesmo modo que a anterior. A organização da Flip trabalha oficialmente com uma data entre setembro e dezembro.

Alguns fatores colaboraram para atrapalhar esta definição. Primeiro, a Flip de 2022 aconteceu no inusitado mês de novembro, numa edição extemporânea atrasada pela Covid após dois anos de encontros virtuais.

Naquela altura, o diretor artístico do festival literário, Mauro Munhoz, já dizia que não havia intenção de repetir a festa no mesmo mês, segundo ele, firmou a data ao redor de julho era algo benéfico à indústria do turismo e ao comércio local.

Já então Munhoz afirmava preferir uma data em setembro para a edição que ocorreria em 2023. O calendário, porém, traz uma dificuldade. A Bienal do Livro do Rio de Janeiro, o mais massivo evento literário do ano no país, acontece nos dez primeiros dias daquele mês.

Fato é que a tomada da decisão está atrasada. Para usar de exemplo a última Flip antes da bagunça provocada pela pandemia, o mercado e os leitores já sabiam como ao menos dez meses de antecedência que a festa de 2019 aconteceria entre os dias 10 e 14 de julho.

Se o festival deste ano acontecer na data limite de dezembro e isso for divulgado agora, serão menos de nove meses de adiamento. Também não há sinal do anúncio de curadoria ou autor homenageado — algo que, na edição de 2019, também se sabia mais de oito meses antes.

Outro fator central para retardar a decisão foram as mudanças na Lei Rouanet, desorganizada na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro. A captação de recursos para a edição presencial de 2022 já foi atrapalhada por problemas com a Lei Rouanet, segundo a organização da festa.

A Flip tentou se adiantar para fazer a festa mais cedo este ano, mas o plano anual apresentado pelo festival ao governo, ainda no começo do ano passado, não foi aprovado a tempo. Isso dificultou que patrocinadores pudessem oficializar detalhes de suas contribuições à festa no último ano fiscal.

Em meio a essas dificuldades, a Flip foi aprovada pelo Ministério da Cultura do governo Lula na semana passada levando a Flip a revisar o processo de captação, o que a fez voltar alguns passos no tabuleiro.

A antecedência mais curta na divulgação de datas e temas da Flip torna mais desafiador que o festival consiga fechar com grandes nomes internacionais, por exemplo, e encareça a hospedagem em Paraty para profissionais que costumam comparecer todos os anos.

Para aliviar os problemas de comunicação, o festival acaba de criar o canal Flip se Hospitalidade, em que interessados podem tirar dúvidas e receber informações através do email hospitalidade@flip.org.br

A black and white promotional poster for the Teatro Renaissance production of "Dom Quixote". The central focus is two portraits of men: on the left, a man with curly hair and a beard (Don Quixote) wearing a simple shirt; on the right, a man with a full beard and mustache (Sancho Panza) wearing a ruff collar. Above them, small text reads "Memórias da Cultura e das Artes em Portugal - Serviços Representativos". To the left of the portraits, the name "LEONARDO BRICIO" is written vertically. To the right, "KADU GARCIA" is written vertically. Below the portraits, the text "TEATRO RENAISSANCE" is centered. Underneath that, the title "DOM QUIXOTE" is written in large, bold, stylized letters. At the bottom left, "GERALDO CARNEIRO" is written, and at the bottom right, "FERNANDO PINHEIRO" is written. At the very bottom, it says "ESTREIA 24/03". A row of logos is visible along the bottom edge of the poster.

O MELHOR DO FIM DE SEMANA

PARA NERDS



Belas Geek Day

Neste domingo (2), das 10h às 18h, o Cine Belas Artes (r. da Consolação, 2.423) recebe a segunda edição do evento voltado à cultura geek. Haverá uma exposição de consoles de videogames antigos e uma feira vendendo produtos como histórias em quadrinhos, mangás e bonecos. Também vão ser exibidos os filmes 'Akira' (10h30), 'Pokémon 2000' (12h30) e 'Nintendo e Eu' (19h30), além de uma exibição de 'Guardiões da Galáxia' acompanhada de uma banda ao vivo (17h). Já a lanchonete Shake Shake Milkshakes vai vender seus donuts, incluindo a rosquinha de Homer Simpson.

PARA BEBER



Circuito de Drinques

Quarenta e um endereços da cidade participam do Gran Circuito de Coquetéis APIK, evento da marca homônima de drinques engarrafados que começa nesta sexta (31) e vai até o dia 4 de junho. Bares participantes, como o Astor e o Guilhotina, vão oferecer um coquetel autorral que usa como base itens produzidos pela APIK, que tem vodcas, vermouths e gins no seu portfólio. Entre as sugestões, está a receita do Vupá (R. Vupabussu, 29, Pinheiros), que é preparada com suco de cupuaçu, gim, limoncello e suco de limão-siciliano.

PARA COMER



Restaurant Week

Um dos principais eventos de gastronomia do país chegou à sua 30ª edição. São cerca de 180 endereços participantes, na capital paulista e na Grande São Paulo. Os menus desta edição são inspirados nas raízes da cozinha brasileira e contemplam entrada, prato principal e sobremesa por preços a partir de R\$ 54,90. Casas como Jacarandá (foto), Dasian, Tásca da Esquina, Paelias Pepe, Rendez-Vous, Rubaiyat e Banana Verde participam. As hamburguerias ganharam uma categoria chamada Burger Gourmet, com menu por R\$ 39,90 que inclui o hambúrguer com acompanhamento.



Ambiente do Gum, novo bar de Santa Cecília, que funciona no mesmo prédio histórico do Mug. Foto: Divulgação

Mug oferece brunch e drinques em um casarão de Santa Cecília

Café inaugura quarta unidade no centro de São Paulo, com puxadinho etílico

Nathalia Durval

SÃO PAULO O Mug, café que tem feito sucesso na capital paulista com seus brunches, ganhou uma nova unidade, em um casarão histórico de Santa Cecília. No mesmo prédio que ocupa foi aberto também o bar Gum, do mesmo dono. É preciso subir um lance de escadas para acessar o andar onde funciona a cafeteria, das 8h às 20h, todos os dias. Lá são servidos lanches, tostadas, doces, cafés, bebidas e menu executivo. Aos fins de semana, é oferecido brunch. A partir das 17h, o piso superior dá lugar ao bar Gum. A iluminação natural é substituída por luzes em neon rosa e o terraço ganha outro clima. Plantas, esculturas, letreiros e mesas com ladrilho azul claro compõem a decoração.

O bar fica aberto de quarta a domingo e traz um cardápio com pegada espanhola. Para comer, há pinchos — porções em fatias de pão, para comer com as mãos. O Donostia, por exemplo, custa R\$ 16 e leva tentáculo de polvo, tomate e aolioli trufado no pão de fermentação natural. Na carta, estão drinques clássicos e autorais, coquetéis sem álcool, vinhos e sangrias — essas são servidas na jarra, por R\$ 120, em três versões: com vinho tinto, vinho branco ou espumante, que são misturados com frutas, Cointreau e brandy ou rum. Outras bebidas de origem espanhola são a água de Valência, feita com cava, um tipo de espumante, vodka e suco de laranja, e a água de Sevilla, que leva cava, Cointreau, vodka e suco de abacaxi. Am-

bas custam R\$ 120 (a jarra). O bar funciona até as 22h. O Gum surgiu como um irmão do Mug, dedicado às bebidas, diz o proprietário Fabian Daltoé. "A ideia era fazer uma virada de chave para a noite, como um alter-ego", afirma. Junto dele foi aberto o quarto endereço da cafeteria badalada. Os dois negócios ocupam um casarão construído em 1909 na rua Barão de Tatuí. O prédio estava em restauração havia oito anos. Essa é a primeira locação comercial. Daltoé começou o Mug em 2019, fazendo pães de fermentação natural e bolos em casa. No térreo da casa em que morava, no Jardim Paulista, ele abriu um café para vender as receitas que explorava na própria cozinha. Cuidava de tudo sozinho, da montagem do menu e da

decoração ao atendimento, com a ajuda de uma funcionária na limpeza. Passou a oferecer combos de brunch e logo o endereço começou a acumular filas aos fins de semana. Nos anos seguintes, vieram outras duas unidades, na Bela Vista e na avenida Paulista. "Foi uma coisa de boca a boca, nunca investi em propaganda. O brunch ainda estava começando a dar as caras naquela época. Hoje, a gente tem os 'muggers', que é como chamo meus clientes, pela cidade inteira", diz Daltoé, que veio do interior de Santa Catarina e trocou a profissão de advogado pela panificação. Ele diz que já está montando uma segunda unidade do bar Gum, que deve ocupar o andar de um casarão na Bela Vista. R. Barão de Tatuí, 361, Santa Cecília, região central, @mug.sp

PARA CRIANÇAS



Jump Around

A partir desta sexta (31), o Mooca Plaza Shopping (r. Cap. Pacheco e Chaves, 313, na região leste) recebe um castelo inflável com 2.500 metros quadrados de área que traz pula-pula, escorregadores gigantes, pistas de obstáculos e estruturas de escalada. O ingresso custa R\$ 49,90 e dá direito a 30 minutos de brincadeira no Jump Around (cada minuto extra custa R\$ 3 aos fins de semana; crianças menores de cinco anos devem ir acompanhadas de adultos, que não pagam a entrada). A atração fica disponível até 28/5, e é necessário chegar com 30 minutos de antecedência para fazer o check-in.

É GRÁTIS



Mulheres na História de SP

Ao longo de todos os sábados do mês de abril, a partir das 11h, acontece um tour guiado a pé pelo centro da capital paulista que tem como objetivo iluminar a participação feminina na construção da história da cidade. Na caminhada serão apresentados nomes como o de Bartira, uma das filhas do líder tupiniquim Tibiriçá, e o da marquesa de Santos, cujo solar (foto) integra o passeio, com duração de duas horas. O ponto de encontro para o tour guiado é a praça da Colmeia, na saída da estação São Bento do metrô, e as senhas devem ser retiradas às 10h30.

ÚLTIMA CHANCE



Todos os Tetos de Virginia Woolf

Este é o último fim de semana para assistir à mostra de filmes inspirados na obra da autora britânica no CCSP (r. Vergueiro, 1.000). Neste sábado (1º), às 19h30, passa 'As Horas', de Stephen Daldry, que rendeu um Oscar à atriz Nicole Kidman (foto) pelo papel da escritora. No domingo (2), às 15h, há uma sessão de 'Sob a Areia', de François Ozon, que traz Charlotte Rampling como uma mulher cujo marido desaparece durante as férias no sul da França. As exibições são gratuitas e os ingressos precisam ser retirados com uma hora de antecedência.

Festival Quebrada Orgânica reúne apresentações culturais, debate e gastronomia na região sul de SP

Marília Miragaia

SÃO PAULO Em sua terceira edição, o Festival Quebrada Orgânica reúne debate, apresentações musicais e comida em um espaço às margens da represa Guarapiranga, na zona sul da cidade, neste sábado (1º) e domingo (2). Com apoio da Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo, o evento traz, em seu primeiro dia, um bate-papo com mulheres sobre cultura e gastronomia periférica, apresentação de música de artistas locais e um menu de R\$ 20, composto por dois bolinhos — um de 'jacalhanu' (com carne de jaca) acompanhado por creme de alho e guacamole e outro de mandioca com jaca. A ideia é que os participantes aproveitem a programação, que vai das 11h às 18h, circulando entre os cantos onde estão plantadas mudas de couve, de taioba e de Pancs (plantas alimentícias não convencionais) em um terreno de 1.000 m².



Bife de jaca ao molho de vinho servido no evento

No segundo dia, o festival começa às 16h e vai até 20h com projeções e intervenções poéticas ao anoitecer e um menu surpresa que inclui pratos como bife frito com jaca e molho de redução de vinho. Para provar, o visitante faz uma contribuição voluntária e deve fazer reserva pelo perfil @quebradaorganica no Instagram — são apenas 50 lugares. Na semana seguinte, na sexta (7) e no sábado (8), o evento continua a programação fazendo delivery de uma receita de bacalhau de jaca à Gomes de Sá (R\$ 25) disponível para entrega na região sul, com pedidos via Instagram ou pelo WhatsApp (nº 91997-3355). O Quebrada Orgânica é um espaço voltado a atividades de agricultura urbana com diferentes frentes de atuação, entre elas o cultivo de alimentos em módulos escaláveis na periferia, vivências rurais e oficinas de produção de hortas e de mudas. R. Alceirim, 41, Riviera Paulista, zona sul, São Paulo